

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**CAMINHOS TRAÇADOS NO MERCADO DE TRABALHO:
A ALTERNATIVA HUB PORTO**

Nádia Joana Anunciação Oliveira

Relatório de Estágio para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia

Orientador: Professor Doutor Carlos Gonçalves

Setembro, 2010

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**CAMINHOS TRAÇADOS NO MERCADO DE TRABALHO:
A ALTERNATIVA HUB PORTO**

Nádia Joana Anunciação Oliveira

Relatório de Estágio para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia

Orientador: Professor Doutor Carlos Gonçalves

Setembro, 2010

Dedico o presente trabalho a todos aqueles que mais amo e que tanto me ajudaram nesta caminhada. Mãe, Pai, Mana...razão do meu viver, o meu maior orgulho. Tios, Primos, Avó... presença sempre constante nesta minha luta.

A ti Beatriz...minha fonte de energia inesgotável !

A ti Avô...uma palavra de saudade...Obrigada pela tua protecção !

« A possibilidade de realizarmos um sonho é o que torna a vida interessante » (Paulo Coelho)

Resumo

A sociedade portuguesa actual pauta-se pela predominância de elementos despoletados por uma economia globalizada e nesse sentido este relatório de estágio surge como forma de interpretar as suas formas de difusão em torno das trajectórias no mercado de trabalho. Os efeitos pautados pela flexibilidade que a esse nível se fazem sentir, reportam-nos para a necessidade de apostar em novos domínios de actuação quer económica quer socialmente.

O empreendedorismo dá sinais de uma progressiva conquista de espaço no mercado de produção actual, aliado a novas formas de trabalho, de carácter inovador e que se associam à missão de produzir mudança social. Neste sentido, surge o espaço Hub Porto, criado em parceria com a Junta de Freguesia de Paranhos da cidade do Porto e que se apresenta como uma plataforma de inovação social para a difusão do empreendedorismo. Foi neste quadro institucional que foi desenvolvido um estágio curricular que teve como objectivos captar a aplicação prática da concepção teoricamente desenvolvida pelo Hub.

Num periodo inicial procedemos à construção das dimensões analíticas que sustentaram e direccionaram a investigação e que possibilitaram a aproximação à empiria face á realidade em análise. Posto isso, o momento foi de tratamento e análise da informação, que englobou diferentes técnicas integradas na estratégia metodológica que foi accionada.

O estudo revela que o trabalho que o Hub Porto tem vindo a desenvolver medidas activas de mudança das esferas do trabalho e de mais-valias sociais, ainda que esteja num momento muito embrionário e que os seus ideais possam não ter ganho a significância pretendida junto do seu público-alvo.

Palavras-chave: globalização, sociedade de informação, empreendedorismo, inovação social

Abstract

The current Portuguese society is ruled by the predominance of elements triggered by a globalized economy and, in that sense, this report at the expiry of the probationary period appears as a way to interpret society's means of diffusion regarding the labour market. The effects regulated by the flexibility felt at that this level urge us to invest in new fields, either in the economic or the social one.

Entrepreneurship is showing signs of a gradual space conquest in the current production market, in alliance with innovative new ways of working, which join the mission of bringing forth social change. In this context appears the *Hub Porto institution*, set up by the parish of Paranhos, in Oporto, which presents itself as a platform of social innovation to spread entrepreneurship. It was in this institutional framework that an academic traineeship was developed, with the purpose of apprehending the practical application of the theoretically developed conception of *Hub Porto*.

In an early period, we proceed to the construction of analytic dimensions which sustained and directed the research and which allowed the approach to the *empiria*, given the analyzed reality. That said, the next step was processing and analyzing the information, which included different techniques integrated into the utilized methodological strategy.

The study reveals that the work that the *Hub Port* has been developing adapts active measures to change the spheres of work and of social benefit, though being still in a very undeveloped stage and that its ideals may not have gain the sought significance within the target audience.

Key Words: Globalization, Society informations, Entrepreneurship, Social innovation.

Resumé

La société portugaise actuelle est guidée par la prédominance d'éléments déclenchés par une économie mondialisée et dans ce sens que le rapport de stage se présente comme une façon d'interpréter leurs modes de propagation dans les allées du marché du travail. Les effets guidés par la flexibilité, à ce stade se font sentir, ils nous ont rapporté à la besoin d'investir dans les nouveaux domaines économiques et sociaux.

L'entreprise montre des signes d'une conquête progressive de l'espace dans le marché de la production actuelle, couplée à de nouvelles façons de travailler, innovantes qui ont la mission d'apporter des changements sociaux. En ce sens, le space Hub, située au bord de la paroisse du conseil de Paranhos à Porto et qui se présente comme une plateforme d'innovation pour diffuser l'esprit d'entreprise sociale. C'est ce cadre institutionnel qui a été mis au point un programme de formation qui a pour but de capturer l'application pratique de la théorie de la conception développée par le Hub.

Dans une période initiale ont procédé à la construction de dimensions analytiques que soutenus et ciblés de recherche et qui a permis à l'approche de l'analyse empirique face à la réalité. Cela dit, le moment était pour le traitement et l'analyse de l'information, qui comprenait les différentes techniques dans la stratégie méthodologique intégrée qui a été levé. L'étude montre que le travail que le Hub Port a mis au point des mesures appropriées actif pour changer les sphères du travail et de prestations sociales, qui est encore à un très embryonnaire et que ses idéaux ne pouvait pas avoir pris de l'importance avec votre souhaité audience.

Mots-clés: mondialisation, société de l'information, l'esprit d'entreprise, l'innovation sociale

Agradecimentos

Uma primeira e especial palavra de reconhecimento ao Professor Doutor Carlos Gonçalves, meu caríssimo Orientador, quem nunca esquecerei, pela sua preciosa linha orientadora, sempre com as melhores palavras de força, coragem em momentos que pareciam de desistência, a compreensão inerente a todo este trabalho. Todos os momentos em que para além de um excente profissional, tive a oportunidade de lidar com um grande ser humano a ele devo todo o trabalho que consegui desenvolver. Sinto uma enorme gratidão por toda a paciência que teve comigo, OBRIGADA!

À Doutora Mariana Almeida, minha orientadora de estágio, com quem tanto aprendi, com quem tive a oportunidade de dar os meus primeiros passos, sem ter medo de errar. Obrigada por todas as “dicas”, esclarecimentos e pela amizade que perdurará. Sofia Lage, elemento importante da minha estadia no Hub Porto e que tanto me encorajou neste trabalho, bem como todos as pessoas que tiveram um contributo fundamental na minha socialização e integração.

Aos meus amigos, sem os quais todo este percurso não faria sentido, tantas vezes fui confortada com as vossas melhores palavras de força, sinto que me foram guiando ao longo do tempo e com quem partilhei as dúvidas de uma vida académica que irá comigo para a vida. Felizmente entraram na minha vida...Luísa, minha grande amiga, e companheira de todo um percurso, do primeiro ao último momento, com quem partilhei as minhas maiores angústias, dúvidas mas também alegrias, estiveste sempre lá! Obrigada amiga! Joaninha, grande amiga, minha força da natureza, Sónia, Martinha, quem levo no coração, tal como o Ricardo, Fred e Bruno que têm uma palavra de gratidão da minha parte. Pedro e Chico, os meus meninos, com quem tanto aprendi e que me ajudaram ao longo desta caminhada.

A ti MÃE, a pessoa mais importante ao longo deste periodo, sem ti a realização deste trabalho e deste sonho não seria possível, sei bem tudo o que passaste para eu chegar até aqui e por isso o meu muito Obrigada! PAI, meu verdadeiro pai em todos os momentos, MANA, a minha vida, sem vocês este trabalho não estaria completo, por tudo o que representam para mim. Tia, minha segunda mãe, presente de uma forma fantástica e com quem chorei e ri tantas vezes.

OBRIGADA a todos que tornaram possível este trabalho e que me fizeram acreditar que era possível...

Índice

Resumo

Introdução 7

Capítulo 1 – Reconfigurações Sociais e Transformações do Trabalho e Emprego

- 1.1. A actual fase da Globalização e Novo Capitalismo 12
- 1.2. O choque Tecnológico: Sociedade de Informação e Funcionamento em Rede 22
- 1.3. A mudança tecnológica, trabalho e emprego: flexibilidade e precariedade 30

Capítulo 2 – Empreendedorismo e Inovação Social: Rumos Actuais

- 2.1. Empreendedorismo Empresarial e Empreendedorismo Social 37
 - 2.1.1. Redes e Capital Social 43
- 2.2. Inovação Social: Conceptualização na Sociedade Actual 46
 - 2.2.1. Microcrédito 48
 - 2.2.2. Novas Formas de trabalho: O Caso do *CoWorking* 50

Capítulo 3 – Hub Porto

- 3.1. O que é o Hub Porto? Breve caracterização e apresentação dos objectivos 52
- 3.2. Enquadramento Territorial e movimento Hub no mundo 55

Capítulo 4 – Estágio Curricular no Hub Porto

- 4.1. Actividades Realizadas no estágio 58
- 4.2. Reflexão acerca dos conhecimentos adquiridos e problemas teórico-metodológicos colocados no estágio 60

Capítulo 5 – Instrumentos de Recolha e Análise de Informação

- 5.1. Inquérito: Caracterização dos utilizadores e análise da satisfação face ao Hub Porto 64
- 5.2. Entrevista: uma outra aproximação empírica 80

Capítulo 6 – Reflexão sobre o Estágio

- 6.1. Avaliação Global do Estágio 95
- 6.2. Recomendações e Propostas de Intervenção 97

Considerações Finais 101

Bibliografia 106

Anexos 112

Introdução

O presente trabalho foi desenvolvido no Hub Porto no âmbito do estágio curricular do segundo ano de mestrado em sociologia. É o resultado da experiência de um aprendiz de sociologia no desempenho das suas funções inserido num contexto organizacional.

Torna-se fundamental neste momento proceder à apresentação do objecto de estudo para que possamos perceber o enfoque analítico sobre o qual se irá debruçar o processo de investigação. O objecto foca-se no espaço Hub Porto, um serviço tutelado pela Junta de Freguesia de Paranhos, um espaço apresentado de forma inovadora, destinado a alavancar projectos de carácter inovador, que pretende impulsionar alterações na situação profissional dos indivíduos que a ele se associam, bem como gerar benefícios em torno da actual sociedade. Apropria-se, na sua forma de actuação, de conceitos como o de empreendedorismo, inovação social e mudança social e neste sentido desenvolvemos mecanismos de captação sociológica dos mesmos, por forma a apreender os seus efeitos na vida social dos indivíduos. A implementação de um espaço que se apresenta como promotor de novas dinâmicas de empregabilidade e sua consequente mudança social é um dos elementos que despertou o interesse analítico na medida em que accionamos uma estratégia de pesquisa que nos fornecesse elementos interpretativos face a esta temática.

Os objectivos que estão na base da inserção no Hub Porto e a indagação daí resultante são pautados pelas concepções que foram sendo gradualmente apresentadas em torno do conceito e a nossa pretensão de apreender o seu impacto junto dos actores sociais e da esfera social. Neste sentido, como primeira finalidade deste trabalho, surge a percepção deste espaço na efectiva mudança social, isto é, perceber de que forma é que o Hub está directamente relacionado com a promoção de efectiva mudança social, com o predomínio de novas dinâmicas lançadas pelo empreendedorismo e pela inovação social.

Um outro interesse analítico aponta para a captação de possíveis alterações na forma de trabalho e de trabalhar por parte dos utentes do espaço Hub. A aproximação analítica focou a óptica do utilizador, podemos falar da ocorrência de novas formas de trabalho, atendendo essencialmente a aspectos como o ambiente e as tecnologias de informação e comunicação? É um aspecto ao qual pretendemos dar resposta, assente no conhecimento teórico/metodológico inserto neste trabalho. O ambiente de trabalho

remete-nos para a possibilidade de ocorrência de uma crescente valorização do mesmo, condições com que os indivíduos se deparam no seu local de trabalho, tentando verificar se há uma crescente valorização de ambientes menos formais, fora do âmbito normal dos escritórios comuns. Apreender se a adesão a esta instituição está de alguma forma articulada com essa questão. Por outro lado, as novas formas de trabalhar surgem na elaboração dos objectivos como uma noção relacionada com o forte predomínio das Tecnologias de Informação e Comunicação, o uso cada vez mais recorrente às mesmas para desenvolver os mais diversos trabalhos.

A sociedade em rede é uma noção com a qual nos esbatemos actualmente, integrando muitos dos debates teóricos actuais (Castells, 2007), e neste sentido, uma outra finalidade associada a este trabalho passa por desvendar a forma como as interacções sociais incitadas pelo Hub vão de encontro ao funcionamento em rede. Este funcionamento inclui categorias analíticas como a criação de sinergias entre os indivíduos, os laços sociais estabelecidos, a motivação, a partilha profissional que os indivíduos desenvolvem entre si no seio do Hub.

Associado a esta indagação sociológica temos igualmente a problemática do combate a situações de desemprego. Deparamo-nos com situações que são estabelecidas no sentido de facilitar a fixação de futuras ideias empreendedoras e aqui ganha relevância perceber até que ponto o Hub se constitui como um motor de arranque, que impulsiona novos domínios profissionais. De salientar a contemplação não só de casos em que os indivíduos procuram o primeiro emprego mas também os que se encontram nas mais diversas cenários de transição laboral.

Será o Hub uma plataforma que contribui de forma fulcral para o combate a situações de desemprego, colocando à disposição dos indivíduos que o integram um conjunto de medidas activas na empregabilidade, no processo de (re)inserção no mercado de trabalho? Num contexto em que não podemos descurar a dimensão do desemprego “(...) sob pena de desvirtuarmos um modelo de sociedade que se pretende integrado, coeso e solidário e de defraudarmos as legítimas expectativas de participação de cada um dos seus elementos. O desemprego deve ser encarado como uma questão de cidadania e justiça social e não uma questão de economia ou estatística” (Jorge, 2000: 11). Incluimos no presente estudo a forma como o Hub se apresenta neste seguimento de ideias, a sua utilidade social actualização como instrumento que tenta amenizar o desemprego. Avaliamos assim, ao longo desta exposição, a forma como actualmente encontramos no Hub sinais de uma medida “(...) que existe uma forte preocupação em

recuperar para o contacto com o mundo do trabalho, pessoas que dele se viram afastadas já há algum tempo e que, por vezes, carecem igualmente de um reforço das componentes sociais” (Jorge, 2000: 11).

As alterações sociais que se têm feito sentir na sociedade portuguesa contemporânea, movidas pelos avanços tecnológicos, a constituição da sociedade de informação e a ocidentalização da cultura, factores integrantes do processo de globalização a que temos assistido, têm-se afirmado como factores de um grande impacto nos efeitos sobre o trabalho. Estes efeitos que paulatinamente reportam os indivíduos para situações de debilidade não só económica mas também social, constituem-se a base de toda a pertinência patente neste processo de investigação. Torna-se evidente a necessidade constante de prestar um contributo teórico, apresentando as formas como estas noções se encontram socialmente configuradas. Estamos perante um processo contemporâneo que produz mudanças e desarticulações face a modelos tradicionais e que requiere a adaptação a uma nova realidade.

Actualmente deparamo-nos com a emergência de novos ritmos sociais, uma característica inerente ao fenómeno da globalização. A expansão das relações políticas, económicas e sociais estabelece elevados níveis de ligação cultural, sendo esta uma questão cada vez mais consensual e alcançável por via dos avanços das tecnologias de informação e comunicação. Inúmeras alterações ocorrem neste contexto, o que leva a uma abertura de novas perspectivas e a uma maior necessidade de interpretar o seu impacto social, expressos nomeadamente em termos da configuração do mundo do trabalho. O desenvolvimento de novas tecnologias que possibilitam a criação de diversas redes de comunicação e se apropriam de diferentes recursos é indissociável da forma de actuação e regulação social. Estas redes, a forma como se encontram patentes, induzem as estratégias criadas em torno da conquista do espaço social. Os efeitos que as dinâmicas lançadas pela globalização têm no mercado de trabalho são uma componente de análise significativa, na medida em que traduzem os efeitos de uma cultural globalizada com reflexos desiguais, que por conseguinte colocam os actores sociais em diferentes patamares de acesso às oportunidades de ingresso na esfera laboral.

É neste quadro de desenvolvimento que a temática do empreendedorismo e da inovação social ganham relevo uma vez que nos reportam para a criação de mecanismos que tentam contrariar a falta de oportunidades, partindo de novas formas de actuação junto da produção económica e na aposta substancial da mudança social que a enquadra. As apostas baseadas na inovação social são gradualmente incorporadas na forma de

actuação dos indivíduos, que procuram de forma inovadora responder aos desafios que a sociedade lhes coloca. São estas formas de actuação que pretendemos contemplar ao longo desta pesquisa científica, dando a conhecer as concepções e processos que as envolvem, tendo presente o pressuposto da reflexividade e do distanciamento patente á conduta do investigador aquando do contacto com a realidade em análise.

O presente relatório de estágio encontra-se dividido em seis capítulos definidos de forma a atribuir uma lógica sequencial à abordagem efectuada, possibilitando uma maior envolvência e interpretação face ao objecto de estudo – Hub Porto. O primeiro capítulo enquadra o fenómeno da globalização, os seus principais pressupostos e contornos, integrados na lógica contemporânea de funcionamento económico, político e social. A emergência do novo capitalismo, plausível de ser caracterizado à luz de uma natureza flexível que contraria as formas burocráticas expressas rigidamente, interfere na expressão dos significados atribuídos ao trabalho. Associa-se a cultura do novo capitalismo a uma fusão entre a racionalidade económica e a forma de actuação social, na qual os princípios económicos pautam a conduta de trabalho dos indivíduos, o seu capital face à esfera social.

No momento seguinte explanamos teóricamente os percursos profissionais dos actores sociais partindo das noções de empreendedorismo, o seu teor actual na constituição de respostas que potenciem o bem-estar social, quando falamos de empreendedorismo social e da lógica de mercado no que refere ao empreendedorismo empresarial. Assume-se a importância da criação de oportunidades num mercado de trabalho cada vez mais restrito, um espírito imbuído de valores dinâmicos, criativos, de resposta assentes na transformação dessa realidade laboral. A criação de oportunidades reflecte uma associação à inovação social pois as formas de superação adoptadas pelos indivíduos passam por acções de incremento de novas formas de fomentar o emprego, afastando os indivíduos da falta de oportunidades que a sociedade lhes apresenta. A vulnerabilidade associada às potencialidades de emprego acentua a convicção da necessidade de gerar mais-valias através da criação de iniciativas de trabalho.

Um terceiro capítulo efectua uma caracterização e uma apresentação dos objectivos da instituição que nos acolheu, o Hub Porto, pretendendo dar a conhecer a pertinência da realização do estágio curricular, o seu contributo na produção e na reconfiguração do social. Apresentado como uma medida activa de inserção no mercado de trabalho, o Hub é a base de todo o trabalho científico desenvolvido e através do qual

nos consideramos capazes de contribuir para o alargamento do conhecimento na área do social.

A realização do estágio tem subjacente o desempenho de funções, actividades direccionadas para o conhecimento sociológico academicamente obtido e informa uma inserção no contexto organizacional, colocando-nos em confronto directo com as problemáticas daí emergentes. O quarto capítulo dá conta destas actividades realizadas no seio da organização Hub, o qual incorpora a prestação de competências e conhecimentos na área da sociologia numa constante articulação com as necessidades da própria instituição.

A forma como o nosso trabalho de estágio foi realizado teve em linha de conta a aproximação empirica que julgámos ser adequada e que nos focou na obtenção da recolha de dados. Assim, o capítulo quinto reporta-nos para a recolha e tratamento da informação que alcançámos ao longo do período de estágio e que nos dá a possibilidade de efectuar o confronto entre a teoria e a empiria. Permite constatar a forma como a nossa dimensão de análise se encontra difusa na comunidade Hub e enformar o sentido das respostas aos objectivos que inicialmente avançámos. Este é o momento de enunciar a realidade inerente às formas de actuação do Hub de acordo com os indicadores definidos, através do qual se torna possível aceder às conclusões da pesquisa realizada. As medidas de avaliação accionadas, o inquérito por questionário, bem como o uso de entrevistas, tornam possíveis a captação de elementos que de outra forma não seriam abarcados de modo tão minuciosa.

O sexto capítulo expressa uma avaliação global do estágio, apresentando as suas principais evidências, efectuando uma breve exposição dos aspectos que definiram o nosso desempenho profissional, a experiência que obtivemos e a sua ligação com o que o consideramos ser uma conduta ética e deontológica adequada a este domínio profissional. Numa situação de desempenho de diversos papéis por parte do sociólogo, impera a capacidade de conjugar os conhecimentos obtidos em contexto académico com o saber que decorre da sua prática profissional. Retratar o processo de sentido crítico, descoberta e captação da realidade contextual, que está inerente à autonomia de desempenho das práticas profissionais.

O presente relatório apresenta ainda alguns elementos em anexo, que consideramos ser pertinentes para uma maior elucidação daquilo que vai sendo dito ao longo do mesmo e que serão apontados sempre que se constituir necessário.

Capítulo 1 – Reconfigurações sociais e transformações do trabalho e emprego

1.1 – A actual fase da globalização e Novo Capitalismo

Aquando da aplicabilidade que o conceito de globalização tem actualmente, tão versado, a discussão teórica em torno do mesmo pode causar as suas reticências. No entanto, considere-se relevante esta abordagem teórica, no sentido de perceber “a outra cara da globalização, escondida, silenciada (...) Trata-se desse outro rosto humano, nada sorridente e talvez por isso politicamente incorrecto, excluído, marginalizado dessa rede mundial, dessa intercomunicação à escala planetária (...)” (Cantista, 2005: 5).

Esta temática começou a ser intensamente abordada nos finais da década de 80, princípios da década de 90, tendo origem no espaço anglo-saxónico, mas sendo denominado de mundialização no espaço francófono (apesar de entre estes dois conceitos subsistirem algumas discrepâncias no que concerne ao seu significado). No entanto este fenómeno teve início não nos anos 80 mas sim a partir da época dos descobrimentos, no período em que eclodiram grandes trocas a nível comercial e aquando do estabelecimento de novos mecanismos de relacionamento político. “A mudança social está a desenrolar-se tão rapidamente que, se apenas há dez anos um sociólogo tencionasse escrever um livro sobre a globalização, teria de ultrapassar uma insensível e dura barreira de incompreensão. Mas, tal como o pós-modernismo era o conceito dos anos 80, agora a globalização pode ser o conceito dos anos 90” (Waters, 2002:1).

De facto, ocorreram mudanças na esfera política no final da década de 1980 que foram um importante impulso para o (re) emergir do processo da globalização, nomeadamente com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e com o Colapso da URSS, em 1992, o que permitiu a entrada do sistema capitalista nos Estados, no qual, anteriormente o mesmo não vigorava. O período entre 1980 e 1990 é de igual forma caracterizado por oscilações em termos de políticas comerciais (quebra do proteccionismo), por formação de economias mundiais, e igualmente por novos sistemas de comunicação, englobando estes últimos redes vastas de transportes, que potenciavam um rápido relacionamento entre as pessoas, e uma rede vasta de recursos que fez com que os indivíduos soubessem em tempo real o que acontecera do outro lado do globo.

Também as empresas e as corporações transnacionais foram factores que conduziram à implementação da actual fase da globalização, isto porque, estas empresas

têm cada vez mais poder, o que por sua vez influencia fortemente o sistema mundo. O funcionamento dos mercados de capitais, dotados de uma lógica autónoma de funcionamento no campo financeiro, contribui igualmente para a globalização dos grandes negócios, sendo que o funcionamento dos mercados constitui um suporte estratégico das empresas transnacionais (Giddens, 2007).

Desta feita, é passível afirmar que a crescente globalização da vida social tem vindo a construir-se desde há muitos séculos, tendo sido nas últimas duas/ três décadas que as interacções transnacionais conheceram uma acentuada intensificação. Tal verifica-se desde a globalização dos sistemas de produção e das transferências à disseminação, a uma escala mundial, de informação e imagens através dos meios de comunicação social ou às deslocações em massa de pessoas. Quando se fala em globalização é igualmente importante falar na existência de um estreitamento da relação espaço – tempo; esta confluência relaciona-se com as infra-estruturas decorrentes do processo da Globalização, como é o caso mais recente da Internet.

Podemos assim depreender, de acordo com o que já foi exposto, que estamos perante um fenómeno multifacetado com dimensões económicas, sociais, políticas, culturais, que se relacionam entre si de forma complexa. Porém, nos debates acerca da globalização denota-se uma forte tendência para reduzi-la à dimensão económica. Sem retirar a importância de tal dimensão, é necessário dar o mesmo enfoque a todas as dimensões por se constituírem como partes integrantes do conceito, cada uma com as suas especificidades e contornos em torno do mesmo.

No que concerne à dimensão económica da globalização, importa realçar a emergência de uma nova divisão internacional do trabalho, baseada na globalização da produção levada a cabo pelas empresas multinacionais, paulatinamente transformadas em actores centrais da nova economia mundial. Os principais traços desta nova economia mundial podem ser explanados, atendendo a uma economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento à escala global, bem como os processos de produção flexíveis, os baixos custos de transporte, a revolução das tecnologias de informação e comunicação e por fim a desregulação das economias nacionais. A dimensão económica referente ao conceito de globalização é sustentada pelo consenso económico neoliberal, contando com três principais inovações institucionais. As drásticas reduções à regulação e intervenção estatal na economia, tal como os novos direitos de propriedade internacional para investidores estrangeiros, inventores e criadores de inovações susceptíveis de serem objecto de propriedade intelectual e ainda

a subordinação dos Estados Nacionais a agências como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

“Fundado na convicção de que os mercados funcionavam mal com bastante frequência, defende agora a supremacia do mercado, com um fervor ideológico. Criado no pressuposto de que era necessário exercer uma pressão a nível internacional para que os países adoptassem políticas económicas expansionistas – como o aumento das despesas, a redução dos impostos ou a baixa das taxas de juro para estimular a economia – hoje em dia, o FMI só financia um país se os seus dirigentes se comprometerem com políticas como reduzir o défice, aumentar os impostos ou aumentar as taxas de juro para provocar a contracção da economia” (Stiglitz, 2002: 49).

Em torno deste cenário vivencia-se uma forte desregulação do mercado de trabalho, ainda que mais nuns países do que outros. Há uma importância crescente do ponto de vista mundial, tendo nas empresas transnacionais a produção de bens e serviços. Os Estados encontram-se mais débeis, a lógica pouco escapa à obtenção do lucro, o que se espelha nas relações sociais, embora com modelos diferenciados. A distribuição de rendimentos é menos equitativa, só aparentemente se assiste a uma distribuição forte por via do Estado.

No que remete para o domínio social do fenómeno da globalização importa referir que:

“ (...) o crescimento e a estabilidade económicos assentam na redução dos custos salariais, para o que é necessário liberalizar o mercado de trabalho, reduzindo os direitos laborais, proibindo a indexação dos salários aos ganhos de produtividade e os ajustamentos em relação ao custo de vida e eliminando a prazo a legislação sobre salário mínimo. O objectivo é impedir «o impacto inflacionário dos aumentos salariais». (...) A economia é, assim, dessocializada, o conceito de consumidor substitui o de cidadão e o critério de inclusão deixa de ser o direito para passar a ser a solvência” (Santos, 2001: 40).

Esta situação leva-nos a considerar que os efeitos da globalização são a este nível negativos, a lógica de salários associada à produtividade efectuada não se verifica, tal como ajustamentos em relação ao custo de vida, o que se repercute na eliminação a prazo da legislação sobre o salário mínimo. A nova pobreza globalizada, como tem vindo a ser designada, não resulta somente da falta de recursos humanos ou materiais, mas muito por via do fenómeno do desemprego, da forma como se têm vindo a destruir as economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial. “Fruto do capitalismo globalizado, dos processos de reestruturação industrial que lhe estão associados (...), os sistemas de emprego têm experimentado crises mais ou menos profundas que se manifestam no aumento do desemprego de longa duração e na generalização de precaridades e descontinuidades nas relações laborais” (Caleiras, 2004: 5).

No que concerne ao domínio político da globalização, entenda-se que a nova divisão internacional do trabalho, aliada à nova economia política, implicou algumas importantes alterações para o sistema inter-estatal, que consta da forma política do sistema mundial moderno. O panorama é este: por um lado os estados hegemónicos diminuíram a autonomia política e a soberania dos Estados periféricos e semiperiféricos de forma intensa, já por outro lado, a tendência de serem efectuados acordos políticos inter-estatais foi acentuada.

O Estado-Nação tem vindo, gradualmente, a perder a centralidade a que nos tinha habituado, por ser até então percepcionada como unidade privilegiada quer de iniciativa económica, quer social e política. O actual impacto provocado pela globalização face à regulação estatal aparenta ser um fenómeno novo. Destaque-se o facto de ser um fenómeno muito amplo, que abarca um campo enorme de intervenção estatal e que implica grandes mudanças no plano de intervenção, devido ao enfraquecimento dos poderes do Estado, que a globalização produz.

Partindo de tudo o que foi referido anteriormente, importa ainda aferir que muito se tem falado da necessidade de se pensar num “Estado Mundial”, controlado de forma democrática, como fonte de resolução dos conflitos entre os diferentes agentes globais e Estados. Este facto demonstra que inerente ao impacto causado pelo fenómeno da globalização, temos a questão de “pensar global e agir local”, articulando as decisões globais à sua aplicação local.

A globalização abalou igualmente a sociedade em termos culturais, assumindo “ (...) um relevo especial com a chamada «viragem cultural» da década de oitenta, ou seja,

com mudança de ênfase, nas ciências sociais, dos fenómenos socioeconómicos para os fenómenos culturais” (Santos, 2001: 51).

A globalização aqui foi mais controversa. Não nos ocidentalizamos todos, houve várias tentativas que até agora não foram bem conseguidas de mundializar o sistema político, isto é, colocar em prática sistemas políticos que já existem, nomeadamente na Europa. As estratégias económicas acabaram por dar azo a que a diferença se tornasse um elemento comercial. Esta mudança cultural acabou por ter movimentos de contra-cultura, movimentos fortemente libertadores. “Embora a questão da matriz original da globalização se ponha em relação a cada uma das dimensões da globalização, é no domínio da globalização cultural que ela se põe com mais acuidade ou com mais frequência” (Santos, 2001: 51).

Uma vez que este fenómeno afecta de tal forma os universos simbólicos, artefactos culturais e os valores, que por sua vez são provenientes do Ocidente, pode até ficar a questão de saber porque não uma designação de ocidentalização ou até mesmo americanização deste fenómeno. “O conceito de globalização é obviamente objecto de suspeição ideológica porque, tal como o de modernização (...) parece justificar a expansão da cultura ocidental e da sociedade capitalista ao sugerir que existe forças humanamente incontrolláveis que estão a transformar o mundo” (Waters, 2002: 3).

O individualismo, a racionalidade económica, a televisão, a publicidade, a Internet como exemplo da crescente valorização dos meios de comunicação, são marcas daquilo que se tem vindo a registar, uma progressiva difusão de elementos do Ocidente, que agora integram o quotidiano da nossa sociedade. Se para alguns autores o nível específico da cultura local e nacional é tido como em risco, por considerarem o fenómeno uma ameaça, já para outros a globalização traduz-se quer em homogeneização quer em diversidade, pois considera-se que as suas consequências tenham implicações idênticas para uns e bem distintas para outros.

O fenómeno da globalização “(...) é a consequência directa da expansão da cultura europeia através do planeta, por via do estabelecimento, da colonização e do mimeismo cultural. Está também intrinsecamente ligada ao modelo de desenvolvimento capitalista na medida em que este se ramificou pelos domínios político e cultural” (Waters, 2002: 3). Esta abordagem permite-nos constatar que este conceito tem fortes implicações na vida social, sendo que provoca efeitos na forma como cada sociedade se organiza e desenvolve, política, económica e culturalmente. Em todo o mundo, é visível um número cada vez mais elevado de sectores, nos quais denotamos o predomínio de

marcas ocidentais bem como de potencialidades capitalistas. As sociedades, em particular as Ocidentais, são menos centralizadas, são detentoras de uma maior inflexibilidade ao nível de vários campos. Esta nova fase do capitalismo tem implicações no mundo do trabalho, vivenciamos uma fase de profundas alterações, profundas transformações face aos 30 anos anteriores. Com as políticas neo-liberalistas o mercado de trabalho é cada vez mais um mercado que sofreu processos de regulação. Esta pressupõe mudança nos quadros jurídicos que estabeleciam as relações entre trabalhadores e patrões tornando o que era igual para todos em algo muito diferenciado, surgindo novas formas de contrato e emprego.

Sennett (2007) aborda a questão do capitalismo global e o impacto que o mesmo tem face aos comportamentos da sociedade. O autor tenta estabelecer o paralelismo entre o conceito e a realidade, o qual é pautado por consequentes evoluções sociais e políticas que na mesma se fazem sentir. Deixa bem evidente o facto de considerar que vivenciamos um período marcado pela superficialidade, pela falta de profundidade que assombra a nossa sociedade actualmente. Segundo ele, o actor social debruça-se mais sobre as suas potenciais capacidades do que propriamente sobre aquilo que realmente sabe e consegue fazer. Partindo desta ideia, a nova economia, que surge lado a lado com o novo capitalismo, gera novas problemáticas sociais. De acordo com Sennett, esta é a cultura do novo capitalismo, em que os elementos económicos se difundem na organização social, em que a racionalidade económica acaba por fazer parte da esfera social e interfere na vida dos indivíduos, na sua esfera laboral, entre outras. Chega mesmo a dizer-nos que:

“Desde a época de Marx, a instabilidade parece ser talvez o único factor constante do capitalismo. Os sobressaltos dos mercados (...) a migração maciça de operários em busca de melhores postos de trabalho ou de um emprego são imagens da energia do capitalismo que impregnou o século XIX e que foram evocadas, no início do século seguinte. (...) Actualmente, a economia moderna parece precisamente repleta dessa energia instável devido à propagação mundial da produção, dos mercados e da finança, e ao desenvolvimento de novas tecnologias” (Sennett, 2007: 21).

Há, desta feita, uma predominância da instabilidade, ainda que em períodos da história distintos, a qual espelha causas como o desenvolvimento actual da economia

mundial e o impacto da crescente integração das novas tecnologias de informação e comunicação na sociedade contemporânea.

Sennett (1999) defende que o capitalismo está em transformação, vivendo actualmente um novo momento, regrado de forma flexível, indo contra a burocracia de carácter rígido, como consequência do sentido que os indivíduos dão ao trabalho, às suas rotinas e as situações que essa mesma questão lhes provoca. Sennett atribui ao indivíduo que possui um trabalho de grande flexibilidade, relações de trabalho, nas quais os laços que são estreitados não são baseados numa lógica de longo prazo. Este cenário pauta-se por dinâmicas de mudanças e incertezas constantes, integradas num mercado de trabalho que atravessa um forte período de transformação. Perante esta situação, o autor considera que o desafio com o qual as sociedades actuais se deparam passa por percepcionar como os seus actores podem desenvolver mecanismos de longo prazo, inseridos de forma regulada a curto prazo. O autor afirma que a sociedade busca a resolução para a questão da rotina, com elementos de reestruturação do próprio trabalho. Esta reestruturação passa por munir as sociedades de instituições mais flexíveis, abarcando diferentes formas de poder. Tal como a flexibilização do tempo, também o carácter dos indivíduos é afectado. A forma flexível como se adaptam às situações laborais acaba, tal como nos diz o autor (1999), por afectar as suas condutas, tornando-as mais degradantes devido à superficialidade com que os indivíduos se deparam nas novas formas organizacionais. Sennett refere-se assim à existência de uma nova ética do trabalho, que considera ser maléfica para os indivíduos, contribuindo para uma espécie de degradação humana. Actualmente, deparamo-nos com um quadro ético do trabalho, no qual a valorização se destina à polivalência e à adaptação a diferentes situações e não tanto às experiências que cada um possui. Este é um cenário de profundas alterações, descritas pelo autor, de forma a estabelecer ligação entre as sociedades actuais, o trabalho e a corrosão do carácter que daí advém.

Este novo capitalismo reporta uma nova forma socialmente vigente, à qual Kevin Doogan se refere numa das suas obras acerca do novo capitalismo e as transformações que aí decorrem no trabalho. O autor diz-nos que “The critique of new capitalism presented here challenges the ideological, methodological and empirical basis of the societal transformation thesis” (Doogan, 2009: 4).

Importa não desviar o debate que tem vindo a ser construído da temática da globalização, sendo que posteriormente a temática será uma vez mais e de forma estreita relacionada com o mercado de trabalho. O conceito de globalização é cada vez mais

utilizado no nosso quotidiano, sendo que há um vasto leque de situações em que o mesmo se emprega, seja em conversas de carácter mais informal, como uma simples conversa de café, ou uma explanação teórica face a uma dada sociedade, cultura. Num sentido mais lato, a globalização é compreendida pela multiplicação das trocas, acções e decisões à escala global, induzindo uma percepção do mundo como um único sistema social, marcado por relações de elevada interdependência.

A globalização enquanto processo permanente, progressivo e multifacetado acelerou os ritmos de mudança social e deu origem a novos riscos e desafios, com os quais actualmente os actores sociais se deparam. Ao focarmos este conceito, “pode dizer-se que a globalização é a integração, formal e informal, da economia mundial” (Murteira, 2008: 137). Associadas em grande escala à globalização enquanto forças motrizes deste processo complexo, estão as forças económicas. No entanto, é erróneo pensar que a globalização se resume única e exclusivamente a domínios económicos, na realidade, é o resultado da junção de factores económicos, políticos, sociais e culturais.

A globalização, por ser um fenómeno espontâneo, decorrente da evolução do mercado capitalista, não direccionado para uma única entidade ou indivíduo, possui várias linhas teóricas que tentam explicar sua origem e seu impacto no mundo actual. Segundo Held (2000) a globalização deve ser concebida como um processo que engloba a transformação na organização espacial das relações e das transacções sociais, expressa em fluxos transcontinentais e inter-regionais e em redes de actividade, interacção e poder. Envolve o extravasar nas actividades económicas, sociais e políticas das fronteiras nacionais, marcadas pela intensificação das interconexões e fluxos de trocas ao nível dos investimentos financeiros, movimentos migratórios e culturais. O processo actual de globalização é ainda marcado pelo aceleração da difusão de ideias, bens, informação, capitais e pessoas. Esta intensidade, extensividade e velocidade das trocas conduzem a uma interdependência ao nível global em todos os níveis da vida social.

Estas tendências podem ser vistas a partir de várias perspectivas, distintas pela forma como concebem o fenómeno da globalização (Giddens, 2004).

- Perspectiva dos Hiperglobalizadores: Nesta categoria existem dois tipos de Hiperglobalizadores, os positivos e os negativos. Os positivos consideram que a globalização possibilita um melhor nível de vida (por ex. em Taiwan, o nível de vida é melhor do que há 20 anos). Os negativos, que consideram a globalização como algo mau, dizem que esta é fonte do acréscimo do fosso entre ricos e pobres. Para os hiperglobalizadores o que distingue a presente era das anteriores é a existência de uma

única economia global que transcende e integra as grandes regiões do mundo, procurando capturar as alterações qualitativas que ocorrem na organização espacial e as dinâmicas do novo capitalismo global, muito baseado na esfera financeira. Nesta perspectiva a autonomia e a soberania dos estado-nação têm vindo a ser eclipsadas pelo processo de globalização económica.

- Perspectiva dos Cépticos: Têm uma posição sedimentada na análise histórica, dizendo até que o mundo está menos interdependente do que em 1890. Há uma maior circulação de dinheiro, mas continuam a ser os grandes blocos que trocam entre si. Para os cépticos, o Estado-Nação não perde poder. Dão grande importância à questão dos blocos regionais, quer do ponto de vista económico, quer político. As posições mais cépticas face à globalização são muito mais cautelosas no que respeita ao carácter revolucionário desta; ainda que admitam a intensificação da interdependência mundial, é posta em causa a sua novidade face à época do nascimento do capitalismo. Por outro lado, sugerem que a globalização é um fenómeno recluso da maior parte dos países que pertencem à Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Económico (OCDE). Desta forma, o mundo está a tornar-se num conjunto de blocos que agregam os maiores interesses económicos e políticos. “De Acordo com os cépticos, toda esta conversa acerca da globalização não passa disso mesmo, de conversa. (...) a economia global não é assim tão diferente da que existia em períodos antecedentes. O mundo continua o mesmo, está assim desde há muitos anos” (Giddens, 2000: 20).

- Perspectiva dos Transformacionalistas: Enunciam que vivemos em globalização, mas com determinado tipo de particularidades, mantendo uma posição relutante quanto ao processo da mesma. Proferem que subsistem novas formas de organização social, onde o Estado mantém um determinado tipo de poder político. Aham que a situação actual é tão complexa que é difícil perspectivar o futuro. Os transformacionalistas representam uma posição intermédia entre as duas teorias anteriores, uma vez que para eles, a globalização não denota só uma mudança na intensidade ou na escala das relações sociais e actividades, envolve igualmente uma reorganização e rearticulação do poder económico, político, cultural. A questão está assim centrada no poder, na sua instrumentalidade, organização e distribuição. A globalização veio alterar a escala das instituições de disseminação do poder entre as grandes regiões do mundo.

Com o passar do tempo, temos assistido à formação de “algo de novo” que surge na economia mundial desde o último quartel do século passado. “Algo que é comum

designar por globalização, palavra susceptível de diversas interpretações, mas que, em termos económicos, significa, no essencial, a emergência de uma economia mundial crescentemente interdependente, na qual já não tem cabimento, por exemplo, falar de Terceiro Mundo, pois existe um mundo único, embora profundamente desigual” (Murteira, 2008: 137).

A noção de globalização provoca reacções distintas, dotadas de posições ideológicas extremas, debates constantes nos quais parece confundir-se mais do que esclarecer-se. Este conceito associa-se a exteriorizações de movimentos sociais muito distintos, com diversos interesses e forças que se exaltam em torno do mercado mundial, em que se pretende alcançar novos caminhos para os indivíduos. As concepções face à globalização são divergentes, para uns “(...) «globalização» sugere o mal absoluto; para outros, (...) a mesma palavra poderá prometer possíveis e inesgotáveis felicidades para o género humano. (...) os primeiros contam-se entre os que se consideram excluídos, pelo menos marginalizados, nas economias e sociedades actuais (...) os segundos são os privilegiados nessas economias e sociedades (...)” (Murteira, 2002: 71).

Aqueles que sentem que são afectados de forma negativa por este fenómeno, que principalmente económica e socialmente são atingidos, desenvolvem concepções pessimistas face aquilo que entendemos ser as repercussões no desenvolvimento das sociedades modernas. Contudo, e talvez por aquilo que entendem ser atingido pelo seu próprio mérito, há quem atribua ao conceito de globalização um conjunto de potencialidades e benefícios para a humanidade. Importa perceber que a interferência que este termo tem na vida dos indivíduos, nas suas diferentes esferas; leva a que os mesmos desencadeiem visões mais próximas do que é considerado benéfico, ou do que, por outro lado é tido como prejudicial.

Globalização, uma noção cada vez mais patente na linguagem moderna, reveste-se assim de grande diversidade e complexidade, que poderá ser vista à luz de quem equaciona a emergência de uma economia do conhecimento enquanto uma visão positiva da mesma. Por seu turno, quem atende essencialmente ao quadro das finanças globais, por um ângulo mais problemático, tende a perspectivar a globalização de um ponto de vista mais inquietante. Nós, na qualidade de cientistas sociais, devemos atender às duas perspectivas, para que nenhuma das visões surja como imposição ideológica daquilo que poderá ser o resultado de falta de reflexividade e subjectividade por parte de quem o faz. No entanto “(...) a inteira subjectividade do conhecimento não

está ao nosso alcance e (...) sempre persiste algum elemento subjectivo, o referido coeficiente ideológico que reflecte a nossa específica visão do mundo (...)” (Murteira, 2002: 72).

O que nos parece realmente importante reter neste momento é o facto do aproveitamento das oportunidades estar em grande medida condicionado pelo acesso a recursos materiais e tecnológicos, repartidos de forma desigual pelos grupos sociais. Desta feita, entenda-se como “(...) beneficiários principais das oportunidades criadas pela globalização os indivíduos, as classes ou os sectores mais produtivos; quem se mostre capaz de aumentar as oportunidades através da extensão dos mercados (...) de utilizar as instituições e as medidas de política e quem disponha de mais amplas competências no domínio dos conhecimentos e da comunicação” (Hespanha, 2002: 22).

O autor reporta-nos assim para os processos que estão a ser afectados pela globalização, provocando a desmembramento das estruturas de coesão interna nas sociedades contemporâneas. Esta corrosão das estruturas reveste-se de um interesse analítico significativo e que constitui o corpo da presente investigação sociológica.

1.2 – O choque tecnológico: Sociedade de informação e funcionamento em rede

“La espectacular transformacion de la economia y de las tendencias sociales observada en le decénio de 1990 justifica un nuevo estudio de la teoria de la sociedade de la informacion” (Aoyama; Castells, 2002:133). Revela-se importante no presente trabalho de investigação, ilustrar as transformações ocorridas nas últimas décadas e que nos induzem cada vez mais na utilização do conceito da sociedade da informação. Sabemos que o trabalho é um elemento fulcral, decisivo na vida dos indivíduos, sendo que tem um forte impacto em termos da própria estrutura social. E se pensarmos por exemplo em efectuar um retrato daquilo que têm sido as tendências do emprego, veremos que está devidamente patente o destaque que tem vindo a ser alcançado pela chamada sociedade de informação e conhecimento.

As profundas alterações ocorridas nos últimos tempos são por muitos entendidas como uma espécie de terceira revolução, marcada pela predominância de novos valores pautados pela informação, da forma como a sociedade de informação tem tido um lugar

de destaque no mundo social (Castells, 1999). É também um período designado como revolução da tecnologia da informação, ao que a sua interpretação em termos de significado e impacto social não fica atrás da revolução industrial ocorrida no século XVIII. Esta época de enorme centralidade informacional é claramente uma “conquista”, uma afirmação das TIC que veio como que substituir o suporte material da sociedade, originando modificações bastante importantes no que concerne ao relacionamento entre Estado – Economia – Sociedade. “Al llegar el año 2000, el nuevo paradigma informacional, unido a la aparición de la empresa de red, estaba ya bien asentado y con cimientos sólidos para su expansión” (Aoyama; Castells, 2002: 133). De acordo com os autores podemos desenvolver a ideia de que foram sendo criadas as condições necessárias para estabelecer e solidificar a sociedade em rede, na qual nos inserimos e pela qual muitas vezes somos claramente pautados.

A sociedade de informação é perspectivada como uma sociedade centrada não tanto na produção de bens, mas na produção de serviços baseada em conhecimentos e na produção, tratamento e transmissão da informação. Falamos de um tipo de sociedade cujo funcionamento se baseia cada vez mais em redes informatizadas. O valor acrescentado passa assim pelo conhecimento e informação, ocupando estas o lugar central da economia.

Este novo tipo de sociedade que emergiu possui uma sólida base, que por sua vez permite garantir a produção e a transmissão de grandes volumes de informação, assim como a interactividade em redes extensas. Além do que foi já referido, a Sociedade de Informação é essencialmente uma organização social na qual a produção, o processamento e a transmissão da informação se tornam fontes fundamentais do poder e do factor produtivo. A actividade económica, a produção de riqueza e a qualidade de vida, aquando da Sociedade de Informação, estão estritamente ligados às TIC. Daí advêm as oportunidades para atingir as metas económicas mais elevadas e simultaneamente contribuir para a melhoria da qualidade de vida. A capacidade de explorar essas mesmas oportunidades varia muito consoante as competências de reflexão e apropriação aos mesmos diversos níveis, como sendo o nacional, global, organizacional, no sentido de encontrar as opções mais adequadas. A falta dessa mesma capacidade pode traduzir-se num efeito inverso ao preterido, culminando em riscos com implicações sociais negativas, entre as quais o aumento acentuado das desigualdades sociais. Este aspecto é deveras importante pois condensa em si o efeito positivo que os

indivíduos podem retirar, bem como os efeitos maléficos que podem ser originados por falta de oportunidades que possibilitem igualar o patamar desejável.

Uma das características que melhor poderá definir a sociedade de informação é a expansão do que pode ser entendido com um quarto sector de actividade, aquele que engloba a indústria relacionada com a informação. “A aplicação das tecnologias de informação torna-se a principal fonte do crescimento económico (...) a economia e a própria sociedade crescem e desenvolvem em redor da informação, que constitui o núcleo central da nova sociedade” (Moniz; Kovács, 2001). Esta afirmação leva-nos a reflectir na forma como as TIC são indissociáveis do contexto social no qual se desenvolvem, as suas projecções vão além da sua própria autonomia. É este impacto que despoleta o interesse científico e que nos faz querer ir mais além do que surge na esfera social actual. Importa perceber o impacto que este novo tipo de sociedade tem na vida dos actores sociais, a forma como os modifica, se os modifica, os seus padrões de referência, se altera os valores que pautam as suas condutas sociais. Desta feita, se considerarmos uma relação interactiva entre tecnologia e sociedade, o que pode resultar é uma panóplia de desenvolvimentos futuros na vida dos indivíduos.

Em torno do conceito de Sociedade de Informação têm sido desenvolvidas perspectivas optimistas e perspectivas pessimistas, que tentam dar conta da actual ocorrência e impactos do conceito na sociedade contemporânea. Não há assim consenso face às suas consequências, havendo um confronto entre as perspectivas que se revelam opostas. A perspectiva optimista “identifica as potencialidades com as consequências, há uma transformação radical do trabalho, do emprego no sentido positivo. A Sociedade de Informação seria caracterizável pela generalização do trabalho inteligente realizado em redes de organizações flexíveis” (Moniz; Kovács, 2001). Embora haja quem atribua fortes potencialidades à propensão deste conceito no interior da sociedade, há também quem, em número crescente, desenvolva concepções que não vão nesse sentido benéfico. “Uma das consequências negativas apontadas é a redução do papel do ser humano na economia e, por conseguinte, o desemprego massivo. Com a possibilidade de fornecer competências e informações independentes dos agentes humanos e incorporados em mercadorias informacionais disponíveis em computadores, a produção torna-se cada vez menos dependente do homem” (Moniz; Kovács, 2001). De acordo com esta perspectiva, é importante desenvolver uma linha crítica daquilo que poderá ser originado em termos do impacto face ao emprego. A redução cada vez mais drástica do

emprego é uma realidade com a qual nos debatemos actualmente e que nos leva a reflectir que, significativamente, o que se encontra em expansão é o conhecimento.

Convém referir, de forma não menos importante, que o conceito de sociedade pós-industrial foi conhecido num momento posterior à análise efectuada por Bell (1973). O autor pensa na história da humanidade partindo de uma lógica de existência de três tipos de sociedades, a pré-industrial, a industrial e a pós-industrial. Segundo a sua perspectiva a sociedade pós-industrial pode ser caracterizada fundamentalmente pelo facto de a economia apontar cada vez mais no sentido da produção de serviços, amplamente ligados ao conhecimento e não tanto a produção de bens. Tal como nos fala Kovács (2002) a sociedade pós-industrial é percepcionada como uma sociedade de empregos terciários. Aquilo que se começava a desenhar nessa época era a importância da ciência, do seu elevado incremento social, sendo paralelamente apoiado também no acréscimo da escolarização da população. Neste domínio, os anos 60, em grande parte os países ocidentais, traduzem o acesso maciço ao sistema educacional e a cada vez maior importância da meritocracia numa lógica de acesso aos postos de trabalho.

Também os profissionais que estão inseridos neste tipo de sociedade da qual temos vindo a falar, são largamente valorizados, prestigiados, muito por via das suas estreitas ligações com a investigação, sectores intimamente ligados ao conhecimento, à sua evolução. Este mesmo conhecimento tem vindo a ocupar um papel importante no que respeita a questões como a inovação, muito relacionadas com as novas mudanças que têm vindo a ser implementadas no seio da sociedade. É de realçar que a ciência tem sido um marco importante destas mudanças ocorridas; são cada vez mais significativas as apostas no domínio da investigação científica, verificando-se que o nível do investimento com vista na obtenção do conhecimento é umas das mudanças que têm vindo a ocorrer.

O sistema social continua a funcionar numa lógica de predomínio capitalista, sendo que esse capitalismo é global, estando estruturado, em grande medida, na forma de rede de fluxos financeiros (Castells, 2007). Castells dá-nos conta da “(...) emergência de uma nova estrutura social (...) esta nova estrutura social está associada à emergência de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX” (Castells, 2007: 17).

São várias as questões associadas a esta reestruturação que tem vindo a ganhar destaque em torno da chamada Sociedade de Informação. A flexibilidade é, de forma

evidente, uma dessas questões, tal como a descentralização das empresas e o seu funcionamento em rede (quer interna como externamente); também o capital tem vindo a ser cada vez mais “enaltecido” na lógica de funcionamento deste tipo de sociedade.

O final do século XX leva-nos a conceber as transformações radicais que têm ocorrido, em grande parte geradas pelo acelerado desenvolvimento das novas tecnologias da informação. As tecnologias difundiram-se velozmente por todo o sistema económico e pelo sistema social. Estamos perante um novo período histórico, e para proceder à sua compreensão, afere Castells, os parâmetros da modernidade revelam-se ineficazes. De facto, percebe-se, que a crença moderna no progresso linear, na organização das sociedades em torno de Estados fortes e no planeamento racional do crescimento económico está visivelmente abalada. Actualmente vivenciamos numa nova organização social, a da sociedade em rede. A vida social depende em grande medida da ligação que é estabelecida com uma determinada rede, sendo que uma rede implica um conjunto de relações que nela estão intrínsecas. A vida pautada no seio de uma sociedade é dotada de grande complexidade e as relações que daí advêm são pautadas por essa mesma complexidade. Falar do conceito de rede, aplicando à sociologia, implica dar conta das formas de organização humana e de articulação entre grupos e instituições de modo a desenvolver e promover as mesmas. No entanto, é importante salientar que estas redes sociais estão intimamente interligadas com o desenvolvimento de redes com uma estrutura física e com recurso a elementos de comunicação. O desenvolvimento de novas tecnologias, bem como a possibilidade de criação de inúmeras e diversas redes de comunicação, de interesses específicos, utilizando os mais variados meios, são fundamentais e indispensáveis para o desenvolvimento destas redes sociais. As estratégias que são accionadas em prol da conquista do espaço na sociedade estão relacionadas com as potencialidades decorrentes do funcionamento das redes tecnológicas e ainda da troca de informação que aí se verifica.

Castells, um dos mais importantes sociólogos da actualidade, coloca muito a tónica no papel da Internet nos dias de hoje, no facto de as barreiras do tempo e do espaço serem ultrapassadas no seio deste tipo de sociedade – a sociedade em rede. Para o autor, e tal como tem sido abordado, a situação que vivemos nos últimos quarenta anos resulta de questões como a revolução das TIC, assentes em vários aspectos, como o caso da electrónica portátil (micro chip), incremento de novas formas de comunicação sem fios, bem como da estrutura física da comunicação e da Internet (a sua extensão a

partir dos anos 80). Todas estas questões levam ao surgimento, do ponto de vista fundamentado de Castells, da chamada sociedade em rede, rede essa que pressupõe contactos; este sistema proliferou e aumentou a quantidade de “nós”, acelerando-se a capacidade de informação e negociação entre os mesmos. Pensemos neste “nós” como sendo pessoas, grupos e instituições que se encontram inseridos socialmente. Entedamos a sociedade em rede como a forma interligada que pauta a sociedade actual, que engloba as estreitas relações e troca de informação que nela decorrem. O seu aumento substancial levou consequentemente ao aumento da interdependência, começando esta a ser uma característica incentivada com vista à obtenção de maior produtividade e também aumento da competitividade (lógica capitalista). Esta produtividade remeter-nos-á para a inovação técnica e organizacional, no caso da competitividade falamos de flexibilidade, muito ao nível da população que trabalha numa dada empresa, em termos das suas competências, aqui a capacidade de inovação e adaptação a diferentes contextos laborais encontram-se claramente patentes.

A designação sociedade em rede engloba assim complexos níveis de educação elevados, autonomia e capacidade de resolução de problemas, de questões relacionadas com determinada actividade, actividade essa cuja evolução se prende em larga medida com o desenvolvimento das diversas áreas. O conceito de sociedade com funcionamento em rede relaciona-se assim com pressupostos que têm subjacente que a morfologia social vai se impondo à acção social, espelhando situações de dominação e mudança social que daí decorrem. Este funcionamento social significa “(...) além de sua compreensão como uma forma de «integração da diversidade», a busca de formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo.” (Randolph, 1999: 45) Partindo desta ideia considere-se o facto de as redes estabelecerem pontos de intersecção entre conteúdos distintos, entre os quais, o económico, político, cultural e social, bem como formas distintas, entre as quais, a local, nacional e mundial. Não se trata só de efectuar uma caracterização das sociedades com funcionamento em rede mas essencialmente procurar perceber o processo de transição e a actual realidade desta temática.

Torna-se clara a concepção de que “ a revolução da tecnologia de informação motivou o aparecimento do informacionalismo como base material de uma nova sociedade. No informacionalismo, a produção de riqueza, o exercício do poder e a criação de códigos culturais passaram a depender da capacidade tecnológica das

sociedades e dos indivíduos, sendo a tecnologia da informação o elemento principal. (...) A lógica preponderante de redes transforma todos os domínios da vida social e económica. ” (Castells, 2003:459)

A economia informacional, como designa Castells (2003) é outra noção que resulta do conjunto de reajustamentos que foram sendo efectuados nos últimos tempos. Trata-se de um novo formato de economia, caracterizada pela velocidade com que os contactos são estabelecidos, a forma acelerada como a informação circula, funciona. A lógica deste tipo de economia, que se tem vivenciado actualmente, é marcada pela importância económica, nomeadamente a tudo o que se relaciona com as comunicações (Internet, telemóveis e até mesmo publicidades efectuadas por esses meios por exemplo). Este capitalismo informacional que Castells tão bem explora nas suas diversas abordagens em torno desta temática, traduz-se num acréscimo da rapidez, da troca, da facilidade que se encontra inerente em estabelecer diferentes ligações. Se em momentos da história da humanidade a distância geográfica era sinónimo de dificuldades de comunicação, tal não acontece nos dias de hoje, actualmente estamos perante uma sociedade que propicia o contacto, na qual a distância geográfica é na maioria das vezes colmatada com a comunicação. Convém ainda dizer que esta economia informacional tem subjacente uma apetência cada vez maior, mais significativa, de produtos relacionados com a informática, com o seu funcionamento. Podemos entender esta questão como tendo uma dupla repercussão pois não só a economia gera e funciona nesta lógica informacional como também o próprio indivíduo se tem adaptado a essa mesma lógica de funcionamento, sendo que as suas relações são afectadas, pautadas por isso, vivenciamos aquilo a que se pode chamar descentralização das relações sociais, que se tem transportado para um aumento significativo do individualismo. As alterações que têm ocorrido ultrapassam o funcionamento da economia, afectando assim a esfera privada e social do próprio indivíduo. Sabemos então que este capitalismo levou a uma forte base financeira e tal como já foi referido, a um aumento das situações de interdependência.

As TIC são actualmente um forte domínio produtor e reproduzidor das relações sociais, das lógicas de funcionamento laboral, tendo vindo a obter um grau de importância acrescido, quer em termos da sua utilização quer em termos do que produz consequentemente. Os avanços tecnológicos podem transformar a cultura material, “o processador de texto, a calculadora de bolso, a fotocopiadora e o CD player eliminaram em grande parte a máquina de escrever (...) que foram todos eles, em certa época,

avanços tecnológicos.” (Schaefer, 2006: 441) No entanto, as transformações ocorridas por via dos avanços tecnológicos não acarretam consequências só na cultura material, as “mudanças tecnológicas também podem remodelar a cultura imaterial.”(Schaefer, 2006:441) São estas remodelações imateriais que importam analisar, importam perceber a nova dimensão cultural com a qual nos deparamos actualmente, fruto dos ajustes que vão sendo efectuados à luz das novas tecnologias de informação e comunicação.

Acerca da Internet, os posicionamentos ocorrem de forma a concebê-la enquanto uma representação virtuosa, denota-se que a dimensão social é atingida pela internet, os seus domínios de interferência na vida do actor social. A Internet é perspectivada como a base do comércio electrónico, uma nova forma de fazer comércio electrónico, uma nova forma de fazer comércio, com empresas deslocalizadas. Em prol deste predomínio cada vez mais acentuado da virtualidade há uma diferenciação no que concerne ao simbolismo que lhe está inerente. Este já não é “construído” com base na relação com os outros mas algo “imaginário”, havendo assim um menor contacto com a vida social muito por via da atenção, tempo dirigido às TIC, à centralidade que esta tem vindo a ocupar, paralelamente à descentralização das relações sociais. Tudo isto promove uma crescente importância da economia informacional, no entanto esta só é possível a partir do avanço tecnológico e científico. Esta sociedade é uma sociedade capitalista, com a lógica entre o capital e o trabalho, em que os padrões da produtividade são muito maiores, onde a predominância mais acentuada é a de troca de produtos e bens, são estas transacções que marcam o seu funcionamento. Por conseguinte, podemos abordar a questão da mercantilização da vida social pois esta surge como uma marca das sociedades contemporâneas, em que tudo passa a ter um valor económico e de transacção. Há desta forma a ideia de valor cobrado, relacionado com a intervenção das pessoas que têm formação, muito pautado pelo aumento da formação e também da especialização. Há um maior investimento ao nível das qualificações e paralelamente uma maior aposta na especialização, uma aposta em determinada área, implicando, numa lógica de funcionamento social e económico, a sua remuneração.

Num contexto de capitalismo informacional importa abordar igualmente, e de forma não menos importante, a mudança identitária que lhe está subjacente. A noção de identidade é fulcral e tem um peso bastante significativo, processo em que um actor se reconhece a si mesmo, construindo um significado para si, a partir de um conjunto de atributos de natureza cultural, social ou económica. Estas identidades podem ser

marcadas por um cariz conflituoso, acabando por ter um papel estruturante e organizativo. Ainda relativo a esta questão, importa salientar que a crise que se vive em termos das identidades está relacionada com a mudança de valores, com a quebra de valores culturais, e com a própria mediatização dos fenómenos sociais.

Torna-se fundamental neste momento proceder á explanação dos contributos de Beck (1997), que nos dá conta que durante o século XX houve um elevado acréscimo da comunicação. Esse facto demonstrou uma maior aceleração na última metade do século por via do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. A forma como os indivíduos se adaptaram e aprenderam a utilizar estes meios foi também ela acelerada, até porque o termo “comunicação” é para muitos entendido como a palavra-chave da contemporaneidade. Para o autor o que vivemos actualmente, a partir dos anos 60, é uma nova forma de modernidade, não sendo esta uma ruptura mas sim o resultado de todo um período marcado por características tais como a flexibilidade por exemplo. O Ocidente vivencia aquilo a que se pode chamar de processo intenso de individualização, uma sobreposição do “eu” face ao “nós”, as pessoas libertam-se de constrangimentos estruturais, passando assim a ser capazes de criar as suas condições de vida, efectuando as suas próprias opções. Segundo Beck, actualmente, a capacidade de escolha num conjunto restrito de opções é sempre mais vasto, mais amplo. Ao longo das suas exposições teóricas o autor vai-nos dando conta do facto de a sociedade actual ter criado um conjunto de novos riscos, riscos esses que surgem enquanto produto do crescimento económico, resultante do impacto que a humanidade tem sobre a natureza.

Numa “sociedade de risco”, tal como a perspectiva Beck (1997), importa salientar que o risco sempre existiu, o que acontece é que nos dias de hoje surgiram novos riscos, muitos dos quais o actor social não tem capacidade de controlar. Ao encontro desta ideia vai a de que é necessário o factor tempo aqui implicado, para que através dele sejam percepcionados os efeitos de determinadas coisas. Os riscos são, actualmente, relacionados a funções intrínsecas de sobrevivência, sabendo nós que a incerteza é um elemento também ele presente na vida social.

Cada vez mais se denota o aumento da predominância da instabilidade, da insegurança. Do ponto de vista social, importa referir, que o indivíduo é um “eu” frágil, é este o caminho que tem vindo a ser traçado pelas apostas que recaem sobre o desenvolvimento actual, os mecanismos sociais que têm sido accionados levam a nossa sociedade a ser definida como um risco, uma incerteza para quem nela e através dela vive.

Uma sociedade pautada pelo surgimento de novas formas de organização e dinâmica das empresas, que pretendem estar a par da economia global (o seu ritmo alucinante), origina, um contexto laboral débil, constituindo-se assim um dos principais riscos da sociedade. Para Beck, o risco diz respeito a “ (...) um estágio da modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial” (Beck,1997:51).

No decorrer da sua abordagem, aquele avança ainda com as suas considerações acerca modernidade tradicional, que segundo o próprio origina a “Modernidade Reflexiva”. Este conceito por ele avançado remete-nos para o facto de neste tipo de modernidade as preocupações, inquietações que vão surgindo terem a sua origem na tentativa de dar resposta, de efectuar uma resolução às situações de risco, aos problemas que daí podem advir. Sabemos que estas mesmas situações de risco são geradas pelo actor social, muito por via das sociedades modernas serem um alvo de permanente exposição, como consequência dos desafios a que de forma quase que tentadora à acção humana vai apostando. O conceito de modernidade reflexiva caracteriza-se então por relações que são desenvolvidas pelo sujeito com a natureza e com ele próprio, sendo que a questão com que nos deparamos, baseia-se na dominação dos problemas decorrentes da própria acção humana. Parece inevitável dizer, no que concerne a esta questão, que a responsabilização social atribuída ao individuo é cada vez mais elevada, pois este está largamente associada a novos desafios, novas apostas que não podem, de forma credível, por de lado a hipótese de tais se constituírem como um risco social, denota-se o desconhecimento face aquilo que serão os resultados que vão ressaltar da aplicação social do saber científico e tecnológico. A forma como estes são usados constitui-se uma ameaça, que domina as tónicas sociais actuais. A sua consistência, a forma como vai ocupando um lugar estratégico na vida de cada indivíduo, é também entendida como um factor estruturante da lógica global. O reconhecimento dos riscos e dos problemas deles resultantes são um aspecto de demonstração do carácter ambivalente face à ciência e à tecnologia.

1.3 – Mudança tecnológica, trabalho e emprego: flexibilidade e precariedade

A partir do final do século XVII e princípio do século seguinte, o trabalho tornou-se aquilo que Mèda (1998) denomina como “facto social total”, na medida em que é uma actividade estruturante da organização económica, política e social. Contudo, na grande maioria dos casos quando nos referimos a trabalho, referimo-nos a trabalho remunerado, ou seja, ao termo “emprego” e este tornou-se uma importante fonte de desenvolvimento emocional, ético e cognitivo dos indivíduos e, ao mesmo tempo conferiu um estatuto social ao trabalhador.

Desde os anos 80 que se multiplicam as publicações sobre a crise na sociedade do trabalho e sobre o fim da centralidade do trabalho no conjunto das relações sociais e na formação de identidades colectivas. Ainda nos finais da década de 60 se projectava uma sociedade centrada não no trabalho, mas no lazer, como resultado da revolução científico-tecnológica. Trabalho e produção perdem a sua capacidade de estruturar a sociedade, surgem novos cenários, novos actores e novas racionalidades, por outras palavras, outras esferas da vida passam a ser mais importantes e valorizadas, fazendo com que o trabalho perca a sua centralidade: “quanto mais tempo as pessoas passam fora do trabalho, mais se apercebem que ele já não é suficiente para organizar a sua vida”(Offe,1995:32). Neste seguimento, quanto mais precário o trabalho, menos importância ele tem enquanto factor de realização e desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos. Numa economia mundializada, com a predominância da lógica financeira e da rentabilidade a curto prazo, as empresas procuram antes de mais a flexibilidade e custos reduzidos, com o objectivo de produzir mais, melhor e mais rapidamente com menos. Obviamente, isto implica a redução e flexibilização do emprego, uma grande heterogeneidade de situações de trabalho e o aumento da força de trabalho flexível, fluida ou periférica.

A concorrência intensa em mercados globais pressiona os empregadores a reduzir os custos do trabalho (salários e encargos sociais). Deste modo, mesmo se houver aumento da procura, não se criarão mais empregos, porque as TIC permitem aumentar a produtividade, isto é, aumentar o volume da produção com o mesmo ou um número mais reduzido de trabalhadores. Por conseguinte, a crescente difusão das TIC leva à redução drástica do emprego e à formação de uma elite profissional, lançando a maioria da população no desemprego e/ou na situação de emprego precário. A maioria das pessoas deixa de se poder identificar com o seu trabalho, porque a economia não

requer trabalho pago suficiente para fornecer empregos estáveis em período integral para todos. A falta de perspectivas, a falta de confiança no futuro, o aumento do sentimento de insegurança, a inquietação e a angústia são características que marcam cada vez mais o ambiente laboral contemporâneo.

Nas últimas décadas “ (...) assistiu-se à transição de uma economia baseada na produção industrial para uma economia mais orientada para os serviços, colocando novos desafios na forma como a política de emprego é percebida e na forma como é capaz de responder às novas tendências e realidades económicas. A forma de funcionamento dos mercados de bens e serviços e os mercados financeiros mudaram de forma significativa o seu modelo de funcionamento.” (DGEEP, 2006: 4/5)

As transformações profundas que ocorrem actualmente no mercado de trabalho enquadram-se na transição de uma economia baseada na indústria para uma economia baseada nos serviços. Apesar de estas novas formas de trabalho apresentarem, para muitos, grandes oportunidades, podem também produzir uma ambivalência profunda por parte daqueles que se sentem enclausurados num mundo em constante mutação. De facto, uma das consequências que pode ser considerada como negativa da utilização das TIC passa exactamente pela redução do papel do ser humano na economia e pelo desemprego massivo. Com a possibilidade de fornecer competências e informações independentes dos agentes humanos e incorporados em mercadorias informacionais disponíveis para computadores, a produção torna-se cada vez menos dependente do homem. As tecnologias de informação e comunicação vão suprimir grande parte dos postos de trabalho, é esta a noção avançada por muitos autores actualmente. Na economia *high-tech* o único sector em expansão é o do conhecimento. Porém, este sector garante emprego para apenas a uma elite cosmopolita (manipuladores de símbolos e controladores da tecnologia e das forças produtivas), não se revela criadora de postos de trabalho para os milhões cujo posto de trabalho vai ser eliminado nos três sectores tradicionais.

Desde os anos 70, nos países capitalistas mais avançados, o desemprego constitui um dos problemas sociais centrais. As transformações estruturais da actividade económica e a reestruturação das empresas no contexto da globalização tendem a agravar esta situação. Trabalhadores, nas mais diversas actividades, vivenciam actualmente a precarização do trabalho, um sentimento de receio a respeito da estabilidade futura da sua posição e do seu papel no local de trabalho. Este conceito tem subjacente o carácter inseguro, débil, que estão associados ao trabalho e ao que ele tem

vindo a representar para o indivíduo. Se o indivíduo enquanto actor inserido numa determinada sociedade, procura no trabalho a estabilidade de que necessita, o que tem acontecido é o oposto, o trabalho como se dá a conhecer nos dias de hoje, revela-se mais resistente às expectativas do indivíduo. “ A relação entre trabalho e não-trabalho tornou-se ainda mais complexa. Ser capaz de beneficiar das transições, em vez de ser vítima delas(...)reveste-se de enorme importância” (Giddens, 2007:110).

Tem vindo a registar-se um aumento da concorrência, um grande enfoque sobre a inovação, que advêm das novas tecnologias de informação e de comunicação, o que consequentemente resultou naquilo que se designa como flexibilidade. Falamos então de um mecanismo, implementado no sistema organizacional, que “(...)veio a desenvolver-se por via de processos tendentes a captar e manter um núcleo de trabalhadores qualificados e excelentes (...) ao mesmo tempo que as empresas tentavam aligeirar-se de empregados menos produtivos...” (Freire, 2001: 146). O que acontece é que são accionadas formas de trabalho muito direccionadas para o que cada organização pretende, isto é, trata-se não propriamente de um modelo mas sim de uma panóplia de orientações de referências comuns.

Estamos perante um indicador que nos reporta de imediato para uma situação de instabilidade, de crise no trabalho, onde prevalecem mecanismos que favorecem determinados indivíduos e perpetuam as desvantagens dos restantes, esses que apresentam grande dependência relativamente ao trabalho, terão que ter a capacidade de se adaptar às condições que lhe são apresentadas. Freire refere o facto de nos deparamos com “(...) situações de dualismos, entre um núcleo estável, qualificado e bem retribuído, e um fraccionamento de segmentos periféricos de trabalhadores (...) adaptável às conjunturas.” (Freire, 2001:147)

A forma como a esfera laboral se reveste de um forte carácter flexível espelha-se no facto de desde os anos 70, os países industrialmente mais avançados, o desemprego se constituir um dos problemas sociais mais central. As modificações económicas, em termos estruturais, e a alteração das organizações num contexto globalizado são uma forma de reforçar essa mesma situação. Atentamos à questão “ aos trabalhadores industriais tradicionais em geral não têm qualificações requeridas para poderem trabalhar nos novos empregos ligados às actividades de alto valor acrescentado. (...) os aumentos de produtividade potenciais (...) e a informatização são de uma tal amplitude que as criações de empregos nas actividades novas necessárias para equilibrar as supressões de empregos nas actividades tradicionais se tornam difíceis de imaginar.” (

Moniz; Kovács, 2001) De facto, contrariamente às perspectivas positivistas, um pouco de reflexividade crítica leva-nos a conceber a era da informação não como um factor de abundantes postos de trabalho, com uma remuneração elevada, mesmo para indivíduos cuja escolaridade é mais básica. Este ajustamento não se verificou, não passa, em grande parte, por uma utopia conceptual, que não tem uma aplicação na situação de trabalho e por sua vez social dos trabalhadores.

Estas consequentes alterações que têm ocorrido nas últimas décadas conduzem o mercado de trabalho para uma acentuada precariedade. Esta precariedade faz sentir aquando da maior parte dos trabalhadores recebe o salário mínimo nacional e muitos trabalham em part-time, e além disso não têm acesso a regalias, como assistência médica, seguro de acidentes pessoais, como aqueles que integram outro tipo de situações organizacionais. A forma precária tem ganho contornos preocupantes, devido à sua penetração negativa na trajectória profissional dos indivíduos, a forma como os mecanismos de defesa dos trabalhadores tem vindo a diminuir por via das sucessivas investidas da Sociedade de Informação. O mercado de trabalho torna-se cada vez mais flexível, sendo este o meio privilegiado para efectuar a adequação entre o trabalho e a economia, na medida em que se torna capaz de disponibilizar força de trabalho a um menor custo, mais produtiva e assim mais competitiva. “ Nos meios empresariais existe uma forte convicção de que a flexibilidade do emprego, permitindo a variação do volume do emprego e dos salários, dos horários e local de trabalho, é uma fonte importante da competitividade.” (Moniz; Kovács, 2001)

Tem vindo a estabelecer-se uma diferenciação desequilibrada entre oportunidades que são criadas na sociedade actual, patente num mercado de trabalho polarizado, onde por um lado encontramos os indivíduos com aptidões para realizar actividades fazendo uso das novas tecnologias, e por outro aqueles que não se ajustam às mesmas, que não estão munidos dessa capacidade de manuseamento. No caso destes últimos, a facilidade de integração no mercado de trabalho diminui, explicada ou pela falta de capacidade de trabalhar com as mesmas tecnologias, ou então porque a própria organização do trabalho não impulsiona tal capacidade nos indivíduos. Este cenário é pautado por uma grande incerteza para os trabalhadores, que vêem a sua condição, paulatinamente, a ser alterada. Actualmente, assistimos “ (...) à agonia do trabalho, de que o desemprego actual não é mais do que um aviso (...) estamos envolvidos num processo infernal de destruição completa do emprego. Esta será provocada pela marcha implacável da tecnologia, que reduz progressiva e sistematicamente a necessidade de

intervenção humana nas diferentes tarefas económicas.” (Goldfinger, 2001:11) Encontramo-nos numa situação social com marcas de um veloz processo de globalização e das consecutivas investidas da tecnologia e se atendermos às visões pessimistas, a verdade é que nos esbatemos num cenário desencorajador, em que o preço a pagar pelo progresso tecnológico passa por diminuir o crescimento e criar menos riqueza ou então continuar a suportar a actual situação, na qual o desemprego cresce a um ritmo alucinante. “O desemprego propaga-se, incrusta-se, banaliza-se; os sistemas de protecção social criam fissuras e fragilizam-se, a angústia e a ansiedade crescem. Mais grave ainda, a criação de novos empregos e de novas empresas faz-se a conta-gotas.” (Goldfinger, 2001:12) São cada vez as mais as pessoas que assumem uma perspectiva pessimista, aqueles que sentem ameaçados os seus postos de trabalho, aqueles que gostaria de aceder ao mercado de trabalho, sentimento de instabilidade, que cada vez mais se direcciona a uma vasta audiência.

Desta feita, percebemos que o final do século XX e início do século XXI se pode caracterizar pela centralidade que a flexibilidade ocupa na gestão e organização do trabalho. As estratégias para atingir os objectivos passam pela incorporação de formas flexíveis, como forma de poder fazer frente à competitividade que se faz sentir no mercado global. Podemos estabelecer a distinção entre três dimensões da flexibilidade, sendo estas referentes a diversas situações de adaptação (Freire, 2001). Começamos por destacar a flexibilidade da mão-de-obra, que por sua vez tem vindo a ser obtida, jogando com três aspectos. Por via da flexibilidade quantitativa, em que se adapta o volume da mão-de-obra aquilo que se necessita para efectuar as actividades, como o caso dos recibos verdes e do contrato a prazo. (Almeida, 2005). Através da flexibilidade qualitativa, em que se procede a uma adaptação das competências e qualificações à empresa, adaptando a polivalência para que possam realizar diferentes actividades. Por fim, a flexibilidade salarial incorpora também esta dimensão, na medida em que os salários são atribuídos de acordo com o desempenho dos indivíduos.

Uma segunda dimensão da flexibilidade designa-se por flexibilidade dos produtos e da sua posição face aos mercados. Aqui importa aferir que tem vindo a ser feito a partir do aumento da investigação e da inovação, que antes ocorrera a um nível mais moderado do que actualmente se encontra bastante acelerado. Tem muito a ver com o factor da concorrência, daí que a aposta na inovação seja cada vez maior, além do que uma boa parte das empresas deixou de Nacional para ser internacional e as que continuaram a ser Nacionais sofrem grande influência externa. A última dimensão,

entendida como a flexibilidade organizativa, engloba a questão das TIC permitirem ganhos de rentabilidade bastante avultados. Isto faz com que a produtividade aumente e que por sua vez tenham influências no volume de emprego, nas qualificações. Tem também impacto ao nível das relações de trabalho, um maior controlo sob as actividades efectuadas, sendo assim empresas mais flexíveis.

Para além da distinção apresentada anteriormente, Glória Rebelo (2004) apresenta-nos de igual forma o seu contributo, em que a autora apresenta determinadas divisões face àquilo que concebe como ajustamentos flexíveis. A própria distingue medidas de flexibilidade tendencialmente qualificantes e medidas de flexibilidade tendencialmente precarizantes, podendo estas ser postas em prática através de produtos flexíveis, processos flexíveis e organizações flexíveis. Refere a flexibilidade a curto prazo, a qual entende ser uma fonte de precarização do trabalho, distinta da de longo prazo que busca promover a transformação da organização, não pretendendo abarcar os efeitos de curto prazo. A flexibilidade operacional, difusa nos sistemas de produção e a flexibilidade estratégica, que consiste num investimento mais elevado em algumas áreas e num investimento mais reduzido noutras em que a rentabilidade poderá ser menor. Também nos realça a flexibilidade defensiva e ofensiva, a primeira alcançada partindo da redução de salários e ajustamentos de emprego criando grande instabilidade laboral, já a segunda pretende investir em novas formas salariais, privilegiando as garantias essenciais dos trabalhadores.

Esta tipologia avançada por Rebelo (2004) sublinha o facto de existirem dois panoramas dicotómicos no que concerne à necessidade de competitividade no mercado actual. Por um lado as organizações apostam na redução do número dos seus trabalhadores, no ajuste de horas que os mesmos trabalham ou até mesmo na redução de salários e de direitos que lhes são conferidos. Por outro, de forma bem díspar, as organizações lançam grandes apostas nas qualificações dos seus profissionais e na inovação de produtos, processos de produção e qualidade.

Toda esta equidade de situações laborais inquieta os indivíduos, revestindo a sua trajectória profissional de uma grande precariedade, por desenvolver mecanismos gradualmente mais débeis. Esta flexibilidade faz-se sentir cada vez mais, pois “ a necessidade de flexibilidade é um requisito do funcionamento das empresas cuja importância aumentou para lá de qualquer dúvida razoável” (DGEEP, 2006:5)

Esta questão constitui assim, um dos grandes desafios do mercado de trabalho português.

Capítulo 2 - Empreendedorismo: rumos actuais

2.1 – Empreendedorismo empresarial e Empreendedorismo social

“O conceito de empreendedorismo existe há bastante tempo e tem sido utilizado sob diferentes significados. Contudo, a sua popularidade renasceu nos últimos tempos (...) Há uma coisa fundamental: o empreendedorismo, relacionado com criação de empresas, terá de ter a ver com empresas de inovação” (Soumodip, 2007: 42).

Actualmente, são accionados os princípios do empreendedorismo para conceber, organizar e gerir uma resposta que vá de encontro ao bem-estar social. Falamos de um conceito colectivo, que produz bens e serviços à comunidade, pretende alcançar soluções para os problemas sociais. A sua medida de desempenho é o impacto social, contrariamente ao empreendedorismo empresarial cujo seu desempenho é efectuado tendo por objectivo a obtenção de lucro. Neste sentido, podemos aferir que empreendedorismo vai muito além da criação de negócios, reflecte uma forma de ver e fazer coisas onde a criatividade tem um papel fundamental. (Soumodip, 2007: 46) A questão da criatividade é fundamental pois está inerente à questão do empreendedorismo e é assumida claramente como um dos princípios inerentes à criação e desenvolvimento do Hub e importa perceber a sua interferência nos usos e apropriações feitas nesse mesmo espaço.

O conceito de empreendedorismo pode assim ser percepcionado como um processo que envolve todas as funções, actividades e acções associadas com a percepção de oportunidades e criação de organizações para persegui-las, isto é, engloba os ideais de empreender algo e de gerar produção nesse sentido. Podemos fazer uma distinção entre factores pessoais, factores relacionados com o ambiente que envolve o empreendedor e outros de natureza sociológica. O acto de empreender refere-se fundamentalmente à capacidade e ambição de agir consciente, com determinação, tendente a obter uma mudança. O acto de empreender revela-se numa atitude dinâmica perante a realidade, na medida em que face a determinados contextos internos ou externos, se concebem respostas de transformação dessa mesma realidade. Desta forma, é recorrente associarmos o empreendedorismo à inovação pois o indivíduo empreendedor apresenta uma forte tendência em munir as suas acções de forma diferente na busca de resultados diferentes com um carácter inovador, tentando desconstruir a realidade. O espírito empreendedor com um instrumento no combate ao

desemprego é também uma questão a incluir na medida em que o desenvolvimento do espírito empreendedor é uma alavanca fundamental para a resolução de problema do desemprego. A lógica é a de que são incrementados princípios de negócio, isto é, ideais de investimento junto dos segmentos mais vulneráveis da população. Existe a convicção de que é fundamental conhecer e combater as razões que bloqueiam as iniciativas de auto-emprego por parte dos sectores mais vulneráveis da sociedade.

O empreendedorismo surge assim “ (...) associado à ideia de criação de valor e de produtividade, no sentido de optimização de recursos e de eficiência económica em benefício da criação de valor”. (Quintão, 2004: 2) O empreendedor é concebido como a força impulsionadora da nova economia. Pode estando a serviço de uma empresa, perseguindo os interesses da mesma, ou trabalhando em função própria, numa oportunidade que ele reconheceu, sem vínculo a qualquer empresa estabelecida. A designação de empreendedor remete-nos para a sua origem francesa (a qual se denomina como *intrepreneur*) e que se refere a alguém que empreende um projecto ou uma actividade significativa. A forma encontrada para fazer determinadas coisas de formas diferentes encontra-se assim ligada a indivíduos que propiciam o crescimento económico. De acordo com Dees (1998), os empreendedores desvendam possibilidades, com o intuito de provocar mudança, sendo que a designação de um empreendedor vai além do que o mesmo faz concretamente, contemplando o seu comportamento, a sua postura. De acordo com o mesmo autor, por via do empreendedorismo, há um aproveitamento dos níveis como menos produtividade, para os níveis que geram mais produtividade e que por sua vez concedem maior retorno ao indivíduo.

Schumpeter (1959), autor que atribuiu grande influência ao empreendedorismo, o seu desenvolvimento em termos teóricos e práticos. O presente autor concebe os empreendedores como indivíduos que direccionam o processo por uma lado criativo e por outro destrutivo das marcas do capitalismo que se vivencia actualmente, partindo de uma nova aposta nas formas de produção, de novos produtos, no seio do mercado actual, como forma de superar as usadas formas precedentes. Para ele, o empreendedor transforma ou reforma o modelo de produção, concebendo-os como agente de mudança, munidos de atitudes inovadoras perante o mercado. Desta feita, conceitos como inovação, competências em assumir riscos, são relacionados com o perfil de empreendedor avançado por Schumpeter (1959), no qual o processo levado a cabo pelo empreendedor é capaz de despoletar o desenvolvimento económico. “ A percepção do risco pelo empreendedor é diferente da de outros indivíduos - onde os outros agentes

vêm apenas o risco o empreendedor vê uma oportunidade e tem segurança para a explorar.” (Sousa, 2008: 37/38)

Actualmente, o conceito de empreendedorismo remete-nos para uma atitude face ao mercado de trabalho, atitude associada em grande medida ao progresso económico e como consequência o desenvolvimento cultural e social. Perante o actual desafio inerente a todo o processo de ingresso e permanência activa no mundo do trabalho, arriscar, inovando, criando novos negócios, consta de uma forma de criação de auto-emprego, capaz de conferir ao indivíduo o risco de ingressar na corrente produtiva e social. A corrente produtiva e social traduz a necessidade de mudança, mudança de atitude, transposta em comportamentos de efectivo empreendedorismo, direccionados, por um lado para o reconhecimento das oportunidades e por outro a sua capitalização com vista a um retorno do investimento. Ser empreendedor é essencialmente ter o objectivo e a capacidade de agir de forma a obter uma mudança, implicando assim predisposições dinâmicas face á realidade social, as quais constituem como possíveis soluções de transformação dessa mesma realidade. Entendamos esta questão como a recriação da realidade, partindo da sua desconstrução, associado a um forte cariz inovador, e aqui a concepção de novas realidades é fundamental.

Devemos ter bem presentes que os empreendedores procuram respostas diferentes, alternativas relativamente aos desafios económicos e sociais que atravessam a sociedade portuguesa. Alcançar melhorias significativas em termos do crescimento e da competitividade, implica uma mudança na forma como os indivíduos/organizações desenvolvem as suas actividades profissionais, a resposta que os mesmos dão face às mudanças sociais que ocorrem. Um empreendedor é uma pessoa com visão face a uma determinada questão, colocado perante um problema, propõe-se a aproveitar a oportunidade fazendo uso de soluções inovadoras, com a agregação dos recursos que necessita.

A configuração do novo capitalismo, atendendo às metamorfoses sócioeconómicas, políticas e culturais, que contribui para a identificação de um novo período, o novo modelo de desenvolvimento capitalista reveste-se de um forte carácter paradoxal, na medida em que simultaneamente, verificamos significativos avanços tecnológicos, no seio da chamada “Era do conhecimento” e camadas humanas e sociais cada vez mais diminutas. Esta última questão leva-nos a ter bem presente a questão do desemprego, em que os indivíduos vivenciam situações precárias e de grande vulnerabilidade social. O emprego sofreu grandes oscilações nas últimas décadas, com o

declínio cada vez mais acentuado dos postos de trabalho, fortes implicações nas crescentes taxas de desemprego. Apesar do crescimento económico, as condições de inclusão social dos actores sociais têm sido abalados em torno deste contexto, vivenciando assim situações de exclusão face à obtenção de bens e serviços sociais.

É neste sentido que surge adequado introduzir a procura de respostas aos fenómenos que se têm revelado frágeis socialmente, impulsionados pelas constantes ameaças do actual desequilíbrio mundial em termos socioeconómico. O empreendedorismo social ganha destaque neste quadro social, em que se denota um decréscimo dos investimentos na esfera social. Numa breve definição, podemos conceber os empreendedores sociais como “ (...) indivíduos que têm soluções de inovação para problemas sociais. São ambiciosos e persistentes, enfrentam os maiores problemas sociais e oferecem alterações de larga escala. (...) o seu primeiro efeito vai para as actividades que geram mudanças sociais ”. (Soumodip, 2007:49) O empreendedorismo Social, a sua emergência e o seu papel na promoção da mudança social assume grandes contornos no seio de uma sociedade, como aquela com a qual nos confrontamos nos dias de hoje.

O conceito de empreendedorismo social abarca um novo paradigma de gestão social, apresentado como potencial transformador social. Este potencial espelha os sinais diferenciadores da gestão empreendedora da gestão tida como tradicional, os seus valores bem como as suas características evidenciam essa mesma questão. Surge como uma forma de combate a problemas de pobreza e exclusão social, tentando delimitar estratégias que possibilitem uma melhoria significativa a esse mesmo nível.

De forma sucinta, apresentamos um conjunto de explicações conceptuais em torno do conceito de empreendedorismo. (adaptação de Oliveira, 2004: 11)

- *School Social e Entrepreneurship* (SSE) define o empreendedor social como “(...) alguém que trabalha de uma maneira empresarial, mas para um público ou um benefício social, em lugar de ganhar dinheiro. Empreendedores sociais podem trabalhar em negócios éticos, órgãos governamentais, públicos, voluntários e comunitários (...) Empreendedores sociais nunca dizem ‘não pode ser feito’”;

- *Canadian Center Social Entrepreneurship* (CCSE) considera que um empreendedor social “ (...) vem de qualquer setor, com as características de empresários tradicionais de visão, criatividade e determinação, e empregam e focalizam na inovação social (...) indivíduos que (...) combinam seu pragmatismo com habilidades profissionais, perspicácias”;

- *Institute Social Entrepreneurs* (ISE) concebe o empreendedorismo partindo do facto de “Os empreendedores sociais são executivos do setor sem fins lucrativos que prestam maior atenção às forças de mercado sem perder de vista sua missão (social) e são orientados para um duplo propósito: empreender programas que funcionem e estejam disponíveis às pessoas (...) tornando-as menos dependentes do governo e da caridade”.

Os paradigmas de negócio desenvolvidos tradicionalmente baseiam-se na lógica do valor acrescentado, surgem inadequados perante esta nova realidade social, intensamente influenciado pelo empreendedorismo empresarial. O quadro apresentado seguidamente pretende evidenciar os traços que delimitam a forma de actuação do empreendedorismo empresarial e empreendedorismo social, estabelecendo assim as suas diferentes áreas de investimento (Oliveira, 2004).

Empreendedorismo Empresarial	Empreendedorismo Social
Individual	Colectivo
Produção destinada à lógica de mercado	Produção destinada para a sociedade
Centralidade no mercado	Centralidade nos problemas sociais
Busca o lucro	Busca o impacto social
Objectivo: Expansão e aumento de potencialidades face ao negócio	Objectivo: Desvio de situações de exclusão social e sua consequente promoção

O que diferencia então um empreendedor social de um empresário? A missão é o grande factor diferenciador. O empreendedor social busca cumprir um objectivo social, a produção de riqueza, aquando de um empreendedor social, não é um fim mas sim um meio para o cumprimento da missão social a que se propõe. Deparamo-nos assim com a emergência de um novo paradigma, pautado pela intervenção social, em que o cerne da questão é o combate a situações de exclusão social, contrariamente ao empreendedorismo empresarial, cujo objectivo passa pela máxima da obtenção de lucro, com a propensão de elevar as suas potencialidades. O empreendedorismo social consta de uma acção inovadora, direccionada para a acção social, a qual se inicia com a identificação de um problema social, para a qual em seguida se pretende apresentar uma resposta. Este princípio assenta em algumas características essenciais (Oliveira, 2004),

as quais o princípio da inovação, o facto de ter que ser exequível, auto-sustentação, implicando o envolvimento de vários indivíduos e que promove impacto social, para depois estes poderem ser avaliados, através da avaliação dos resultados.

Estamos perante “uma nova tecnologia social, pois sua capacidade de inovação e de empreender novas estratégias de ação faz com que sua dinâmica gere outras ações que afetam profundamente o processo de gestão social, já não mais assistencialista e mantenedor, mas empreendedor, emancipador e transformador” (Oliveira, 2004: 16)

Quintão presta o seu contributo em torno do conceito de empreendedorismo social, o qual considera que “ (...) apresenta um elevado potencial de afirmação como instrumento de inovação em domínios tais como a luta contra a pobreza, a exclusão social e o desemprego, criando soluções para necessidades sociais diversas que não obtêm resposta por parte dos serviços públicos ou do mercado privado lucrativo”. (Quintão, 2004: 1) A autora apresenta-nos a sua concepção, associando o conceito actual com o empreendedorismo tradicional, desenvolvido no quadro do actual estado da economia, em que a emergência de problemáticas sociais se revela incontornável. Este cenário, de acentuação e emergência de problemáticas sociais despoleta novas formas de organização económica, manifestas em novos serviços, como forma de alcançar melhorias significativas. “ As novas dinâmicas associadas às empresas sociais (...) têm vindo a ser abordadas como fenómenos de empreendedorismo, por apresentarem muitas vezes um carácter inovador a diversos níveis e pela capacidade de criação de capital social. (...) O empreendedorismo social comporta um elevado potencial de inovação na intervenção social e de criação de oportunidades de trabalho, sobretudo entre os profissionais do sector social”. (Quintão, 2004: 1)

É deveras importante esta criação de oportunidades de trabalho, no seguimento de todo o exposicionamento teórico, num momento em que a presença de marcas frágeis é evidente no mercado de trabalho, no qual o desemprego se repercute em termos não só de exclusão do sistema de emprego, por se estender numa visão alargada da exclusão social. Actualmente vivenciamos aquilo que é apreendido em termos sociológicos como “a centralidade atribuída (...) ao trabalho na organização do social”. (Santana, 2000: 113)

Vivenciamos uma mudança de mentalidades e barreiras culturais, contemplado por uma nova vaga de empreendedorismo, debruçado num trabalho de transformação dos problemas sociais em oportunidades de negócio. Os seus agentes de mudança defendem causas sociais e ambientais através dos mercados. Buscam uma

sustentabilidade financeira que lhes dê a possibilidade de desenvolver os seus projectos em rede. O desafio que pretendem superar passa pela criação de empresas sociais, estruturas inovadoras com atitudes de responsabilidade e cariz social, na forma de actuação no mercado. O princípio apresentado é o de defesa de causas, mantendo a sua competitividade no mercado, sendo que os objectivos são revestidos de estratégias tangíveis, no plano financeiro, bem como estratégias intangíveis, em termos de desenvolvimento social. Num momento em que a situação social do nosso país é caracterizada pela crescente necessidade de mão-de-obra técnica, excesso de licenciados, o que por sua vez provoca um fluxo de desemprego; um aumento da esperança média de vida, o que tem implica uma maior capacidade financeira da segurança social; um número gradualmente mais elevado de pessoas excluídas socialmente, juntamente a esta realidade, o facto de atravessarmos uma recessão económica e de se detectar a necessidade de o Estado assumir um status de contenção, promove a integração do conceito de empreendedorismo social, ao serviço do desenvolvimento e defesa de causas sociais.

2.1.1 – Redes e Capital Social

Neste momento, a noção de rede e de capital social, em torno da temática do empreendedorismo revela-se um importante enfoque analítico, sendo que irá centrar-se nos empreendedores e nas suas redes, bem como a importância que nesse sentido assume o capital social. “A literatura revela que as redes sociais e o capital social afectam o processo de empreendedorismo, o que significa que o contexto social em que o empreendedor está inserido condiciona as suas acções. Assim, o estudo do empreendedorismo deve fazer referência às redes e ao capital social”. (Sousa, 2008: 3) É esse esforço que será efectuado nesse momento, dando conta da adequação entre os conceitos e a sua mais-valia em termos do desenvolvimento de actividades empreendedoras na sociedade portuguesa actual.

Iniciamos esta exposição teórica explanando, da forma que consideramos ser mais adequada, o conceito de rede social. Rede social pode ser perspectivada como uma ligação estabelecida entre diferentes indivíduos, relacionados por via das relações sociais que estabelecem entre si e pelos mecanismos de regulação daí resultantes. Este conceito tem implicações ao nível da envolvimento de padrões de relações sociais mais intensas e frequentes entre os indivíduos abarcados nessa mesma dimensão. A ruptura

com o distanciamento que a rede social tem subjacente, isto é, a proximidade social que realça neste sentido, é despoletada a partir da coesão dos membros e que por sua vez torna acessível a comunicação e a partilha de conhecimentos entre eles.

Desta feita, podemos avançar com a ideia de que “ devido ao carácter (...) da rede social, o empreendedor terá maior acesso a informação sobre oportunidades, (...) a rede social do indivíduo pode determinar a amplitude da informação a que ele tem acesso”. (Sousa, 2008: 13) As oportunidades que podem surgir por via da integração em determinada rede social são um atractivo para os indivíduos com ideias empreendedoras e que procuram estrutura não só económica mas essencialmente social que possa sustentar os seus projectos. Tenhamos presente a importância desta questão na criação e obtenção de emprego, destacando o papel das redes sociais a esse nível, uma vez que, lhes poderá conceder a ligação a redes que de outra forma lhe seriam difícil aceder. Esta componente é fulcral na análise aqui levada a cabo, pela centralidade que esta noção obtém no estabelecimento de elementos de ingresso no mercado de trabalho do seu status socioeconómico. Jara (1999) sublinha a importância da construção de redes sociais: “As redes representam uma estratégia de luta e cooperação dos grupos sociais que conformam a sociedade fragmentada para transformá-la.” (Jara, 1999:7). Segundo o autor “os relacionamentos de confiança, reciprocidade e cooperação facilitam a construção de processos de mudança social e desenvolvimento (...), enriquecendo o tecido social ” (Jara, 1999:17)

Ao efectuarmos uma explanação teórica acerca do conceito de capital social, importa defini-lo através dos valores, relações e instituições que são partilhados e que resultam na cooperação entre distintos grupos sociais. No seguimento desta questão, a construção que subjaz este capital social é deveras importante, como de denota nas redes sociais e a aquisição de factores que proporciona. Segundo Coleman (1999) o conceito de capital social é produtivo e possibilita a obtenção de determinados objectivos, não sendo este totalmente tangível mas podendo revelar-se pertinente em alguns desempenhos da vida social. O autor (1999) entende o conceito em análise, como um recurso que os indivíduos obtêm, capaz de produzir bens colectivos, partindo da reciprocidade e da confiança gerada entre actores que o protagonizam.

A análise deste conceito deve patentear o facto do capital social se manifestar “(...) na interacção social e, logo, é essencialmente um fenómeno de grupo ou de rede (...) um facilitador, uma chave que permite o acesso a recursos detidos por outros”. (Sousa, 2008: 28) Os recursos assumem assim um papel crucial na detenção do capital

social uma vez que lhe atribui aos seus actores mecanismos desmistificadores face á realidade pretendem incorporar. Neste sentido, a apropriação deste conceito pode colmatar a falta de outros recursos, como sendo os económicos, pois pode originar ligações a outros actores, podendo assim gerar benefícios sociais ou vantagens económicas.

As seguintes definições (Sousa, 2008: 29) surgem no sentido de elucidar as componentes do conceito de capital social, as quais integradas neste processo analítico.

- Segundo Nahapiet e Ghoshal o capital consta da “ soma dos recursos efectivos ou potenciais inseridos, disponibilizados e decorrentes da rede de relações de um indivíduo ou unidade social. Assim, o capital social compreende simultaneamente a rede e os activos que podem ser mobilizados através dessa rede”;

- De acordo com Putnam, definir capital social passa por abordar os “aspectos da organização social como redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e cooperação e coordenação para benefício mútuo”.

Perspectivamos, assim, o conceito de capital social como um conjunto de recursos que o indivíduo adquire num determinado contexto, entendido como a sua rede, na qual se encontra e através dos quais acciona a sua conduta, dando-lhe a possibilidade de atingir situações de mais-valia social. Importa analisar este conceito à luz da incorporação de elementos como a informação, uma maior facilidade de obtenção da mesma, bem como um conteúdo mais diversificado. Em termos do conhecimento realça o facto de este desempenhar o papel de credencial, o que por sua vez confere o acesso mais alargado de recursos. No entanto, um olhar mais atento face a este conceito leva-nos a falar também da redução das expectativas individuais que podem ocorrer na medida em que a pertença colectiva pode levar a um certa acomodação e reflectir-se na inibição de procura de caminhos alternativos. Esta última questão pode ocorrer essencialmente em grupos onde está inerente um elevado controlo social, com um carácter fechado.

A detenção do capital social surge estreitamente ligada com as redes sociais, neste enfoque face ao empreendedorismo, uma vez que nos remete para uma estrutura sem marcas físicas mas que se torna capaz de suportar as questões relacionadas à troca de informação e de conhecimento entre os seus elementos que a compõem. A génese do capital social associa-se então, à estrutura social na qual o indivíduo se encontra

inserido, o lugar que ocupa tem repercussões na capital que dispõe. A pertença a uma rede mais alargada pressupõe uma “ (...) uma maior diversidade, facilitam o acesso dos actores a nova informação, oportunidades e recursos promovendo o sucesso das acções instrumentais. Estas redes permitem ainda ultrapassar barreiras e “abrir portas”. (Sousa, 2008: 36) A referência ao sucesso das acções instrumentais é uma questão chave do presente debate teórico na medida em se reveste da simbologia conferida ao capital social e que funciona de forma adequada na manutenção de redes empreendedoras.

A explanação teórica efectuada sobre o capital social deve ser alargada e aprofundada, pelo facto de ser uma noção cada vez presente na vida dos indivíduos, percepcionado como um dos mecanismos pelos quais a superação dos défices sociais pode ser atingido, como temos vindo expor a sua articulação no âmbito do desenvolvimento e criação de oportunidades empreendedoras.

2.2 - Inovação Social: Conceptualização na sociedade actual

Relacionar o empreendedorismo com a inovação é cada vez mais usual na medida em que o empreendedor aplica cada vez mais uma inovação no seu contexto de negócios. O final da década de 90, evidencia as respostas que foram procuradas, assentes nos desafios da economia munidos de estratégias que passam pela criação de áreas económicas baseadas na inovação e no conhecimento, com uma maior competitividade e capaz de interferir no crescimento económico. Esta é a base da aposta na inovação social. Esta inovação pode transpor-se em diferentes formas (Soumopip, 2007:43): introdução de um novo produto; introdução de um novo método de produção ; abertura de um novo mercado; a aquisição de uma nova fonte de oferta de materiais; a criação de uma nova empresa.

Noções como empreendedorismo e inovação social estabelecem entre si uma forte relação, cada vez mais um conceito é relacionado com o outro. Uma vez explanado o conceito de empreendedorismo, importa aprofundar um pouco mais a questão da inovação.

“ Inovação é a ferramenta específica dos empreendedores, o meio através do qual eles exploram a mudança como uma oportunidade para um negócio ou serviço diferente. Pode ser apresentada como uma disciplina, pode ser apreendida, pode ser praticada. Os empreendedores precisam de procurar decididamente as fontes de inovação, as mudanças e os seus sintomas que indicam oportunidades para inovações

com sucesso. Eles precisam de conhecer e aplicar os princípios da inovação de sucesso”. (Soumodip, 2007: 34)

Percepcionamos assim, que a inovação consta de um instrumento crucial, que permite estabelecer a ligação entre o empreendedor e os novos contributos para o mercado. A questão passa pela articulação, uma forma de actuação conjunta em prol de novas ideias de impacto no mercado de trabalho. Após termos vivenciado um período, no qual a ideia de inovação se relacionava em grande medida com o domínio tecnológico, os últimos anos apresentam uma maior notoriedade da inovação social, presente em âmbitos diferentes da vida em sociedade.

A inovação social apresenta-se como um novo instrumento, uma resposta com reconhecimento social, cujo objectivo passa por gerar mudança social, a qual integra a questão da satisfação das precisões humanas que não são abarcadas pelo mercado, a pretensão de promover a inclusão social e ainda o investimento nos agentes ou factores na via da exclusão social, pretendendo efectuar mudanças nas relações de poder. “ As perspectivas mais recentes afastam definitivamente a inovação social da tecnológica, atribuindo-lhe uma natureza não mercantil, um carácter colectivo e uma intenção que não só gera, mas também visa, transformações das relações sociais. (...) Nesta óptica (...) implica sempre uma iniciativa que escapa à ordem estabelecida, uma nova forma de pensar ou fazer algo, uma mudança social qualitativa (...)” (André; Abreu, 2006: 125) Neste sentido, podemos aferir que a inovação social engloba mecanismos que pressupõem atitudes pautadas pela mudança, refutando os princípios que consideram ineficientes na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos.

O conceito de inovação, aquando da sua implicação no desenvolvimento e contributo na criação de emprego, surge associado à crescente complexificação da esfera económica, sentida ao longo das últimas décadas. Neste contexto, é evidenciado o papel do indivíduo na criação de valor, a importante valorização de forças inovadoras, como forma de criar oportunidades de trabalho para os indivíduos, medida de combate ao flagelo que dessa parte advém actualmente. A expressão de inovação recebe assim “ (...) um sentido conotativo que o identifica com as transições que marcaram a passagem para o actual paradigma técnico-económico caracterizado por uma nova relação salarial e por um novo sistema produtivo, pautados pelos princípios da flexibilidade. (Parente, 2005: 65)

Num cenário de transformação, subjacente a um período instável que atravessa a sociedade actual e na qual os seus actores enfrentam situações de desequilíbrio e de

desgaste da coesão social, a inovação consta da resposta a um fortalecimento do emprego, da inclusão e da coesão social. Assim, a sua aplicação, pode ser concebida nos dias de hoje como uma forma de fazer frente, de acompanhar a actual evolução social na medida em que as transformações políticas, tecnológicas, económicas, culturais e sociais implicam uma mudança na capacidade e qualidade de resposta aos problemas sociais, que designamos por inovação social.

Em torno do presente trabalho importa não nos desviarmos da articulação que esta noção tem com a criação de novos planos de actuação no seio dos diferentes fenómenos sociais que apresentam debilidades e que por isso incorporam o seu contexto de aplicação. Inerente ao que acabamos de referir encontramos uma implicação do surgimento de modalidades que tenham o objectivo de contribuir para a construção de uma sociedade diferente, regrada pela criação de oportunidades no mundo do trabalho, evitando a exclusão laboral que acaba por ter interferência na conduta social do indivíduo. Esta mesma conduta passa essencialmente pela melhoria, reforço das relações sociais, o que por conseguinte “ implica a expansão da cidadania e a redução da exclusão social, o empowerment e a participação activa na esfera pública, (...) a rentabilização de recursos humanos, (...) a transformação da dinâmicas económicas e sociais, (...) o desenvolvimento de novos instrumentos e metodologias de planeamento, (...) medidas e intervenções sociais”. (Figueirôa, 2008: 25)

2.2.1 – Microcrédito

O microcrédito constitui-se uma medida dotada de inovação social, pela forma como actua junto dos indivíduos e pelos benefícios que pretende gerar. Quando falamos de inovação social importa acrescentar à nossa abordagem este conceito, por via de a tornar mais esclarecedora e mais sustentada analiticamente. “O microcrédito consiste na prestação de um tipo específico de serviço financeiro – a concessão de crédito – aos elementos mais pobres e desprovidos da sociedade, que em condições normais a ele não teriam acesso”. (André;Abreu, 2006: 133) Consta de um empréstimo bancário destinado a apoiar pessoas que não têm acesso ao crédito bancário mas que pretendem desenvolver uma actividade económica por conta própria e, para isso, reúnem condições e capacidades pessoais, que antecipam o êxito da iniciativa que pretendem tomar. Para que os indivíduos possam usufruir do micro-crédito tem que cumprir alguns requisitos fundamentais, sendo que os indivíduos que não reunirem as condições delimitadas não o

poderão fazer. As pessoas a quem se destina o micro-crédito são pessoas que não têm acesso ao crédito bancário normal e que ambicionam realizar um pequeno investimento, propenso à criação de um negócio através do qual pretendem criar o seu próprio emprego. O investimento efectuado terá de ser percebido como algo sustentável, essa mesma iniciativa de investir a que se propõem tem que ser capaz de originar rendimento a fim de garantir o reembolso do capital emprestado.

A ANDC (Associação Nacional de Direito ao Crédito) é uma associação privada sem fins lucrativos, fundada em 1998, considerando que em Portugal se justificava se viesse a promover o desenvolvimento da experiência do Grameen Bank, criado por Muhamad Yunus no Bangladesh (1976). Esta questão não interfere com a autonomia individual que se pretende que exista, pois o indivíduo que solicita o crédito possui uma atitude activa ao longo do processo, encontrando-se inerente o princípio da iniciativa económica. Os candidatos ao micro-crédito têm que possuir uma das seguintes características: estar à procura do primeiro emprego, desempregados, desocupados, empregados a part-time e/ ou precários, indivíduos que não obtêm resposta do mercado de trabalho, indivíduos munidos de experiências e competências, com ideias, com um projecto, com capacidade de iniciativa, capazes de aliar espírito empreendedor e conhecimento do mercado. O apoio da ANDC torna-se pertinente na medida em que as pessoas honram o seu compromisso, o apoio concedido dignifica as pessoas em termos sociais uma vez que as insere na esfera económica, introduz os indivíduos no sistema económico.

O apoio prestado neste âmbito do microcrédito segue algumas etapas, iniciando-se numa fase de candidatura, seguido da identificação dos candidatos, acompanhamento e arranque, obtenção do crédito, análise do negócio que pretende ser instaurado e por fim a aprovação do mesmo.

Importa atender ao facto que a condição fundamental assenta na confiança, pretendendo dar oportunidade por outra via que não os empréstimos bancários, de os indivíduos investirem num projecto por eles criado, que lhes possibilite uma rentabilização do mesmo, para poderem garantir a sua inserção económica e consequentemente social. Esta medida de apoio aos indivíduos constitui-se, numa óptica mais sociológica, numa medida de combate à exclusão social, com significativas repercussões em termos da auto-estima, da realização profissional. Trata-se de uma questão menos burocrática, pautada por uma maior flexibilidade e maiores oportunidades de negócio, com rapidez nas respostas aos créditos.

O microcrédito apresenta-se assim como uma medida fulcral no que diz respeito ao acesso a novas oportunidades, que possam traduzir na prática, projectos delimitados pelos indivíduos e que lhes possibilite uma situação económica e social mais favorecida.

. O sucesso deste projecto foi de tal ordem que hoje em dia, o conceito de microcrédito se apresenta espalhado por todo o mundo, e se constitui como uma importante ferramenta para os actuais projectos empreendedores, uma vez, que permite o acesso a fundos financeiros a públicos que tendencialmente encontram vedados o acesso ao crédito. Na prática, a inovação traduz-se em pequenas ideias, simples mas luminosas, que acabam por surtir impactos sociais elevados. Todavia, não basta ter ideias inovadoras, é necessário ser pró-activo na execução e concepção dessas mesmas ideias, ou seja é necessário empreender. Assim, inovação e empreendedorismo são dois conceitos que se encontram numa simbiose perfeita, e que devem ser entendidos como indissociáveis.

Embora tenhamos presente a noção de que “ (...) o microcrédito não constitui uma panaceia para os problemas de desenvolvimento, pobreza e exclusão” não podemos descurar o facto de permitir “ (...) não só o acesso a uma fonte de rendimento (...) o reforço da auto-estima e valorização pessoais e a substituição de uma atitude de dependência ou desistência face à ausência de oportunidades por uma proactividade e autonomia” (André; Abreu, 2006: 135)

2.2.2- Novas formas de trabalho: O caso do CoWorking

O conceito de *coworking* surge como uma nova realidade laboral, associando-se a este novos modos de como o trabalho pode ser perspectivado. Todavia esta é uma realidade pouco explorada pela ciência da gestão e até pela sociologia do trabalho.

A ideia de flexibilidade é um pressuposto base deste conceito. O espaço laboral é percebido como um local híbrido e partilhado por trabalhadores independentes que trabalham melhor numa lógica de cooperação. Mais do que a criação e a “arrumação” do espaço de trabalho, o *coworking* apresenta-se como uma ideia de comunidade sustentada em valores como colaboração, sustentabilidade, abertura e acessibilidade.

Conforme já fora afluído anteriormente, a flexibilidade que ilustra o universo laboral contemporâneo contribuiu para o aumento do número de *freelancers* e de empresas *startup* à procura de espaços de trabalho com preço acessível. Estes dois

grupos laborais privilegiam uma atitude nómada em relação ao trabalho, tendo no portátil a principal ferramenta que não se coaduna com a rigidez de trabalhar a partir de casa. A seguinte afirmação atesta estes factos: “In general, the term coworking refers to a group of professionals who agree to share a workspace but who don’t necessarily have the same employer. It fills a need for independent businesspeople and start-ups that may not have the resources or the need for traditional office space (...)” (Holzman, 2010: 3).

A rede de contactos e as parcerias espontâneas entre empresas pautam o dia-a-dia dos espaços de *coworking*. Esta conjugação de sinergias desagua em eventos como sessões de *brainstorm* ou *workshops*, tal como atesta o testemunho seguinte: “What most of the people I’m in touch with need is a place to sit and a place to have (events). (...) A lot of life coaches, business coaches do workshops. (...) Insurance salesmen, small business owners, all direct sales folks just need place to showcase their product.” (Holzman, 2010: 3)

Para além dos referidos benefícios laborais subjacentes ao *coworking*, existem ainda alguns que podem ser considerados nomeadamente (Holzman, 2010):

- A criação de responsabilidade, ritmo de trabalho, o que permite evitar procrastinação;
- O incentivo à criatividade pela oportunidade de coabitar e trabalhar com outros profissionais intelectuais;
- A possibilidade de benefícios sociais que estão omissos aquando da situação de trabalho a partir de casa;
- O auxílio a aprendizagem via outros, a colaboração e o crescimento interpessoal;
- O desenvolvimento de um ambiente de comunidade onde se encontra suporte e encorajamento;
- O cumprimento da necessidade humana de trabalhar lado a lado com outros, e ajuda a desfrutar mais da actividade laboral.

Conquanto, o *coworking* tem também algumas desvantagens e não se adapta a todas as realidades pessoais. Não obstante, a crença reside no facto de as gerações vindouras possuírem uma mentalidade aberta e optem pela cultura de *coworking*, como espaço de resposta às suas necessidades de negócio e um instrumento de trabalho eficaz no actual mercado de trabalho.

Capítulo 3 - Hub Porto

3.1- O que é o Hub Porto? Breve caracterização e apresentação dos objectivos

O Hub Porto é um equipamento de serviço público tutelado pela Junta de freguesia de Paranhos da cidade do Porto. Este espaço caracteriza-se por ser uma plataforma de inovação social para a promoção do empreendedorismo, apoiando iniciativas empreendedoras, inovadoras, atendendo às necessidades éticas, ambientais e sociais. Este é um projecto que é apresentado de forma ambiciosa em termos de inovação e inclusão social que visa aliar sinergias entre vários parceiros e actores sociais, fazendo uso de diferentes potencialidades e interacção, tendo em vista o aumento da capacidade de criar, de inovar e de impulsionar agentes activos, dinâmicos e participativos na sociedade, com capacidade de mobilização em potência para um objectivo: a inclusão e a coesão social.

A criação de um espaço inovador e criador de inovação, extenso à comunidade que promova a coesão entre diferentes culturas, onde possam surgir novas dinâmicas, novas forças de mobilização, é uma meta que o Hub Porto pretende alcançar. É concebido um espaço de partilha, de trabalho, de impulso ao conhecimento que promova a inovação social, onde os indivíduos possam aceder a um vasto conjunto de recursos materiais, financeiros, tecnológicos e de capital em termos de conhecimentos e competências para tornar as suas ideias em inovação social, como forma de constituir as bases de verdadeiras iniciativas inovadoras e geradoras de efectiva mudança social.

A proposta de concepção apresentada pelo Hub Porto é de um espaço destinado a conectar pessoas, alavancar projectos de carácter inovador, inspirando transformações nos indivíduos, nas organizações e na sociedade. Um projecto assente na tecnologia social de funcionamento em rede, tido como um escritório do futuro, destinado à incubação de futuras organizações.

O Hub Porto é um espaço caracterizado pela inspiração, pela inovação social, pela criação e apoio de projectos ao nível do empreendedorismo, destinado a inovadores sociais, empreendedores, *freelancers*, executivos, estudantes e à comunidade em geral. Falamos de um espaço que se apresenta como portador de ferramentas, no sentido de construir projectos pioneiros, onde, de acordo ao espírito que conceptualiza, se podem encontrar novas oportunidades de negócio, um centro inovador, uma comunidade global

de partilha, constituído por pessoas provenientes das mais diversas áreas profissionais. É um espaço de trabalho, no qual os indivíduos têm acesso a diversos recursos, espaços, conhecimentos, experiência e financiamento. O lazer também é incluído na esfera Hub na medida em que existem espaços, bem como actividades desenvolvidas para a sua promoção dirigido aos membros Hub Porto.¹

Podemos encontrar diferentes espaços no interior do Hub, tais como, sala de formação, destinada a formações, *workshops*, apresentações, encontros ou outras acções, com capacidade para vinte e quatro pessoas, sala de eventos, destinada a exposições, recepções, apresentações, formação, ou outras acções de carácter geral, com capacidade para acolher cento e vinte pessoas. Este é também um local que poderá dar lugar a eventos de índole social e cultural, como gastronomia, música, dança, tertúlias. Encontramos também a sala aquário, destinada a reuniões, com capacidade para oito pessoas, a sala branca, sala de reuniões, apresentações, que se destina a um máximo de doze pessoas e ainda a sala designada por sala de trabalho, o espaço de *coworking*, reservado exclusivamente para os membros, salvo excepções que não colidam com os interesses dos próprios membros e sujeitas à aprovação prévia do Hub Porto. Os membros podem utilizar livremente esta sala, de acordo com o pacote de horas contratualizado.

Para além destas áreas, o Hub possui o espaço de apoio, o Bar/ copa, que se destina a apoiar todos os membros ou utilizadores que aluguem a sala de eventos. Nessa situação os indivíduos podem utilizar livremente os equipamentos e recursos de apoio disponíveis para esse fim. Este espaço é ainda o espaço de convívio e lazer, com acesso a produtos autorizados a vender no local, à máquina de café, uso do frigorífico, micro-ondas, fogão, que possibilitam efectuar refeições, estabelecer ligações entre os seus utilizadores, sendo mais uma das formas de interacção e partilha para quem usufrui deste espaço. O Hub tem ainda um conjunto de recursos que coloca ao dispor dos seus utilizadores, dos quais acesso à Internet, vídeo-conferência, telefone, Fax, fotocópias, caixa postal para empresas.

Em termos de tarifários de adesão, os quais adquiridos para utilização do espaço, vão de encontro a diferentes necessidades, na medida em que traduz um determinado número de horas no Hub, correspondentes a uma dada quantia financeira. Neste sentido,

¹ Entenda-se por membro, a pessoa singular ou colectiva, implicada/s em projectos de cariz empreendedor, que adquire serviços do Hub Porto, contratualizando um pacote de adesão. No caso dos indivíduos designados por utilizadores, consideremos a pessoa singular ou colectiva que aluga de forma ocasional os espaços definidos para tal.

o Hub detém cinco tarifários de adesão, os quais: o Hub Contacto, correspondente a 5 horas mensais e com um custo de 8 Euros, o Hub 25, que engloba uma carga horária mensal de 25 horas e com um custo de 35 Euros. Dispõe de igual forma do tarifário Hub 50, em que é adquirido um pacote mensal de 50 horas e com o custo de 65 Euros, o Hub 100 também é uma possibilidade de adesão, correspondendo a uma ocupação extensível até às 100 horas, tendo um custo de 85 Euros. O Hub Ilimitado incorpora também o leque de possibilidades de adesão do Hub Porto, no qual o membro poderá usufruir de 220 horas mensais, tendo um custo de 120 Euros e com o acréscimo de 5 horas de utilização da sala de reuniões durante o mês. Estes são os diferentes tarifários que o Hub tem ao serviço dos seus membros, sendo que o facto de estar vinculado ao Hub por via dos mesmos possibilita o acesso à plataforma mundial Hub, à programação mensal do Hub, à participação gratuita ou com preço reduzido em eventos realizados no âmbito do Hub Porto, bem como descontos nas reservas que possam ser efectuadas pelos mesmos nas instalações do mesmo. O Hub disponibiliza serviços de consultadoria, procurando ainda estabelecer os melhores contactos para os projectos/ negócios dos seus membros, através das parcerias estabelecidas e que em dado momento se podem constituir uma mais-valia para a conduta profissional os indivíduos que se encontram associados a este espaço.

De acordo com as normas estabelecidas para a utilização do espaço, o Hub Porto funciona todos os dias úteis das nove às dezanove, havendo a possibilidade de funcionar aos sábados, domingos e feriados, entre as nove as vinte e três horas, mediante o aluguer do espaço. No entanto, este horário poderá ser ajustado sempre que necessário e sofrer alterações, de acordo com as actividades propostas para realização no Hub e mediante a sua prévia autorização.

No que concerne aos recursos humanos do Hub Porto, os mesmos encontram-se vinculados à Junta de freguesia de Paranhos, com um coordenador responsável directo do Hub, contando com a permanência de duas Hosts a tempo inteiro no Hub. Entenda-se por Host o funcionário do Hub Porto cuja função é programar a actividade do mesmo, acolher, orientar, apoiar e promover a partilha de conhecimento e recursos aos membros e utilizadores.

O Hub Porto, assente na criação de um espaço inovador e criador de inovação, aberto à comunidade multicultural em Paranhos, pretende promover a coesão entre diferentes culturas, as quais possam resultar em novas dinâmicas, em novas forças de mobilização. Desta forma, os objectivos passam por aliar sinergias entre diferentes

potencialidades, aumentando a capacidade de inovar, de criar e de impulsionar agentes activos, dinâmicos e participativos na sociedade, com vista à agilização da sua capacidade de mobilização em potência para um objectivo comum.

A falta de um espaço de partilha, de trabalho, de impulso ao conhecimento que promova a inovação social, no qual a comunidade tenha acesso a um vasto conjunto de recursos materiais, financeiros, tecnológicos e de capital em termos de conhecimentos e competências, que possibilitem a transformação das ideias em inovação social, poderá colocar em causa e constituir entrave a verdadeiras iniciativas inovadoras e geradoras de verdadeira mudança social. Com a criação do Hub Porto pretende dar-se resposta a esta necessidade sentida sobretudo por uma população mais jovem, que não consegue aceder ao conjunto de recursos necessários tendo em linha de conta a sua realidade económica.

Muitas iniciativas ao nível do empreendedorismo não encontram uma plataforma de apoio à sua concretização, pelo que, e atendendo a esta situação, o Hub pretende dar a maior importância a este fenómeno ao apoiar empreendedores, sobretudo aqueles cujos projectos se pautam por princípios e preocupações éticas, de natureza social e ambiental, pois estes são os maiores desafios de um contexto actual cada vez mais global.

Apoiar estes projectos, cujo objectivo não passe exclusivamente pela maximização do lucro, mas também pela oferta de bens e serviços baseados nos valores e princípios sociais e ambientais, cujos seus responsáveis e mentores contribuam para a promoção e concretização de outros projectos, é a grande ambição do espaço Hub Porto. Este espaço aspira ser um espaço que se torne uma cadeia de apoio e de transmissão de conhecimentos e competências entre os seus membros, onde a inter-ajuda seja o pilar da dinâmica de funcionamento do Hub Porto.

Os objectivos subjacentes à criação do espaço Hub assentam na disponibilização de um espaço de carácter inovador, ao dispor da comunidade, a fim de garantir a promoção da coesão entre diferentes indivíduos, diferentes interesses. Coligar e fomentar sinergias entre diversos agentes e empreendedores, criando e incitando agentes activos, dinâmicos socialmente, impulsionar a capacidade de mobilizar diferentes agentes tendo inerente a inclusão e a coesão social, faz parte dos objectivos do Hub. Fomentar atitudes de consciencialização e sensibilização no sentido de incluir nos comportamentos dos indivíduos preocupações do foro social faz parte do espírito Hub.

3.2. -Enquadramento Territorial e movimento Hub no mundo

A área metropolitana do Porto apresenta uma importância significativa em termos de plataforma central da estrutura socioeconómica não só em relação a toda a área metropolitana mas também em relação ao Norte do país. Apesar de os últimos anos se terem traduzido numa intensificação do movimento migratório de saída do concelho, para os seus concelhos vizinhos, muito por força dos preços praticados pelo ramo imobiliário, importa manter presente o facto de estes movimentos se pautarem por uma natureza residencial. Os indivíduos que saem para residir noutros locais continuam a procurar e manter o Porto como local de actividade, onde se inserem na esfera laboral, bem como o indivíduo que imigra para a cidade.

A freguesia de Paranhos é munida de um carácter dinâmico, com grandes potencialidades, na qual se pode encontrar uma grande aposta em termos de fixação de centros de investigação. É neste contexto que se encontra o Hub Porto.

Os Hub's são apresentados como espaços de trabalho, de encontro, de inovação, de aprendizagem e de lazer. Espaços propícios para pessoas que têm como ambição a inspiração, conhecimentos, recursos, contactos e investimento para difundir e fazer crescerem novas ideias. Da mesma forma como e afirma que um ecossistema se refere à interacção entre seres vivos e o seu meio ambiente, o Hub refere-se à capacidade de inspirar espaços onde novas relações, contactos e iniciativas emergem, evoluem e prosperam. A consagração do primeiro Hub no mundo ocorreu em Joanesburgo, África do Sul, no decorrer de uma cimeira mundial, impulsionados pela temática do empreendedorismo social (Alves, 2009).

O conceito Hub tem vindo a desenvolver-se por todo o mundo, com instalações em quatro continentes, criando espaços para pessoas com ideais de mudança, envolvendo actualmente um rede de mais de 3.000 empreendedores, presentes em 16 cidades, as quais: Amesterdão, Berlim, Bombaim, Bristol, Bruxelas, Cairo, Estocolmo, Halifax, Joanesburgo, Londres, Madrid, Milão, Roterdão, São Paulo, Telavive e Toronto, de treze países, os quais: África do Sul, Alemanha, Bélgica, Brasil, Canadá, Egipto, Espanha, Holanda, Índia, Inglaterra, Israel, Itália e Suécia. A ambição é criar espaços que disponibilizem o melhor de uma agência de inovação, espaços equipados e uma equipa diversificada e qualificada de profissionais e competências para oferecer um espaço e um ambiente de inovação e de empreendedorismo. Espaços com todas as

ferramentas, equipamentos e competências necessárias para desenvolver e encetar novas parcerias. Espaços de acesso a experiências, conhecimentos, financiamentos e mercados, e acima de tudo, espaços de experimentação, de encontro e de diversidade.

De facto, o Hub Porto é um conceito internacional, criado por Jonathan Robinson, antropólogo, que percebendo a alteração de paradigma no que às necessidades de espaço de trabalho dizem respeito, e partindo de um conceito de espaço de trabalho partilhado que teve oportunidade de conhecer no Soweto, implementou esse conceito em Londres, com a ajuda financeira da Dame Anita Roddick (fundadora da Body Shop).

O primeiro hub foi inaugurado em Kings Cross. Com o sucesso, rapidamente novos Hubs abriram e hoje em dia existem 16 Hubs espalhados por 4 continentes.

Os Hubs, enquanto rede internacional, permitem que os utilizadores tenham uma bolsa mundial de empreendedores que partilham os mesmos princípios e valores, assim como um passaporte HubWorld que poderão utilizar para usufruir de espaço de trabalho e reunião em qualquer um dos 4 continentes onde estes estão implementados.

O Hub chega entretanto a Portugal, o primeiro Hub surge na cidade do Porto, num contexto universitário, posicionando-se estrategicamente num contexto de potenciais utilizadores do espaço, bem como, no contexto dos mais importantes recursos, o que aumenta e potencia as sinergias que deverão resultar da sua implementação. Esta é a forma como o espaço é apresentado e concebido pela equipa que o direcciona.

Capítulo 4 – Estágio Curricular no Hub Porto

4.1- Actividades realizadas no estágio

A realização do estágio curricular no Hub Porto surge no âmbito do segundo ano de mestrado em Sociologia, num momento em que se procura uma maior articulação entre o conhecimento e a prática científica. Neste sentido foi desenvolvido um protocolo entre a Faculdade de Letras da Universidade do Porto e o Hub Porto, uma instituição tutelada pela Junta de Freguesia de Paranhos da cidade do Porto. A duração do estágio ficou acordada em quinhentas horas, compreendidas entre Janeiro e Abril de 2010.

Os objectivos inerentes à realização do estágio relacionaram-se com o desempenho de actividades de natureza profissional que envolvessem a aplicação de competências e conhecimentos abarcados pelo capital adquirido em contexto da formação académica em Sociologia e com vista á elaboração de um relatório final sujeito a avaliação. Este ingresso institucional tem subjacente a aprendizagem de novos conhecimentos e competência, as quais mais concretamente, se relacionaram com as questões de análise, planeamento e de avaliação e ainda a dotação de elementos de resolução de problemas emergentes em contexto organizacional, com o qual o aluno ainda não tem contacto, procurando capacitar-se de forma a ultrapassar os obstáculos decorrentes do percurso profissional. O conjunto de actividades desenvolvidas ao longo do período de estágio pretenderam efectuar uma relação entre as necessidades da instituição, no desenvolvimento do seu próprio trabalho e do desenvolvimento de actividades no sentido de alcançar os objectivos inerentes à investigação.

Neste sentido, as actividades desenvolvidas no Hub Porto foram de encontro ao trabalho que os profissionais (Hosts) desenvolvem, bem como aos nossos objectivos de aprendizagem que lhe estão inerentes. Cabe aos profissionais que gerem o espaço Hub, uma série de funções que permitam que o mesmo responda aos propósitos do Hub e às necessidades dos seus membros e da comunidade em que se insere. O trabalho pauta-se essencialmente pela programação das actividades do Hub, acolhe, orienta, apoia e promove a partilha de conhecimento e recursos de todos os utilizadores do espaço. Em traços gerais é este o trabalho que subjaz o desempenho profissional no Hub Porto.

De forma mais específica, as actividades passaram por:

a) Captação de pessoas que possam ser membros, partindo do pressuposto das potencialidades do espaço adequadas aos ideais de trabalho que gostariam de ver concretizados. A atracção de membros, ou seja, a captação de pessoas para a partilha do espaço e das suas áreas específicas de conhecimento foi um desafio que nos foi colocado, ao que tínhamos que efectuar a articulação considerada mais adequada entre os serviços prestados e as vantagens que traria para a concretização dos projectos individuais;

b) Apoiar os projectos dos membros, percepção do projecto de cada um para colocá-lo em contacto com os membros e ou parceiros adequados para criar *empowerment*. A ideia passa por fazer um acompanhamento, seguido de um levantamento das necessidades, procurando responder o melhor possível aos anseios dos membros;

c) Gestão do site e do blog do Hub Porto, dando conta dos eventos, a ocupação do espaço e principais ocorrências no seio da comunidade Hub, bem como da publicação atenta de artigos, formações, conferências decorrentes em torno da área de trabalho e de actuação do Hub. Neste âmbito há todo um trabalho de pesquisa e selecção que se revelem benéficas e oportunas para o trabalho dos membros, os beneficiários directos do Hub, em busca de preços mais acessíveis, maiores facilidades para os elementos desta rede. Destacamos ainda a actualização das redes sociais, na qual ocorre essencialmente a apresentação do conceito e a promoção de eventos ligados ao mesmo;

d) A organização de eventos no Hub, o que implica uma gestão dos diferentes recursos do espaço, desde a organização da agenda à organização dos diferentes espaços para diferentes actividades. O princípio é o de promover eventos inspiradores para membros e comunidade em geral, dando a conhecer a agenda mensal aos indivíduos que acedem a esta plataforma;

e) O contacto com as parcerias estabelecidas de forma a que possam ser discutidas e apresentadas as ligações que podem ser estreitadas e gerar benefício mútuo e a busca de possíveis protocolos a estabelecer, a captação de potencialidades que daí possam resultar. Face à missão que move o trabalho do Hub, o trabalho que foi desenvolvido passou pelo contacto com instituições que reúnem aquilo que consideramos ser uma mais-valia para os indivíduos que contam com o apoio do Hub, também para impulsionar os seus projectos;

f) Defesa da “marca” e cuidado pela correcta difusão da cultura e princípios Hub, através do esclarecimento junto do público, recepção e condução no espaço, participação em reuniões e encontros que surgiram neste âmbito;

g) Elaboração de um inquérito por questionário com o intuito de efectuar uma caracterização sociodemográfica dos utilizadores do espaço Hub Porto, tentando assim perceber o perfil-tipo que podemos encontrar, demonstrando as principais evidências que os definem. Através da construção do inquérito por questionário os principais objectivos passam por obter conhecimento face a uma população, nomeadamente os seus modos de vida, as suas condições, as suas opiniões, valores e comportamentos. Relativo à componente estrutural do inquérito por questionário, o mesmo contempla, para além da caracterização sociodemográfica, uma componente que visa obter dados de foro institucional. Aqui pretende-se efectuar uma aproximação ao indivíduo enquanto parte integrante da instituição, alcançando variáveis de satisfação, grau de importância, tempo de uso do espaço, entre outras, que possibilitem ao cientista social apreender o retrato geral institucional e que para além de fins sociológicos possa ter repercussões na alteração de aspectos meramente institucionais, por fim de ir de encontro às opiniões manifestadas pelos inquiridos. A pertinência desta actividade assenta no conhecimento da população, as suas características, a forma como determinadas variáveis se encontram difusas nestes indivíduos. Para tal, foi elaborado um conjunto de questões, que contemplam variáveis como a idade, grau de escolaridade, profissão, que nos direccionam para as tendências manifestas.²

No inquérito que foi elaborado no âmbito do estágio e tendo em linha que se pretendia obter a posição dos inquiridos face a determinadas variáveis, a satisfação e a opinião são os elementos basilares. Há a pretensão de verificar posicionamentos face ao que a instituição disponibiliza, ao que os indivíduos mais valorizam, o que consideram que deve melhorar e ser incorporado institucionalmente, para introduções de possíveis alterações que vão de encontro às necessidades reveladas pelos seus membros;

h) Recolha de dimensões analíticas que pudessem ser implementadas na construção do guião da entrevista aos membros do hub, bem como um outro a ser aplicado aos seus profissionais. Foram reunidos determinados aspectos que consideramos pertinente serem incluídos na desconstrução do nosso objecto de estudo,

² Ver Anexo I

com visra á elaboração do nosso estudo. Houve o cuidado de seleccionar um número de indicadores capazes de traduzir de forma objectiva a realidade que se vivencia no Hub.

4.2- Reflexão acerca dos conhecimentos adquiridos e os problemas teórico-metodológicos colocados no estágio

As actividades desempenhadas ao longo do período de estágio foram acompanhadas de um processo contínuo de aprendizagem e que nos dota de instrumentos que podem revelar-se cruciais em contextos organizacionais, na emergência de problemáticas que lhe está associado. Neste sentido, as actividades realizadas aquando da inserção institucional traduzem-se num caminho de construção de experiência no terreno, em que muitas vezes pensamos se podemos aplicar determinado conhecimento teórico de cariz sociológico na execução de determinada tarefa.

Sentimos algumas vezes que estaríamos num constante teste de competências, medido de forma articulada entre a teoria e a prática, no qual o nosso desempenho profissional inexperiente, é revestido de dúvidas constantes e de elementos que nos colocam em situações de hesitação.

Este estágio deu-nos a possibilidade de contracenar com pessoas, lidar com situações e apresentar propostas de intervenção e aqui realçamos o progresso em domínios de análise da realidade, o contacto permanente com a realidade que constitui o nosso universo de interpretação e actuação sociológica dota-nos de elementos de maior proximidade com a vertente analítica. A capacidade de análise ultrapassa os conceitos e ainda pequenos trajectos de investigação efectuados até então e passa a ser incorporada de forma mais aprofundada, no trabalho que o sociólogo desenvolve diariamente. Esta oportunidade revelou-se crucial pois soubemos o que é trabalhar durante um período considerável a mesma realidade, ainda que com dinâmicas diferentes, o que nos confere uma maior capacidade de afunilamento das configurações que vão ocorrendo, o que difere do factor tempo e da falta de inserção organizacional, o que a nosso entender limita muito o trabalho. Assim, salientamos que a vertente analítica foi configurada de forma substancialmente positiva, com valorizações atribuídas ao conhecimento proveniente da realização da proximidade com a realidade profissional dos sociólogos.

A questão da organização e planeamento também se encontram inerentes à realização do estágio. Neste sentido, deparamo-nos com a criação de estratégias de gestão e mecanismos capazes de fazer frente a problemas que possam ocorrer de forma

inesperada, o que nos mune de capacidades de resolução que de outra forma dificilmente teríamos acesso.

De uma forma global consideramos que o conhecimento obtido no contexto de estágio foi de natureza produtiva, enriquecedor e indutor de informações sociológicas que incorporam as que até então, muitas vezes só ouvimos falar ou pouco sabemos. Deu-nos a possibilidade de contactar com uma nova realidade, de assumir uma postura profissional em contexto organizacional, o que na prática se traduz numa complementaridade valiosa à formação académica e uma maior capacitação do desempenho que o sociólogo tem na realidade social.

A conduta profissional do sociólogo pauta-se por uma grande necessidade de distanciamento com o objecto de estudo de forma a que os resultados não traduzam a suas próprias concepções. Há todo um conjunto ético que por nós foi apreendido e que garante a defesa dos princípios profissionais do sociólogo e que tentamos ter presente ao longo do período de estágio.

A maior dificuldade inerente ao estágio foi sentida em termos da recolha de dados, muitas foram as vezes em que sentimos que estávamos a ser incomodativos e persistentes mas a vontade de levar este estudo até ao fim, de forma verdadeira e objectiva fazia-nos continuar e procurar pelas pessoas, que hoje nos diziam que não podiam, que amanhã não dava jeito e que para a semana ainda não saberiam se estariam disponíveis. Esta prossecução de objectivos metodológicos tornou-se em dados momentos uma tarefa árdua, exigindo ao investigador uma atitude pró-activa e empenhada no sentido de obter substrato empírico de suporte analítico. Por vezes parecia não haver entendimento face à importância que a recolha de dados assumia na nossa estadia no Hub, factor que gradualmente foi sendo ultrapassado e totalmente superado.

Aquando da construção das dimensões analíticas e das categorias que a compõem, sentimos dificuldade em perceber o que seria por vezes prescindível em torno daquilo que eram os nossos objectivos. Nem sempre foram evidentes os elementos a incluir num ou outro domínio de suporte teórico adequado ao nosso quadro metodológico. A teoria fornece um conjunto de noções básicas que nos permitem definir o nosso posicionamento no terreno e ao mesmo tempo que nos indica quais os rumos que devemos seguir para alcançar um conhecimento científico válido. Efectivamente a relação teoria e empiria encontra-se para a ciência num simbiose

perfeita mas nem sempre traduzida na sua totalidade para o investigador e para o processo no qual se desenvolve o trabalho científico.

O trabalho por nós desenvolvido pressupõe uma entrada no terreno diferente da convencional, estando essa diferença inerente à vertente: estágio. O facto de integrar-mos a equipa Hub implicou entre, muitas outras coisas, a assunção de um novo papel social, inserindo-nos, ainda que de um modo embrionário na realidade laboral da sociologia. Efectivamente, esta inserção exigiu de nós algumas aprendizagens, apresentou alguns obstáculos, na medida em que o início desta caminhada espelhava uma insegurança pessoal ao nível da aplicação dos conhecimentos adquiridos na trajectória académica que efectuamos até então. A adequação dos saberes num contexto em que temos que os aplicar quotidianamente, atribui ao processo um carácter mais efusivo, em que se torna eminente a aplicabilidade de alguns pressupostos que enformam a prática sociológica. Esta lógica da aplicabilidade, do estar inserido no contexto onde se produz trabalho organizacional exige um maior envolvimento e implica uma maior adequação por parte do investigador.

Num momento posterior deste relatório, será apresentado um capítulo sobre a avaliação global do estágio, as reflexões críticas face ao seu desenvolvimento, bem como a apresentação de propostas e recomendações para a instituição que nos acolheu, que consideramos ser pertinentes para o desenvolvimento de um trabalho mais adequado de acordo com os objectivos que se propõem alcançar.

Capítulo 5 – Instrumentos de recolha e análise de informação

5.1- Inquérito: Caracterização dos utilizadores e análise da satisfação face ao Hub Porto

A realização de uma investigação sociológica tem subjacente a necessidade de construção de uma estratégia metodológica que espelhe os instrumentos de recolha e análise de informação, pelos quais o investigador optou, considerando-os pertinentes e adequados face ao objecto de estudo. “O desenvolvimento de procedimentos padronizados de recolha de informação sobre o real (como por exemplo, as técnicas do inquérito por questionário, da entrevista, da análise de conteúdo) contribui, sem dúvida, poderosamente para que o processo de observação sociológica em sentido amplo se tornasse uma fase do trabalho científico cada vez mais sistemática e racionalmente controlada” (Silva; Santos, 2005: 55).

O inquérito por questionário “consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores.” (Campenhoudt; Quivy, 2005:188) No paradigma quantitativo, é possível recolher informação de um grande número de casos e, desta forma, traçar grandes tendências transversais sobre os mesmos. A utilização do inquérito é tida como necessária em situações, como as que se registam neste trabalho científico, nas quais temos necessidade de informação sobre uma grande variedade de comportamentos acerca do mesmo indivíduo. A adequação a esta técnica está patente nas situações em que se pretende “ (...) compreender fenómenos como as atitudes, as opiniões, as preferências, as representações, etc., que só são acessíveis de forma espontânea (...).” (Ghiglione; Matalon, 2005: 13) Tal como acontece com outras técnicas, atrás referidas, também o inquérito por questionário, enquanto fonte de recolha de dados, deve ter presente alguns aspectos, para que os seus resultados não espelhem uma informação redutora. Não se trata de enunciar uma fórmula mágica daquilo que

deve fazer parte de um inquérito por questionário, o que se pretende é realçar os cuidados a ter, bem como os pontos que merecem a nossa reflexão.

A elaboração do inquérito utilizado na presente investigação sociológica demonstra que o investigador efectuou uma reflexão e isenção daquilo que poderia constituir-se como um enviesamento dos resultados³. A forma como as questões são colocadas não deve de forma alguma condicionar as respostas do inquirido, sendo que aquilo que se pretende obter não passa por questões que sugerem as respostas de forma particular, por deixar passar aquilo que pode ser a expectativa de quem elabora e aplica esta técnica, nem por excluir possíveis respostas que possam ser as que correspondem à escolha do inquirido. Devemos assim atender a estes aspectos, que quando não contemplados podem conduzir a cenários de falta de rigor científico, espelhados nos resultados alcançados.

Não só este aspecto merece um olhar atento por parte do investigador, uma vez que a ordem pela qual as perguntas são colocadas é igualmente importante. A ordem deve ser pensada de forma a que não ocorram situações em que a dado momento do inquérito as respostas anteriores conferem ao indivíduo uma noção geral do que vai encontrar ao longo do mesmo e em simultâneo lhe permite pensar de forma cuidado sobre o que vai responder. O enquadramento da mesma pergunta, em ordens diferentes poderá traduzir-se em respostas distintas, o que conseqüentemente nos remete para uma alteração do quadro de referências, sobre o qual não nos interessa trabalhar, interessa pois analisar o que espelha a realidade e não sofre influências externas. Esta técnica deve assim ser atender à importância das “ (...) questões encadear-se umas nas outras sem repetições nem despropósitos.” (Ghiglione; Matalon, 2005: 112)

Uma vez introduzida a parte correspondente à análise estatística, importa dar a conhecer como será feito tratamento destes mesmos dados estatísticos. “Os dados recolhidos por um inquérito por questionário, em que um grande número de respostas são codificadas, não têm significado em si mesmo. Só podem portanto, ser úteis no âmbito de um tratamento quantitativo que permita comparar as respostas globais de diferentes categorias sociais (...)”. (Campenhoudt; Quivy, 2005:190). Para o devido efeito foi utilizado o programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), que actua como “ (...) uma poderosa ferramenta informática que permite realizar cálculos estatísticos complexos, e visualizar os seus resultados, em poucos segundos.” (Pereira,

³ Ver Anexo I.

2004: 16) Inerente à utilização do mesmo, é imperativo que o investigador tome decisões adequadas no que concerne ao teste a utilizar de forma a responder às suas questões, assim como interpretar devidamente os resultados do teste pelo qual optou. A importância de saber reconhecer e classificar uma variável tem a ver com o seu carácter absolutamente fundador na análise quantitativa. Por muito sofisticados que sejam os programas informáticos, há uma coisa que eles não fazem por nós: decidir que técnica de análise é mais adequada para cada situação, para tomarmos essa decisão temos que saber com que tipo de variáveis estamos a trabalhar. É de realçar ainda que o inquérito foi de administração directa, isto é, foram os próprios inquiridos preencher o inquérito. A aplicação foi efectuada a uma população de quarenta pessoas, sendo este o total de membros do Hub Porto e uma vez tratar-se de uma população reduzida em termos analíticos, consideramos que não se justificava constituir uma amostra, pelo que trabalhamos a população tal como a encontramos, na sua totalidade.

Tendo presente os objectivos que estão na base da elaboração e aplicação do inquérito por questionário, fizemos uso do SPSS, que consideramos mais pertinente para traçar as linhas que procuramos. Através da criação da base de dados e depois de inseridos os dados recolhidos, foi tomado um conjunto de decisões relativas ao seu tratamento. Estabelecemos as relações que nos pareceram necessárias e atendendo à natureza do inquérito, encontramos testes estatísticos que nos possam dar conta das características mais evidentes, os casos que se registam mais vezes face a determinadas variáveis, e as posições que cada individuo ocupou. Assim, a estatística descritiva, permite-nos organizar informação, descreve-a, retendo o mais relevante, sumaria-a tornando-a mais fácil de manipular. Este momento de tomada de decisões e tratamento de dados revela-se crucial na medida em que os seus resultados são a substância do nosso enfoque analítico e é através dos mesmos que procuramos responder aos nossos objectivos. Iremos apartir deste momento avançar com a caracterização da população, a idade foi a primeira variável a ser abordada e nesse sentido avançamos com as conclusões alcançadas. Constatamos que esta variável numérica se traduz numa média de 34 anos, em que os valores com maior relevo são entre os 29, 34, 35 e 43, os quais incorporam, cada um, 10% dos indivíduos inquiridos.

A tabela que se segue, surge no sentido de ilustrar a forma como as variáveis sexo e estado civil configuram a nossa população e dão sentido à caracterização sócioeconómica que nos propusemos.

Tabela nº 1 – Sexo e Estado civil dos inquiridos

Sexo (%)	Masculino		Feminino		Total (%)
	60		40		100
Estado Civil (%)	Solteiro(a)	Casado (a)	União de Facto	Divorciado (a)	Total (%)
	32,5	37,5	20	10	100

A variável sexo torna-se fulcral no momento de caracterizar uma dada população e o presente estudo inclui essa dimensão analítica. O sexo, uma variável nominal que permite classificar cada unidade da análise como pertencente a um grupo ou categoria, faz parte da caracterização que foi efectuada e a este nível salientamos uma maior incidência de membros do sexo masculino, com um acréscimo de 20% destes face ao sexo feminino. Constatamos assim que 60% dos indivíduos associados ao Hub Porto são do sexo masculino e que as mulheres, por sua vez fazem-se representar por 40% dos elementos. A este nível, os homens são de forma significativa, uma maioria nesta instituição.

O estado civil dos inquiridos foi outra variável que associamos à sua caracterização socioeconómica. O objectivo passa por perceber qual a situação dos membros do Hub Porto em termos do seu estado civil. Após a recolha e tratamento da informação obtida, concluímos que a o maior número de casos diz respeito ao estado casado(a) (37,5%), seguido do estado solteiro. O estado divorciado é o que aglomera o menor número de indivíduos, apenas 10% dos casos analisados.

Para além do estado civil dos inquiridos, debruçamo-nos igualmente sobre o seu nível de escolaridade, procuramos recolher informação que nos permitisse traçar um padrão geral da escolaridade que detêm. Perante as respostas obtidas, estamos em condições de aferir que o maior número de casos está direccionado com o nível de licenciado, 65% dos membros do Hub são detentores de uma licenciatura. Este facto leva-nos a apresentar um grande capital académico que está inerente a este espaço, uma

vez que 26 dos seus 40 membros são portadores de licenciatura. Seguido deste nível de escolaridade, o mestrado é o que agrega mais indivíduos, recolhendo 17,5% das repostas obtidas. Há que referir a falta de incidência de casos relativos aos níveis mais baixos de escolaridade, não houve ocorrências de níveis inferiores ao ensino secundário (que detém 12,5%).

Desta forma, encontra-se bem patente, através dos dados apresentados, que o público Hub é tendencialmente instruído, o que leva a relacionar o capital que daí advém com o desenvolvimento de projectos empreendedores, quem procura novas formas de trabalho. Estes são indivíduos que na sua maioria tem formação universitária e partindo desta noção, pensemos na articulação existente com a criação de novos projectos, nomeadamente com a busca de impactos sociais nos seus trabalhos, que poderiam não se registar aquando de níveis de escolaridade mais baixos.

Esta tendência encontra-se igualmente visível na relação estabelecida entre a importância atribuída às novas formas de trabalho na adesão ao Hub. Os indivíduos detentores de licenciatura são os que mais valorizam este aspecto e neste âmbito salientamos que 42,3% dos mesmos consideram este aspecto muito importante, seguido da categoria importante que reúne 50% indivíduos licenciados. No caso dos indivíduos com o ensino secundário apenas 20% consideram a mesma questão muito importante e quatro importante. Verificamos que a valorização de aspectos inovadores aumenta consoante a instrução dos indivíduos, sendo esta manifestamente superior em graus de escolaridade superiores.

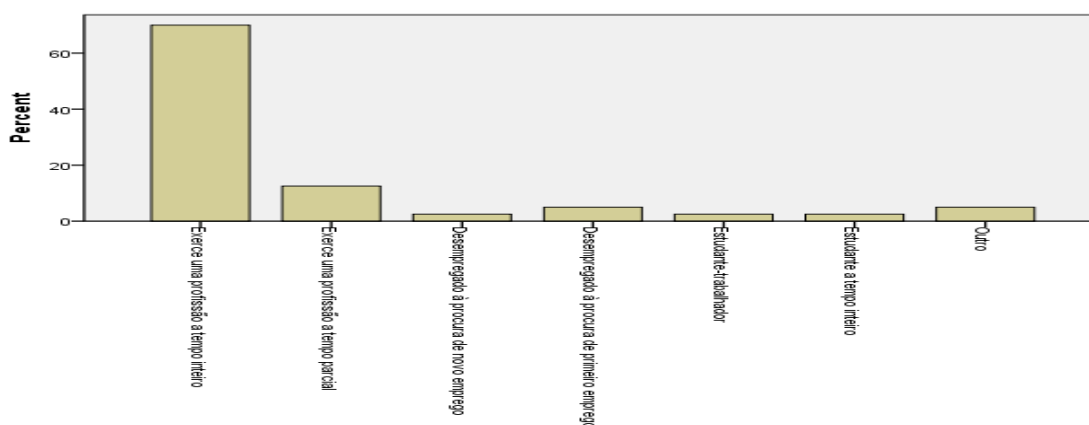
Também o grau de satisfação com o ambiente de trabalho e lazer do Hub Porto nos leva a considerar que existem diferenças entre indivíduos que possuem níveis de escolaridade distintos. Face à opção muito satisfeito com o ambiente encontramos apenas 20% dos indivíduos com ensino secundário face a 50% que detêm doutoramento, o que demonstra a variação que ocorre face à mesma questão, à valorização que lhe atribuem. A tendência é para um aumento da valorização consoante um maior nível de escolaridade. A seguinte tabela apresenta as principais conclusões retirar no momento em que cruzamos estas duas variáveis.

Tabela nº 2- Relação entre o grau de satisfação face ao ambiente do Hub e o nível de escolaridade.

Nível de Escolaridade Grau de Satisfação relativo ao ambiente (trabalho/lazer) (%)	Ensino secundário (12º ano, curso liceal, antigo 7º ano do liceu)	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
Muito satisfeito	20	42,3	28,6	50
Satisfeito	80	57,7	71,4	50
Total (%)	100	100	100	100

A condição perante o trabalho assume um outro ponto de análise no presente inquérito questionário e é sobre esta variável que iremos efectuar a caracterização dos indivíduos neste momento. Procuramos assim definir a nossa população face à sua condição perante o trabalho, a forma como estes se posicionam neste sentido. Após o tratamento de dados constatamos que o maior número de casos corresponde a profissões desempenhadas a tempo inteiro, com 70% dos indivíduos que aqui se posicionam, com uma diferença substancial face às restantes opções de resposta. Seguido desta tendência tão evidente, encontramos 12,5% que tem profissões a tempo parcial, a segunda tendência ainda que de forma bem mais reduzida. Contrariamente ao que porventura se podia pensar, encontramos apenas 7,5% de ocorrências relativas a situações de desemprego e somente 5% na condição de estudantes, a tempo inteiro ou trabalhador estudante. Olhemos então para a tradução deste cenário no gráfico que segue.

Gráfico nº 1 – Condição perante o trabalho



Façamos agora o retrato dos nossos inquiridos quanto à sua situação na profissão. Aqui encontramos uma concentração mais elevada no trabalho por conta própria (68,6%) e menos de metade desta expressão numérica na opção do trabalho por conta de outrem. Isto leva-nos a aferir que o Hub é um local onde predomina a iniciativa de criação das próprias empresas, onde desenvolvem os seus próprios projectos, sendo estes os mentores do trabalho que desenvolvem, na qual denotamos uma menor incidência da lógica patrão-empregado. O empreendedorismo ganha cada vez mais destaca na nossa análise.

Tabela nº 3 – Relação entre a situação na profissão e a avaliação face ao grau de adequação da inovação social

Avaliação do grau de inovação (%) Situação na Profissão (%)	Completamente adequados	Adequados	Nem muito nem pouco adequados	Total (%)
Trabalhador por conta própria	29,2	70,8	-	100
Trabalhador por conta de outrem	27,3	63,6	9,1	100

Através da interpretação da tabela percebemos que em todas as opções de avaliação do grau de inovação a situação de trabalhador por conta própria apresenta resultados mais positivos, isto é, a manifestação de apreciações mais satisfatórias encontra-se a este nível da situação que os membros do hub ocupam na profissão.

A profissão remete-nos de igual forma para a caracterização sociodemográfica dos inquiridos na medida em que nos dará a conhecer os seus desempenhos profissionais de uma forma mais directa. É nosso objectivo apresentar as áreas profissionais mais evidentes no seio da comunidade Hub tentando assim aproximarmo-nos da sua relação com o conceito de empreendedorismo. Serão as áreas estreitamente relacionadas com mecanismos de trabalho empreendedores? Através da recolha e tratamento de dados chegamos, também a este nível, às nossas conclusões. As áreas profissionais que se revelaram mais significativas foram as empresariais, com 15% de

empresários, sendo a mesma percentagem atribuída aos formadores, seguido de igualdade de 5% nas áreas da informática, consultoria e arquitectura. As maiores concentrações, no sector empresário e da formação levam-nos a avançar com a ligação existente com o empreendedorismo, uma vez que são áreas profissionais a que podemos associar o espírito criador por um lado, e por outro a aposta na formação, no desenvolvimento profissional e social dos indivíduos. Mesmo que tenhamos denotado alguma dispersão noutras actividades profissionais, o caso de consultor de marketing, investigadora universitária ou coordenador, entre outros, a maior camada profissional é munida de uma elevado potencial por via de noções como as de inovação social e empreendedorismo, as quais possam passar por novas apostas no mercado de trabalho actual.

O local de residência dos indivíduos também foi incluído na nossa análise de forma a traçarmos o padrão existente face a esta variável. Sendo uma pergunta que lhes foi colocada de forma aberta, as opções efectuadas assentaram em dez locais distintos de residência. No entanto, embora tenha ocorrido essa dispersão, há uma forte concentração de indivíduos que indicam como local de residência a cidade do Porto (45%) , o segundo valor mais elevado (22,5%) pertence a Vila Nova de Gaia e os restantes valores manifestam-se de forma menos significativa nos oito restantes locais.

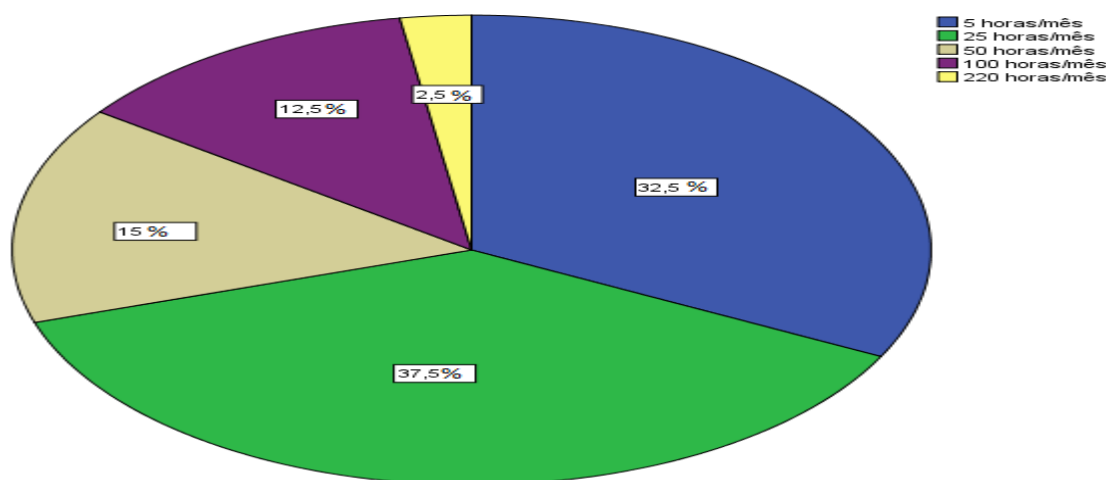
Tabela nº 4 – Local de residência

Local de residência	Indivíduos (%)
Amarante	2,5
Ermesinde	2,5
Espinho	2,5
Leça da Palmeira	2,5
Maia	5
Matosinhos	2,5
Porto	45
São Mamede Infesta	2,5
Valbom	2,5
Vila Nova de Gaia	22,5
Total	100

Verificamos que há uma forte concentração de indivíduos residentes no Porto, facto que pode ser interpretado à luz da localização geográfica do próprio Hub, tal como o facto de o acesso a informações deste cariz poder ser mais facilitado nas grandes metrópoles, como o caso do Porto, na qual os fluxos de informação circulam de forma mais eficaz.

Depois de efectuarmos uma caracterização sociodemográfica dos indivíduos, passamos agora para um momento em de análise de informação institucional. Aqui pretendemos dar conta dos níveis de satisfação que os indivíduos revelam face a determinados aspectos institucionais. Procuramos informação sobre o número de horas (segundo os pacotes de adesão possíveis) que os nossos inquiridos optam para utilizar o espaço, tendo como objectivo perceber se este assume centralidade nas suas actividades, se utilizam ou não o espaço com frequência. Com que finalidade temporal estes indivíduos se associam ao Hub? O gráfico apresentado em baixo faz o retrato da informação obtida nesse sentido.

Gráfico nº 2 – Permanência no espaço Hub



O maior contingente encontra-se no pacote de 25 horas por mês de utilização disponível, com uma diferença de 5% face à segunda maior representação, a que corresponde ao pacote de apenas 5 horas. Contrariamente ao que seria expectável, o tempo de utilização do espaço é maioritariamente traduzido nas adesões mais diminutas, o que por sua vez pode ser percepcionado pelas questões inerentes à falta de aproveitamento do espaço enquanto sede, escritório dos projectos, pautando-se assim

por uma ocupação traduzida na procura do espaço enquanto plataforma de apoio mais ocasional para reuniões, apresentações, trabalhos menos extensos.

Quando confrontados com a questão da frequência de espaços com as mesmas características ou idênticas das que encontram no Hub Porto, as respostas obtidas não deixam margem de dúvida. A totalidade dos inquiridos responde de forma negativa, o que significa que este espaço pode ser entendido como uma inovação de novos espaços de trabalho, uma nova oferta no mercado de trabalho. Consideramos adequado efectuar um cruzamento entre a o tempo de permanência no espaço e a situação na profissão na medida em que diferentes situações na profissão podem levar a um aumento ou diminuição do tempo em que os indivíduos integram o Hub.

Tabela nº 5 – Situação na profissão e permanência no Hub

Permanência no Hub (%) Situação na profissão	5 horas / mês	25 horas / mês	50 horas / mês	100 horas / mês	220 horas / mês	Total (%)
Trabalhador por conta própria	20	40,1	26,7	10	3,2	100
Trabalhador por conta de outrem	18,1	41,6	28,5	9,1	2,7	100

Após o cruzamento das variáveis podemos aferir que a situação na profissão que abrange o trabalho por conta própria assume destaque, pois em grande parte das categorias de permanência no Hub a maior percentagem cabe aos indivíduos que trabalham por conta própria. Isto leva-nos a corroborar o facto de que são os indivíduos que trabalham por conta própria que passam mais tempo no Hub e reforça a ideia de iniciativa e criação dos indivíduos, como tínhamos já abordado na análise da situação na profissão anteriormente efectuada.

Quisemos saber a forma com os inquiridos tomaram conhecimento da existência do Hub, a sua fixação na cidade do Porto. As respostas dadas levam-nos a aferir que o maior número de indivíduos, isto é, 45% da nossa população referem ter tido conhecimento por via de colegas, seguido de 20% que referem os amigos como a forma a que acederam ao espaço. A divulgação via Internet assume-se como a terceira forma

de divulgação do espaço, sendo que o jornal e a reportagem na Televisão constam de 7,5% das respostas alternativas às opções apresentadas.

Neste momento apresentamos informações de carácter satisfatório, em que abarcamos um conjunto de questões e indicadores de avaliação nas quais os membros do Hub se posicionam consoante a sua opinião. Apresentamos as conclusões a que chegamos face às opções inerentes aos motivos de adesão ao Hub, os aspectos mais e menos valorizados. A tabela que se segue reúne as respostas, de forma sintetizada.

Tabela nº 6 – Grau de importância das questões relacionadas com a adesão ao Hub

Grau de importância Adesão Hub	Muito Importante (%)	Importante (%)	Nem muito nem pouco importante (%)	Pouco importante (%)	Nada Importante (%)	Total (%)
Carácter inovador	42,5	50	7,5	-	-	100
Dificuldade em encontrar um espaço com estas características	48,7	38,5	10,3	2,6	-	100
Articulação entre a inovação e eleição de novas formas de trabalho	42,5	50	7,5	-	-	100
Criação de sinergias e contacto com outros utilizadores	48,7	41	10,3	-	-	100

Façamos agora uma interpretação da tabela, apresentando os resultados mais significativos. Em primeiro lugar sublinhamos que o grau “muito importante” surge de igual forma (%) na questão da dificuldade em encontrar um espaço com estas

características e na possibilidade de criação de sinergias e contacto com outros utilizadores. Este dado dá-nos a possibilidade de reforçar, por um lado, a novidade que este conceito representa na nossa sociedade e por outro a gradual importância que as noções de partilha, criação de sinergias assumem actualmente. Estes dados dão-nos substância, que vão de encontro às questões que estão na base da criação do conceito Hub, no qual uma dos principais eixos estruturantes é a valorização de novas de trabalho, alcançadas também por via do trabalho em contexto de partilha. No grau de satisfação “importante”, onde se posicionam o maior número de indivíduos, 50% dos mesmos remetem-nos para o carácter inovador e a articulação entre a inovação e a eleição de novas formas de trabalho. Esta é a grande expressão obtida nesta questão do inquérito por questionário. As noções ligadas à inovação e às novas formas de trabalhar são o que mais os indivíduos valorizam e apontam como factor base da ligação ao Hub Porto. Há uma ligação positiva entre as pretensões institucionais e os resultados obtidos, a forma pelo qual trabalha apresenta-se fulcral na procura do mesmo. De salientar ainda que os graus de satisfação inferiores traduzem-se num percentagem mais diminuta, ainda que a questão de ter dificuldade em encontrar um espaço com os traços do Hub ainda abarca 12,5% dos casos, no entanto não são tão expressivas como os graus mais elevados.

Atentamos agora à ligação, que nos pareceu pertinente, entre a atribuição do grau “importante” à criação de sinergias e contacto com outros utilizadores e a situação que detêm profissionalmente. O objectivo prende-se com o facto de perceber se os trabalhadores por conta própria valorizam mais ou menos este aspecto no Hub. Através do tratamento estatístico estamos em condições de apontar que 52,2% dos indivíduos que compõem este estudo e que consideram a questão atrás referida como importante, são trabalhadores por conta própria, comparativamente a 27,3% que trabalha por conta de outrem. Uma vez mais denotamos que os indivíduos que trabalham por conta própria são os que mais valorizam as questões novas formas de trabalhar, a possibilidade de trabalhar num ambiente em que a ocorrência da partilha é evidente e motiva os indivíduos, missão a que o Hub se propõe quando lança este conceito na cidade do Porto.

Um outro enfoque analítico aquando da construção e aplicação do inquérito por questionário, passou por avaliar a satisfação dos seus utentes relativamente a alguns parâmetros do espaço. Assim, efectuamos o tratamento que julgamos ser mais

apropriado para atingir esse objectivo e a tabela que se segue reúne os resultados a ser analisados.

Tabela nº 6 – Grau de satisfação quanto aos parâmetros do espaço Hub

Grau de satisfação Parâmetros do espaço	Muito Satisfe ito (%)	Satisfeit o (%)	Nem muito nem pouco Satisfeito (%)	Pouco Satisfeit o (%)	Nada Satisfeit o (%)	Total (%)
Horário de Funcionamento	42,5	47,5	10	-	-	100
Ambiente (Trabalho / Lazer)	37,5%	62,5%	-	-	-	100
Serviços prestados (Internet, telefone, fax, bar)	42,5%	42,5%	15%	-	-	100
Acompanhamento por parte das Hosts	51,3%	46,2%	2,6%	-	-	100
Possibilidade de partilhar / interagir	35%	60%	2,5%	-	-	100
Parcerias estabelecidas	10%	45%	30%	10%	5%	100
Promoção de eventos	15,8%	57,9%	23,7%	2,6%	-	100
Desempenho Global do Hub	25%	67,5%	7,5%	-	-	100

Quanto ao horário de funcionamento, os membros indicam estar significativamente muito satisfeitos, sendo que o maior número de respostas foi atribuído à opção “satisfeito” com 62,5% das respostas. O mesmo retrato pode ser efectuado quanto ao ambiente que encontram no Hub. Aqui uma grande maioria (62,5%) considera estar satisfeito com as condições de ambiente de trabalho e lazer, das quais desfrutam, e uma vez mais, comprovamos que neste aspecto o Hub se tem vindo a afirmar. No que concerne aos serviços que são disponibilizados pelo Hub, como o acesso à internet, fax, telefone e serviço de bar, os indivíduos dividem-se percentualmente de forma igual (42,5%) nas opções “muito satisfeito” e “satisfeito”, o

que representa que as concepções face a este parâmetro são consideravelmente positiva e que consideram os mesmos adequados às suas necessidades. Apenas 15% refere não estar “nem muito nem pouco satisfeito”.

O Hub tem ao serviço dos seus membros aquilo que designa como “hosts”, responsáveis por assegurar o funcionamento diário do Hub, prestando apoio directo aos seus membros, nos projectos que desenvolvem, na sua fixação neste espaço. Também a este nível procuramos saber o grau de satisfação dos nossos inquiridos. Registamos que estes se encontram notoriamente muito satisfeitos com o desempenho das hosts, expresso em 51,3% dos dados e em 46,2% que se encontram satisfeitos. Questionados relativamente à possibilidade de partilhar que o Hub lhes tenta proporcionar, os seus membros demonstram uma avaliação positiva em termos do grau de satisfação que lhes atribuem. Esta afirmação fica patente em 95% das respostas, situados entre a opção “muito satisfeito” e “satisfeito”, uma forte valorização do trabalho desenvolvido em ambientes de partilha, onde a troca de informação e interacção está uma vez mais inerente às suas valorizações. A aposta em parcerias estabelecidas, em torno da criação de benefícios para os projectos desenvolvidos, é uma das mais-valias que a instituição apresenta na captação de novos membros e na permanência dos que já aderiram a esta comunidade. O tratamento empírico leva-nos a avançar com a ideia deste ser o serviço com os quais os indivíduos se encontram menos satisfeitos, a única que alcançou respostas na categoria “nada satisfeito” e ainda com 10% que se encontram “pouco satisfeitos”. Apenas 10% dos membros Hub se encontram “muito satisfeitos” o que consequentemente nos leva a conceber representações que não abarcam as necessidades dos membros e que nos podem conduzir num falha das potencialidades a este nível. Este mecanismo despoletado pelo Hub deverá assim ser objecto de alterações que se revelem mais significativas para de quem delas usufrui, pois indo de encontro aos seus graus de satisfação, estes não são manifestamente positivos, dando lugar a futuras modificações.

Em termos da promoção de eventos, uma das características pelo qual o Hub caracteriza o seu funcionamento, podemos deduzir, através da recolha e análise estatística que este é um nível que ocorre, na opinião do nosso objecto de análise, de forma bastante satisfatória, e aqui salientamos o facto da promoção de eventos ser uma das marcas avançadas na conquista de terreno Hub, no mercado de trabalho. Num momento em que esgotamos a análise dos serviços que foram alvo de análise nesta técnica de investigação, de forma individual, procedemos agora para a apresentação da satisfação atribuída ao desempenho global do Hub. Neste âmbito, 92,5% das respostas

obtidas ocupam lugar entre o grau “ muito satisfeito” e “satisfeito” , o que poderá ser impulsionar uma perspectiva bastante positiva do funcionamento do Hub, ao qual os seus membros atribuem uma boa performance global, importante na defesa do conceito, em aspectos a ser mantidos ou incluídos na sua sustentabilidade.

Foi pedido também aos indivíduos que incorporaram este nosso estudo, que se posicionassem face ao grau de adequação dos elementos disponibilizados pelo hub, com os quais detêm contacto por serem seus membros. Dentro de quatro categorias que apresentamos, quisermos apreender aqueles que são mais adequados às necessidades dos indivíduos. A informação recolhida surge na seguinte tabela, de forma condensada.

Tabela nº 7 – Grau de adequação dos elementos fornecidos pelo Hub Porto

Grau de adequação Elementos Hub Porto	Completamente Adequados (%)	Adequados (%)	Nem muito nem pouco Adequados (%)	Inadequados (%)	Completamente Inadequados (%)	Total (%)
Inovação Social	25%	70%	5%	-	-	100
Inspiração	17,5%	77,5%	5%	-	-	100
Criação	20%	75%	5%	-	-	100
Apoio	17,5%	72,5%	10%	-	-	100

O Hub Porto é um conceito que apresenta como base da sua estrutura uma articulação entre noções de empreendedorismo e inovação social, numa trajetória actual pautada essencialmente por novas formas de trabalho. Revela-se pertinente, fazer uma primeira aproximação às concepções que têm vindo a ser construídas pelos indivíduos no que diz respeito à inovação social que se encontra difusa no Hub. As informações atribuídas em torno do grau de adequação permitem-nos sublinhar a ideia expressa anteriormente, na medida em que os dois graus mais elevados de adequação, englobam 95% dos indivíduos, destes 70% dizem considerar “adequado” este indicador, do qual dispõem. A valorização de diferentes ambientes de trabalho, munidos de uma

maior inspiração e espírito criador é também atribuído à difusão do hub na nossa sociedade. Até que ponto os indivíduos nos deram sinais positivos desta ocorrência? É o que abordaremos de seguida. Começamos por dizer que, quer a inspiração, quer a criação se revestem do mesmo sentido de adequação, isto é, ambos os elementos foram alvos de uma adequação muito similar. Esta semelhança espelha-se nos 77,5% de atribuições “adequadas” à questão da inspiração e nos 77,5% do mesmo grau de adequação relacionado com a criação. Esta valorização é claramente manifestada pelos membros do Hub, o que representa que o trabalho desenvolvido vai de encontro às noções base que estruturam o desenvolvimento progressivo do espaço e que são ajustadas adequadamente às suas pretensões e valorizações.

A última questão que foi apresentada no inquérito por questionário consistiu em dar oportunidade de apresentar, caso fosse considerado necessário, sugestões de possíveis melhorias a serem introduzidas no funcionamento do Hub. Do total de indivíduos que foram inquiridos (40 membros), apenas três apresentaram as suas sugestões. Uma primeira refere-se à necessidade sentida em termos de “criar uma estratégia de auto-sustentabilidade para o Hub, que envolva um caminho para parcerias e captação de novos membros, ter gestão de recursos e serviços com hierarquia e decisões claras e indiferenciadas, implementar planos de comunicação que beneficiem os membros e os seus projectos.” Percepcionamos que este membro considera pertinente alterar a estratégia que impera neste momento na actuação interna do hub, principalmente no que se refere ao fluxo de comunicação e troca da mesma entre os membros. Por sua vez, a segunda sugestão contemplou alterações, de forma a “explorar o potencial gerado na criação de parcerias”, que vai de encontro ao que foi exposto na terceira sugestão, a pretensão de “promoção de mais valias partindo das parcerias estabelecidas”. O desenvolvimento de parcerias que se traduzam num maior interesse para os membros, para os seus projectos, foi um ponto que já foi focado ao longo desta exposição analítica, no entanto surge aqui o reforço da mesma ideia e que deixa patente a falha que os membros detectam nesse aspecto. Assim, o Hub deverá construir um plano de alargamento das mesmas e uma estratégia de ligação entre os parceiros e os membros do Hub.

5.2- Entrevista: uma outra aproximação empírica

A entrevista foi contemplada na realização deste estágio e num período posterior ao mesmo, esta enquanto técnica de recolha de dados é “ (...) bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes” (Gil, 1999: 117) Esta técnica, surge como um instrumento metodológico de mais-valia. As entrevistas podem ser classificadas mediante o maior ou menor grau de liberdade destas e de acordo com os elementos que as distinguem, a entrevista semi-directiva foi a aplicada neste estudo, como forma de desmistificar os significados que os indivíduos atribuem à inserção institucionalização, assumindo um carácter mais “intimista”. Entenda-se por este tipo de entrevista, aquela que não é totalmente aberta nem dirigida para um grande número preciso de perguntas. Da parte do investigador há um conjunto de questões a serem colocadas ao entrevistado, relativamente abertas das quais pretende receber informação, no entanto a sua aplicação não tem que ser forçosamente de acordo com a ordem previamente estabelecida sendo que o entrevistador “tanto quanto possível «deixará andar» o entrevistado para que este possa falar abertamente, com as palavras que lhe convier. O investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objectivos cada vez que o entrevistado deles se afastar (...)” (Quivy; Campenhoudt, 2005: 192-193).

Atendendo às suas características, foi utilizada este tipo de entrevista no momento de aproximação à empiria e agora importa dar a conhecer qual a sua população-alvo. Antes de mais devemos ter presente que no que concerne a amostras qualitativas “ (...) não é fácil dizer que as pesquisas qualitativas constituem o seu corpo empírico de forma não probabilística. É a sua característica mais imediatamente visível” (Guerra, 2006: 43) O investigador face ao universo que corresponde ao seu objecto de estudo, delimita, aquilo que se designa por população, sobre a qual incidirá a aplicação de instrumentos metodológicos, o enfoque analítico propriamente dito.

Posto isto, coloca-se de certo a questão: como foi construída a amostra qualitativa deste trabalho de investigação? O princípio da sua constituição baseia-se num tipo de amostra, a intencional. A amostra intencional consiste em “ (...) seleccionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população (...) requer considerável conhecimento da população e do subgrupo seleccionado” (Gil, 1999: 104) No âmbito do

estágio realizado no Hub foi sendo possível ao investigador aprofundar os níveis de conhecimento da realidade social em questão e deste modo perceber que entrevistar toda a população não se constituía uma mais-valia.

Uma vez exposto o princípio base da produção da amostra é essencial transpor a questão para o objecto de estudo. Tendo como universo analítico os membros/utilizadores do Espaço Hub Porto e sendo este composto por 40 elementos e pelas desvantagens que podiam advir do facto de entrevistar a sua totalidade, não só pela questão de tempo mas essencialmente pela questão da saturação de informação. Neste caso, o investigador apercebe-se da ocorrência de repetição de informação face à questão central da análise.

Como não consideramos pertinente trabalhar com o universo, como referimos anteriormente, tentamos seleccionar o número de casos que reunissem as características essenciais para a decomposição do objectivo de estudo mas de forma a não perder a essência e a marca do seu todo. Entenda-se que estas características essenciais passam por reunir um conjunto de questões, elementos, opiniões, que possibilitem um adequado aprofundamento analítico, de acordo com os objectivos do estágio realizado. Assim, seleccionamos 6 membros, aos quais aplicamos a entrevista semi-directiva, atrás explanada e os quais consideramos ser adequados para a nossa abordagem sociológica.⁴

Realçamos ainda, o facto de termos incorporado na nossa amostra, as duas colaboradoras do espaço, uma socióloga e uma museóloga, que integram a equipa de trabalho do Hub e que apresentam uma proximidade com o objecto de estudo, um conhecimento sobre a realidade sobre a qual nos debruçamos analiticamente, e que nos poderá auxiliar na desmistificação sociológica do mesmo. Estes elementos acabam por se constituir como informantes privilegiados no decorrer do nosso estudo científico, fornecendo-nos importantes contributos para a análise das dinâmicas sociais envolvidas no Hub Porto.

Uma vez recolhida a informação empírica, através da aplicação das entrevistas, era necessário tomar um conjunto de decisões no plano do tratamento e análise da informação das mesmas. Desta feita, no que respeita a metodologia de análise procedemos a uma análise de conteúdo das entrevistas. Esta análise consta da edificação de análises temáticas, na qual são identificados as linhas analíticas centrais da entrevista a analisar. A análise de conteúdo deve assim ser entendida como “uma técnica de

⁴ Ver Anexo II: tabela que contempla elementos de caracterização dos entrevistados.

investigação que, através de uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações” (Gil, 1999: 165)

Encontrar na realidade empírica estudada sinais positivos ou negativos face ao que nos propomos analisar, bem como detectar outras relações que só se tornaram visíveis a partir da análise de conteúdo da empiria, é o factor basilar desta prática. Assim, a análise de conteúdo das entrevistas realizadas é indispensável para capturarmos a vertente mais simbólica e latente dos discursos dos entrevistados. Para tal foi necessário construir as unidades de análise, procedendo à codificação das entrevistas. Através da construção da grelha de análise dos significados centrais das entrevistas, procedeu-se à redacção de sínteses analíticas, acompanhadas por excertos, de forma a não perder o seu sentido original, buscando a maior proximidade existente entre a empiria e a realidade social. A “desconstrução” simbólica surge a par da construção de condutas analíticas que nos indiquem o caminho a seguir em termos de análise de resultados.

Uma vez efectuado o tratamento das informações recolhidas torna-se fulcral apresentar as conclusões alcançadas, efectuando a sua ligação com os objectivos inerentes à investigação científica. Foi feito um esforço no sentido de interpretar de forma adequada as informações, para que as conclusões se possam traduzir no máximo de objectividade e cientificidade.

Foi nossa pretensão analítica identificar as concepções que os membros do espaço Hub tinham acerca do mesmo, as razões que estão na base das suas adesões ao mesmo e ainda a ligação que estabelecem entre a qualidade dos serviços e o custo económico que lhe está subjacente. Num momento inicial procedemos à apresentação do espaço, efectuamos a sua caracterização e tentamos evidenciar os seus principais objectivos, a missão que envolve todo o trabalho desenvolvido. Nesse sentido torna-se fulcral alcançar, partindo dos testemunhos recolhidos, a forma como os beneficiários directos do mesmo o percebem e as representações sociais que lhe atribuem. Uma das opiniões que nos foram fornecidas, considera que “o Hub representa acima de tudo coworking, cooperação e força. (silêncio) Formas de trabalhar em determinado projecto profissional que diferem das que conhecemos habitualmente (...) o Hub é um paraíso onde se trabalha, onde trabalhar não custa (...) possui em si condições que de certa forma são libertadoras do que estamos habituados (...)” (Entrevistado F). Partindo desta ideia, encontramos marcas de um discurso pautado pela novidade inerente ao processo

de trabalho, visando novas formas de trabalhar como o caso do coworking e a valorização de contextos de trabalho onde predomina a cooperação entre diferentes indivíduos. Esta é uma das primeiras razões indicadas como factor de aderência ao Hub e mais-valias que este apresenta para a prossecução das suas actividades profissionais.

“Quando penso no Hub, na forma como ele é e trabalha, equiparo-o a um escritório do futuro devido à sua forma de trabalhar tão peculiar. Representa essencialmente um novo cenário de trabalho que nada tem a ver com o que existe (...) local de trabalho conjunto, partilhado para que a interacção esteja na ordem do dia mesmo que cada um de nós membros trabalhe projectos distintos (...). Este foi um outro relato, quando o entrevistado foi questionado com a mesma questão que fora apresentada anteriormente. Esta forma de entender o que é o Hub, o que ele representa, pauta-se por uma linha de trabalho conjunto, que se distingue pela diferença do que ocorre normalmente no mercado de trabalho. Também foi valorizada a interacção aí decorrente e a sua conseqüente importância na integração do trabalho, o meio no qual decorre. Até aqui, é possível destacar a conotação favorável atribuída ao Hub, a forma como este conceito de reveste de traços vantajosos para quem a ele acede.

“(...)o Hub representa a oportunidade de implementar o meu projecto para mudar o mundo, de acordo com aquilo que tenciono fazer, na área que pretendo desenvolver o meu trabalho (...) tive conhecimento da ideia que surgira, dos preços e condições e como entendi que preenchia os meus requisitos, de acordo com o que necessita para poder avançar no meu projecto de trabalho e não procurei mais nada (...) a parte económica é fundamental para as escolhas que fazemos (...) o Hub é um serviço de qualidade dentro de uma lógica de mercado de trabalho bem distinta da que estamos habituadas a ver. Isso é para mim uma questão tão importante como a qualidade e o custo.” Este discurso remete-nos para o facto do Hub ser contemplado como um contexto adequado às necessidades de desenvolvimento dos projectados idealizados pelos indivíduos na medida em que reúne um conjunto de características valiosas na execução dos seus ideais, distintas das que se encontram acessíveis no corrente mercado de trabalho e a um preço acessível, factor que complementa as questões apelativas apresentadas. O mecanismo de apoio prestado parece ganhar relevo neste momento, o que associa ao nosso enfoque analítico uma significativa consistência face ao conceito Hub abordado e exposto até então.

O suporte que os utilizadores deste espaço encontram induz-nos numa existência de serviços de qualidade associados a um custo tido como acessível, expresso por

relatos como estes, “ (...) as opções passam muito pelo preço do espaço a que temos acesso (...) (Entrevistado C) (...) é óbvio que o factor financeiro do Hub tem um peso enorme na decisão (...) neste momento é um factor bastante apelativo e que o preço aliado ao serviço que dispomos poder ser entendido nos dias de hoje como um verdadeiro achado” (Entrevistado A).

Estes membros apontam a questão do custo como uma oportunidade traduzida na acessibilidade económica, reforçando esse aspecto com a vantagem de poder trabalhar num contexto que engloba elementos inovadores, largamente valorizados a um custo diminuto e que lhes dá a possibilidade de não encontrar no nível económico um entrave de prossecução dos seus projectos. Uma das profissionais que integra o corpo técnico do Hub avança com a sua percepção em torno do custo de acesso ao espaço, referindo que o “...Hub é muito mais que um espaço que as pessoas podem usufruir a preços baixos. No Hub acontece! (sorriso) No Hub as pessoas encontram pessoas, fazem network, tão precioso para os empreendedores. O Hub é no fundo, um espaço de partilha e de conhecimento constante (...) membros partilham ideias, opiniões, sugestões e mais extraordinário, projectos” (Entrevistado D).

Contudo, recolhemos manifestações que indicam que (...) não fica assim tão barato enquanto espaço. Em casa é substancialmente mais barato e o aluguer partilhado de um escritório fica ao mesmo nível de custos. O que é um factor determinante são as pessoas. O Hub é uma plataforma que permite o desenvolvimento do networking, a interacção e a partilha. Isso não tem valor monetário mensurável.” (Entrevistado E). Este discurso direcciona-se para a mais-valia do espaço Hub atendendo à sua componente interactiva, ao trabalho que surge nestes termos e não tanto pelo nível económico, estabelecendo comparações com outros contextos de trabalho possíveis, o qual se encontra, segundo o nosso entrevistado em desvantagem económica, refutada pela vantagem atribuída a perspectivas que valorizam as acções que não podem ser economicamente valorizadas. Uma vez mais encontramos aspectos amplamente valorizados que por sua vez ultrapassam a apreensão restrita às vantagens económicas, que dotam estes indivíduos de mecanismos substancialmente competitivos.

No que concerne aos profissionais do Hub, procuramos saber a forma como perspectivam o espaço no qual se inserem tecnicamente, as bases da emergência deste conceito que foi importado para a cidade do Porto. Com que intuito foi criado o Hub nesta cidade, por sua vez o primeiro em Portugal? Tentamos agora responder a esta questão. Um primeiro discurso das profissionais que entrevistamos refere-se a esse

mesmo aspecto. “ (...) penso que a dimensão importadora está relacionada com a vontade de fazer frente a dadas problemáticas sociais que integram de forma cada vez avassaladora a nossa sociedade (...) novas respostas sociais a problemáticas já existentes. Continuar a resolver as questões do desemprego encaminhando as pessoas para o Centro de Emprego, ou para a Univa, agora Gip, continuar a saber de pessoas que após meses a receberem o subsídio de desemprego o mais certo é continuarem em situação de desemprego, então, estávamos a dar respostas às pessoas que não resolviam de todo os seus problemas (...)” (Profissional A). Esta informação que nos foi cedida vai de encontro a um dos objectivos que moveu o presente trabalho de investigação, o facto do Hub ser um espaço que contribui de forma fulcral para o combate a situações de desemprego, colocando à disposição dos seus membros um conjunto de condições que facilitam a processo de ingresso no mercado de trabalho. Foram evidenciados pressupostos de combate à emergência das novas problemáticas sociais que condicionam a situação de trabalho dos indivíduos.

O Hub é assim apresentado como uma medida de apoio a situações de desemprego, pretendendo fomentar a iniciativa de emprego. Atentamos às “(...) relações-padrão entre a mudança tecnológica, a produtividade e o crescimento, que tiveram um impacto positivo no emprego no período de forte crescimento económico do pós-guerra, parecem já não se manter de forma clara”. (Lança; Valente, 2005:18) Esta tendência de aumento do emprego não se regista actualmente e é neste domínio de actuação que surge o Hub Porto, como impulsionador de novos horizontes profissionais.

Esta questão é fortalecida, pelo facto de conceberem o espaço partindo da “ (...) constituição de uma plataforma de apoio ao empreendedorismo, teve por base criar uma estrutura que, de alguma forma, apoiasse os desempregados da área de intervenção da Junta (...) bem como combater o flagelo do desemprego promovendo o empreendedorismo e auto-emprego de forma sustentada (...) Dar às pessoas com grandes ideias (...) a oportunidade de porem em prática os seus projectos (...) (Profissional B). A débil inserção no mercado de trabalho é um foco de intervenção do Hub em prol de actividades de trabalho sustentáveis que colocam os indivíduos inseridos no mercado de trabalho não em situações de exclusão. “ A situação inventa-se lentamente (...) O desemprego é considerado como exclusão social e é construído por referência a valores modernos, na relação de oposição (inversão) a trabalho”. (Quintão; Cunha, 2000:114) Desta forma, o Hub tenta dotar os indivíduos dos recursos necessários, capazes de contornar a exclusão que vivenciam por forças inerentes à

sociedade actual, as configurações actuais tornam-nos económica e socialmente fragilizados.

Um segundo objectivo do nosso trabalho passou por analisar se o Hub Porto se constitui como um propulsor de mudança social, com o predomínio de novas dinâmicas lançadas pelo empreendedorismo e pela inovação social. Para tal, procuramos saber as concepções que os seus membros detêm do conceito Hub, as suas potencialidades, nomeadamente estreitadas com o empreendedorismo e com a inovação social. Neste sentido as informações fornecidas vão de encontro a essa mesma ideia, como nos refere um dos nossos entrevistados. “O Hub só faz sentido se tiver empreendedores, se estiver sempre cheio de pessoas, com agitação, com partilha de ideias e conceitos. Além disso, concebo o Hub como um modelo de negócio que permite que quem usufrua dele se possa projectar e credibilizar junto do mercado onde cada um se insere.” (Entrevistado D). É atribuído por um dos membros do Hub um sentido de projecção no mercado de trabalho de acordo com os projectos que cada um desenvolve, atribuindo assim mais valias na inserção e acompanhamento por parte do Hub. Esta opinião é partilhada, assumida por um outro entrevistado, “(...) o Hub pode ser realmente um bom salto para pessoas com ideais empreendedores. A forma como o espaço está preparado, quer física quer tecnicamente, dá a possibilidade de pessoas empreendedoras verem os seus projectos concretizar-se. O espaço a preços acessíveis, os serviços prestados a vários níveis, são decisivos na questão da difusão do empreendedorismo (...) o conceito base, na minha opinião é o de empreendedorismo e a partir de aí o Hub aposta no desenvolvimento de estratégias que considera mais adequadas para “levar a bom porto” os desafios profissionais que aqui se encontram sustentando-os de forma a que possamos ser competitivos no mercado de trabalho.”(Entrevistado A) Constatamos que os serviços disponibilizados pelo Hub vão de encontro aos elementos que os seus membros consideram essenciais no despoletar de trabalhos inovadores, com cariz empreendedor. As condições físicas do espaço, a forma como foi preparado para acolher os seus membros, tal como as propostas tecnicamente apresentadas são salientadas com um feedback positivo. Pelos factos apresentados até então, podemos considerar que a concepção do Hub enquanto plataforma de inovação social para a difusão do empreendedorismo é amplamente assumida nos discursos de quem dele faz parte.

A dimensão da inovação, umas das noções associadas à caracterização do Hub enquanto plataforma de apoio foi apontada como um aspecto importante na captação de

elementos para incorporar a sua rede. Esta questão está patente quando nos fornecem discursos como este, que refere que “ o Hub para mim é uma mistura de inovação e de incubadora. É algo novo no nosso país e apresenta uma forma de trabalhar bastante diferente daquilo a que estamos habituados (...)” (Entrevistado F). A forma como o contexto Hub incorpora e combina a inovação com a forma de trabalhar é indicada como um meio através do qual emergem oportunidades de negócio, uma ferramenta accionada pelos indivíduos com ideais empreendedores.

No entanto, ainda no âmbito da mesma dimensão analítica, os nossos entrevistados apresentam discursos que nos induzem em aspectos que gostariam de ver melhorados. Um dos entrevistados diz-nos que “ neste aspecto acho que o Hub devia apostar mais ao nível da divulgação dos projectos que estão a ser desenvolvidos para que a visão junto do mercado de trabalho seja diferente (...)”(Entrevistado C), ao que um outro membro acrescenta o facto de “ (...)em termos desse suporte relativo à inovação social e ao empreendedorismo posso dizer que o acesso universal a espaços de trabalho é uma enorme intervenção para uma sociedade mais equilibrada economicamente, que poderá atenuar as fortes discrepâncias que se fazem sentir (...) criação desta rede, assenta no suporte ao nível dos empreendedores, dos potenciais que daí resultam para o mercado de trabalho. O Hub Porto parte desse conceito e enquanto receptor de empreendedores funciona razoavelmente, mas ainda não é um motor de inovação social porque não tem chegado a quem mais precisa(...)” (Entrevistado E).

Fica assim patente a insatisfação relativa quanto ao trabalho de divulgação externa dos projectos que são desenvolvidos no seio institucional, a forma como é efectuada junto do mercado externo ao Hub, por via de um maior impacto e absorção dos seus trabalhos. Encontram esta medida pouco desenvolvida e de certa forma limitadora de forças de captação, que os direcciona de forma mais frutífera, desenvolvendo o seu capital de mercado, com a lógica de funcionamento que lhe está inerente. Uma outra situação que os membros, em torno desta questão analítica, gostariam de ver melhorada é o mecanismo de criação de parcerias, tal como nos sublinha um dos entrevistados, “apesar disso a forma de concepção do Hub deveria implicar mais protocolos úteis para os seus utilizadores, através da criação de parcerias com entidades que estimulassem a criação do próprio emprego. Considero que embora caminhe nesse sentido, o Hub terá que se debruçar muito mais sobre o que referi (...)uma politica mais abrangente em termos de parcerias seria benéfico para a criação, expansão e mesmo fixação dos projectos que por aqui passam (...)”(Entrevistado F).

A expansão dos trabalhos reveste-se, de acordo com as informações recolhidas, de uma certa limitação devido ao carácter pouco explorado das parcerias geradas entre instituições que possam auxiliar e impulsionar o trabalho dos “huber’s”. Procuram uma maior estimulação da criação do auto-emprego, munindo os indivíduos de recursos eficazes no combate a situações de instabilidade causadas pelo mercado laboral actual, difusora das competências que podem ser geradas no estabelecimento de protocolos que beneficiem todo o processo produtivo.

Propusemo-nos analisar as possíveis alterações na forma de trabalho por parte dos utentes do Hub Porto, isto é, recolher testemunhos relativos à sua óptica de utilizador do espaço, desmistificando as suas perspectivas quanto à centralidade que o ambiente e as novas tecnologias de informação detêm. Temos vindo a debater a crescente valorização de trajectos profissionais alternativos de forma a que possam contornar os obstáculos emergentes na esfera laboral da sociedade contemporânea e assim procuramos saber em que medida a busca de contextos de trabalho revestidos de ambientes distintos se pode aí enquadrar.

Atentamos agora à informação que nos foi prestada por um dos membros Hub quando questionados com essa valorização. “A forma de trabalho que utilizo no Hub contribui a meu ver para uma melhor qualidade de vida, ao permitir um ambiente mais relaxado pautado pela partilha (...) Normalmente encontramos locais de trabalho que reúnem uma grande formalidade em que os trabalhadores se deparam com elevados níveis de formalidade (...) Aqui o grau de liberdade é maior, paramos para descontrair, retomamos quando tem que ser pois não há aquela exigência e rigor de escritório (...) afastamo-nos do tradicional e procuramos o inspirador. É mesmo muito agradável pois não há portas que nos separam, há um ambiente conjunto mesmo que a trabalhar em projectos individuais.”(Entrevistado B). Partindo desta afirmação podemos proceder a um reforço positivo do ambiente vivenciado em contexto Hub, como pudemos constatar através das referências feitas, imbuídas de um espírito de partilha, de liberdade e descontração.

A inspiração parece ultrapassar os ambientes tradicionais, onde os indivíduos encaram seu dia-a-dia de trabalho de forma menos rígida. Os locais que comumente acolhem os indivíduos em situação de trabalho são tendencialmente transpostos num elevado nível de formalidade, ao que o Hub efectua uma ruptura e se distingue na forma informal de trabalhar. Reiterando esta perspectiva, encontramos informações cujo ambiente reporta para “ (...)um espaço de trabalho conjunto em que não estamos

sozinhos, em que dispomos de áreas não só de trabalho mas também descontração, como o caso da sexta-feira em que temos o “Wine-Time”, que marca o ambiente que aqui podemos ter, a forma como o lazer pode e deve incorporar o local de trabalho (...) Este ambiente de trabalho tão diferente é tido para nós como produtor de qualidade no trabalho.”(Entrevistado A). Torna-se evidente que a este nível há uma constante valorização, transversal a diferentes depoimentos, o que consequentemente solidifica esta nossa dimensão analítica. Salientamos a articulação estabelecida em torno do ambiente do qual dispõem no Hub Porto e a qualidade de trabalho, assumindo o papel de destaque no processo produtivo e também neste aspecto se denota uma transversalidade de informação. (...) Por ser um espaço cheio de cor, luz, sem tantas paredes como estamos habituados, a inspiração é diferente, esta ausência de rigidez, se é que assim lhe podemos chamar, torna-se sinónimo de uma qualidade de trabalho...” (Entrevistado D). Enaltecer o ambiente de trabalho e a excelência aí inerente é uma constante deste nosso trabalho empírico uma vez que neste domínio os relatos são expressos de forma significativa e valorizada. Uma das técnicas do Hub sublinha este aspecto ao dizer que “(...) O Hub Porto tem características específicas que promovem o bem-estar e a informalidade, nomeadamente através da decoração e áreas comuns (...)o que se pretendeu foi criar uma alternativa “low-cost” onde se aliam os recursos de um escritório equipado, o conforto de uma casa e o ambiente inspirador ditado pela informalidade e respeito de uma comunidade (...)”(Profissional A).

As tecnologias de informação e comunicação são um aspecto a introduzir neste momento, querendo obter um maior grau de conhecimento face á sua difusão na comunidade Hub. Qual a forma de articulação entre as TIC e a comunidade Hub, qual o posicionamento conceptual dos membros quanto a este aspecto, é o que lançamos agora para a componente analítica. Deparados com a componente das TIC integradas na comunidade Hub, o seu entendimento é apresentado, valorizando-as como “ (...) a forma mais do que necessária para desenvolver os nossos trabalhos pois são úteis ao longo do processo e aqui no Hub são muito utilizadas na forma de trabalhar como o caso da internet que é indispensável.” (Entrevistado F).

O coworking é apresentado com uma forma alternativa de trabalhar, uma marca contemporânea do mundo do trabalho e o Hub incorpora no seu universo este factor. Expondo esta temática junto dos profissionais, as informações induzem-nos analiticamente numa difusão do mesmo junto da comunidade Hub. O “ (...) coworking é de facto um novo paradigma na forma como encaramos o actual mercado de trabalho

e seus espaços (...) essa é uma realidade que ainda desperta algumas dúvidas e reservas, sobretudo em zonas como o Porto em que as práticas de trabalho historicamente se associam à produção. Em Lisboa o coworking é um fenómeno culturalmente mais aceite pois a sua cultura de trabalho é muito relacionada com os serviços e estão mais abertos a estes fenómenos e “deslocalização empresarial” (Profissional B). Encontramos patente no discurso de uma das profissionais a forma como o Porto e nomeadamente o Hub Porto, tem alcançado, ainda que de forma pouco fluida, desta novo paradigma de trabalho. Realçamos a ideia de que “ escritórios partilhados em Portugal existem muitos. Espaços de coworking puros ainda são poucos (...) estão a negociar um aluguer de um edifício (...) para construir o primeiro espaço “ coworking” em Lisboa. O Porto está mais à frente e tem, desde Maio, a porta aberta aos “coworkers” no espaço Hub Porto”. (Matos, 2009:17) O Hub é pioneiro no arranque desta nova forma de trabalhar na cidade do Porto, o que consiste numa aposta em domínios inovadores e diferentes de trabalhar. O (...) coworking é o modelo de trabalho do futuro, sobretudo para freelancers, empreendedores, activistas, e mesmo para ONG’S. Não faz sentido as pessoas gastarem 500 ou até 1000€ em escritórios, quando o que fazem o podem fazer ao lado de outras pessoas, com o mesmo conforto e qualidade(...)”(Profissional A).

Percepcionar as forma como as interacções sociais desenroladas no Hub espelham um funcionamento em rede, baseado na criação de interacção, partilha e busca de energias, constitui um outro enfoque analítico, por considerarmos que é um aspecto importante nas representações associadas ao conceito Hub. Questionadas sobre a predominância deste factor no Hub ao longo da aplicação da técnica da entrevista as repostas que obtivemos remetem-nos para padrões de representação. Foi um domínio de análise que envolveu uma grande proximidade de respostas, do seu conteúdo em torno de um padrão de valorização elevada.

“ (...) somos como uma equipa de trabalho, em que cada um está responsável por um departamento (risos), embora não seja mesmo assim, a verdade é que mesmo que cada um esteja a trabalhar no que é seu, não há um distanciamento por isso (...) A troca de ideias, de pequenas dúvidas que nos fazem empancar por vezes, é para mim o exemplo vivo de que existe efectivamente partilha entre nós”(Entrevistado A). Este consta de uma testemunho de um dos membros do Hub, que abarca a questão da partilha e criação de sinergias entre aquilo que a própria refere como uma equipa de trabalho.

É notório que o espírito individualista, de carácter isolado não vai de encontro ao seu entendimento relativo a esta questão. Conduzem-nos, conceptualmente a um “(...) ambiente muito no espírito de partilha (...) pois repare que num comum escritório, as pessoas nada têm para partilhar, (...) ao contrário do que se pode encontrar aqui no Hub, a partilha de diversas áreas, que como todos sabemos é muito bom, já alcancei questões que me pareciam impossíveis ou demoradas através de contactos aqui estabelecidos (...) vão muito além do que comumente encontramos(...)”(Entrevistado B). A junção de diferentes áreas assume o comando da partilha, da busca de cooperação e auxílio na resolução de determinados aspectos. Os laços parecem ganhar relevo, com uma valorização da interacção, uma rede de contactos que consideram fulcral a execução dos seus projectos profissionais. Será este um indício significativo de sinais de um funcionamento em rede, é importante para nós percebermos esta lógica de funcionamento interno e para tal acrescentamos um outro discurso gerado em torno desta pretensão de análise. O incremento da partilha, da importância que assume nas lógicas de trabalho quotidianas do hub espelham-se na nossa recolha empírica, através de contributos que apontam a partilha como “fundamental e crucial, estando na base e no coração do conceito. A partilha vai de encontro às novas formas de trabalhar (...) O espírito é outro mesmo não havendo uma equipa comum de trabalho podemos dizer que há uma equipa de partilha”(Entrevistado D). A integração de uma equipa de trabalho, ainda que os projectos sejam desenvolvidos a título individual, em áreas distintas, é apontado como uma mais-valia possível de ser concretizada no seio da comunidade que compõe o Hub. Num contexto de trabalho que revela sequelas das reconfigurações sociais que têm ocorrido, onde as identidades profissionais são apresentadas pelo risco e incerteza, e uma maior dificuldade de fixação na esfera laboral, esta forma de trabalhar indica benefícios gerados em torno do indivíduo, no processo de construção e desenvolvimento profissional.

O mercado de trabalho actual pauta-se pela crescente necessidade de accionar um “ (...)conjunto de medidas e de estratégias com que se tem procurado uma intervenção activa no sentido da promoção do emprego (...) privilegiando medidas activas capazes de quebrar os ciclos de pobreza e de reintegração(...) facultando um leque de oportunidades(...) que devem funcionar como veículo para a empregabilidade”. (Jorge, 2000:9) Neste sentido importa captar a forma como o Hub surge como uma medida de activa promoção do emprego, se facilita a inserção no mercado de trabalho e

se impulsiona novos domínios profissionais, capaz de aumentar as oportunidades de emprego.

Questionados sobre o impulso gerado pelo Hub no estabelecimento de novos domínios profissionais, deparamo-nos com opiniões menos satisfatórias “(...)porque na verdade acho que é possível mas que tende a não acontecer ainda (...) Novos domínios profissionais podem estar ligados claramente a projectos empreendedores mas para tal talvez tivesse que haver um contacto que não se restringisse aos membros. No entanto, não podemos desvalorizar as condições que são oferecidas pelo Hub, capazes de promover outros domínios profissionais (...) (Entrevistado F). Para tal, o nosso entrevistado considera que teriam que ser explanadas outras formas de actuação, desencadeados pelo empreendedorismo e alcançáveis através de outros contactos, de novas apostas. No entanto “(...) o importante é ser aproveitado sobre aquilo que nos é dado e diga-se que face às condições que nos são tão favoráveis, a entrada no mercado de trabalho deixa de ser “um bicho de sete cabeças” (...) (Entrevistado F). O carácter activo por parte do Hub na inserção dos indivíduos no mercado de trabalho mantém-se no discurso pois é não lhe é retirada a conotação da expansão das oportunidades, entendidas como favoráveis.

Num momento posterior detemos informações que contrariam esta mesma evidência em que o trajecto percorrido em busca de outros domínios de actividade profissional se encontra numa “ (...) fase inicial do caminho e que a curto prazo o conceito não tem força para impulsionar novos domínios profissionais (...) mesmo que detenha (...) um conjunto de condições que de outra forma seriam difíceis de alcançar por apresentar uma estrutura em rede com outras organizações (...). Apresenta adequações em termos de mercado de trabalho que se têm revelado importantes, (...) constitui-se mais como impulsionador da optimização da qualidade do trabalho e serviços prestados pelos utilizadores do que propriamente como um factor directo na inserção (...) talvez seja ainda muito principiante” (Entrevistado C). O tempo de consolidação do conceito é considerado ineficaz aquando do alcance das medidas de inserção e aqui torna-se fundamental fazer valer a máxima manifestada por este membro, a de optimização do trabalho, não valorizando da mesma forma a capacidade de empregabilidade do Hub.

Façamos então uma reflexão do que fora dito até então face a esta componente analítica, o que impera é uma atribuição de fraca intervenção junto do mercado activo de emprego, o que por conseguinte enfraquece as potencialidades que atribuímos

inicialmente neste estudo. No entanto devemos ser isentos ao ponto de ter presente o facto desta questão poder oscilar consoante a máxima de aproveitamento que cada membro acciona perante dadas oportunidades, tal como nos foi transmitido por um dos membros : “depende também da aposta que o individuo faz porque o Hub só por si não consegue fazer sozinho, dá a condições e os indivíduos terão que fazer o melhor uso disso e promover mudança, (...) é uma questão de aproveitamento das oportunidades que vão aparecendo a cada um de nós. (...) Começamos pelo mais básico que é um sitio para desenvolver o nosso trabalho, ter as nossas reuniões, até ao ponto de poder contar com a ajuda técnica entre os quais estabelecimento de contactos e escoamento de informação. (...) Essencialmente não podemos considerar-nos a realizar um trabalho isolado, é preciso que sejam realçados os contributos e atribuir-lhes significância” (Entrevistado B). É fundamental que estes aspectos sejam levados em linha de conta para que as concepções resultantes das explanações dos indivíduos não sejam analisadas á luz da falta de aproveitamento, de ligações menos estreitadas ou pela capacidade reduzida de adequar os serviços disponíveis aos seus ideais de mercado, de desenvolvimento profissional. O Hub pode ser concebido, de forma reflectida, como um mecanismo capaz de dotar os seus membros, fornecendo-lhes as ferramentas necessárias para que possam estabelecer pontos de fixação e/ ou ingresso no mercado de trabalho, ao que os indivíduos terão de se fazer acompanhar de lógicas de apropriação e linhas condutoras que possibilitem essa mesma edificação.

Concluimos a nossa aproximação empírica à realidade do Hub Porto, o enfoque analítico que direccionou a presente investigação. Foi feito um esforço no sentido de apresentar os sinais que nos foram dados através da recolha e tratamento da informação, capazes de enunciar as principais potencialidades, limitações e adequações relativos aos objectivos que incitaram esta pesquisa e nos levaram a assumir atitudes analíticas com princípios reflexivos e críticos que lhe estão inerentes.

Capítulo 6 - Reflexões sobre o Estágio

6.1- Avaliação Global do Estágio

A forma pela qual o sociólogo, na qualidade de cientista social, cujo enfoque analítico recai sobre os fenómenos sociais, os actores aí implicados, deve pautar a sua conduta profissional é alvo de um conjunto de procedimentos, através dos quais se pretende que sejam cumpridos os critérios no que diz respeito ao desempenho da actividade profissional. Tal como refere Bourdieu (2006) a sociologia contempla a análise de indivíduos, inseridos numa dada sociedade, num dado “palco”, atendendo a determinados cenários, no qual desempenha um determinado papel, de actor social e que consequentemente faz com que ao sociólogo corresponda a tarefa de desmistificar alguns dos sentidos da “peça encenada” e que o seu contributo tenha impacto no restabelecimento das acções quotidianas dos indivíduos.

É neste sentido que se enquadra a realização do estágio curricular no Hub Porto, em que se pretende que os princípios de actuação atrás referidos sejam alcançados. A pretensão de realização do estágio no Hub Porto resulta de um interesse analítico face às questões do empreendedorismo e da inovação social e os seus impactos sociais actuais. Integrar este conceito foi progressivamente enriquecedor na medida em que possibilitou a captação de diversos elementos, os quais pautados por laços que vão sendo estreitados, elementos da nossa pesquisa científica que se vão desmistificando e que nos impulsionam de forma cada vez mais entusiasmada na nossa investigação. Muito mais do que o “Estar” no Hub conquistou-se o “Ser” Hub, ter a possibilidade de lidar directamente com as dinâmicas que se vivenciam neste espaço foi gradualmente transposto numa maior facilidade no decorrer da prossecução e objectivos sociológicos. É de salientar que este vestir de camisola deve-se em grande parte à forma como foi efectuado o acolhimento por parte da instituição que em nenhum momento deixou de fazer sentir que o trabalho não seria possível de realizar ou que as condições teriam que ser impostas por eles, foi feito um enorme esforço no que respeita à integração, ao espírito de cooperação, de criação e de interacção.

Foi feito um esforço no sentido de garantir as “responsabilidades dos sociólogos para com financiadores e clientes (...) inquiridos e entrevistados, grupos e instituições alvo de pesquisa ou intervenção, outras fontes de informação e contextos sociais que possam ser afectados(...)”(APS). Enquanto profissionais de Sociologia é importante efectuarmos uma ruptura com aquilo que observamos, de forma a que não haja

interferência entre o campo científico e o campo referente ao nosso senso comum. É essencial que à luz da sociologia, no decorrer das suas análises, não esteja presente aquilo que são as próprias concepções do investigador, para que os resultados obtidos traduzam o máximo de veracidade possível, sem traduzirem qualquer tipo de enviesamentos. Procuramos seguir esta linha condutora, pelo facto de a recolha de dados poder ser munida de informações passíveis de credibilidade sociológica.

Não podemos falar na existência de “botões Off / On ” que possibilitem um corte radical entre o que é o observador e o observado, mesmo que o código deontológico contemple o facto de “ o estatuto profissional do sociólogo impõem uma postura de maior isenção possível (...) um relacionamento equilibrado com os diversos actores sociais, individuais ou colectivos, envolvidos no contexto da sua prática. ” (APS). Ao longo do período de estágio julgamos que este aspecto foi bem conseguido, todas as situações foram pautadas de grande equilíbrio, sem ocorrência de qualquer distúrbio durante o mesmo.

Das condições do desempenho profissional da sociologia do trabalho é fundamental avultar a importância da observação, que revestiu a parte activa desta investigação, pelo período em que permanecemos na instituição. O facto desta não ser uma ciência exacta faz com que seja conotado um determinado grau de liberdade e nesse sentido é deveras importante que haja protecção das fontes de informação humana, informações que possam ser adquiridas por diversas formas, como sendo entrevistas e inquéritos por questionário. “No exercício dos seus papéis profissionais, os sociólogos não devem violar o princípio da voluntariedade e de fornecimento de informação por parte de indivíduos, populações, instituições.” (APS). Neste sentido, tivemos sempre presente aquilo que designamos como princípios relativos à informação e a partir dos mesmos foram baseados os processos de recolha de dados.

“ Suponhamos (...) que se pretendem explicar comportamentos, ou valores, ou identidades, no quadro de pesquisas específicas. O que faz o sociólogo? Traça, claro, um plano de pesquisa, e mobiliza teorias, métodos e técnicas que encontra disponíveis, de modo a accionar a recolha e o tratamento da informação que julga pertinente.” (Almeida, 1994: 24) Foi neste sentido que desenvolvemos a nossa integração no Hub Porto, em que fomos munidos de objectivos e que foram assim associados ao trabalho desenrolado, como o total apoio e confiança institucional, que tantas vezes ouviram e acataram as nossas sugestões, ainda que fossem dadas a medo, foram patenteadas no desenvolvimento do trabalho ao longo destes meses.

Muito mais do que accionar a conduta das competências e saberes, aplicando o capital académico adquirido, importa incorporar elementos de ordem profissional que não devem ser descuidados na desmistificação dos mais diversos fenómenos sociais, pelos quais devemos deter o maior respeito. Também a este nível julgamos ter estado à altura da equipa técnica do Hub e consideramos ter desempenhado uma prestação ajustada face ao aspecto humano, intelectual e científico.

Enquanto estudante de sociologia, sobressai em grande medida o carácter social inerente a este espaço, a busca de respostas capazes de proporcionar aos seus membros/utilizadores melhores condições de acesso e fixação no mercado de trabalho. O trabalho efectuado em torno da partilha, da criação de novas oportunidades, bem como da esfera do lazer, acabam por se constituir uma mais-valia para quem dele faz parte. Obviamente que ocorreu um período de adaptação, em que paulatinamente fomos ganhando espaço para desenvolver o trabalho, criar laços que possibilitassem um bom ambiente de trabalho mas posto isso a satisfação foi alcançada e o dia a dia de trabalho nunca foi encarado como um dever mas sim como mais um dia em que iríamos aprender algo novo, resolver uma nova situação.

Fica a marca positiva, pela capacidade de poder aprender, vivenciar a primeira experiência na área da sociologia, em que ficam sempre falhas para colmatar mas fica essencialmente o desejo de missão cumprida por poder aprender com o envolvimento em novas realidades e ter as oportunidades de contribuir na construção de instrumentos de melhoria da qualidade da vida dos indivíduos em sociedade.

6.2- Recomendações e propostas de intervenção

Neste momento do nosso trabalho, apresentamos algumas sugestões e propostas de intervenção que nos parecem enriquecedoras para o trabalho desenvolvido pelo Hub Porto. Uma vez que esta instituição se apresenta e define como promotora do empreendedorismo e inovação social, importa desenvolver mecanismos que vão de encontro à defesa dos seus princípios.

Uma primeira proposta passaria por expandir o conceito Hub ao contexto universitário, procurando assim uma maior ligação com o mesmo. Tal proposta baseia-se numa extensão das possibilidades que podem decorrer aquando da integração deste espaço, os públicos que podem ser instruídos face aos projectos que o hub desenvolve, sendo esta uma forma de captação de um maior número de membros. Uma relação mais

estreita com determinadas áreas de estudo, como sendo a economia, o marketing, poderá enriquecer os projectos, expandi-los de forma proveitosa para os dois intervenientes. Seria benéfico, no nosso entender, criar fluxos de informação entre a instituição Hub porto e as instituições de ensino superior, como forma de catalisar novas oportunidades de mercado de trabalho, fazendo uso dos serviços disponibilizados pelo Hub e o capital escolar dos indivíduos, os projectos que podem ser desenvolvidos no âmbito de determinada área científica.

Um dos princípios que constam dos objectivos apresentados pelo Hub, no seu regulamento, passa por facilitar o acesso da sua comunidade aos agentes promotores de apoio ao empreendedorismo, através do estabelecimento de parcerias. A experiência no terreno possibilitou-nos detectar um fraco desenvolvimento das potencialidades que daí poderiam advir. Existem parcerias estabelecidas, como o caso do Município do Porto ou a Associação Nacional de Direito ao Crédito, entre outras, que foram criadas com o intuito de gerar mais-valias para a concretização de projectos de cariz empreendedor. No entanto, este estabelecimento parece-nos débil na medida em que poderia ser aproveitado de forma a originar mais vantagens para os seus membros, para os trabalhos que desenrolam. Parece-nos fundamental ocorrer uma maior troca de informação entre estes, em que o conhecimento seja o maior beneficiário. No que diz respeito a esta mesma questão, o contacto estabelecido não é de carácter directo e permanente, ocorre esporadicamente e por vezes de forma até ocasional. É necessário procurar um contacto mais constante, partindo do princípio que os protocolos criados poderão resultar num conjunto de vantagens, quer para os membros do espaço Hub, quer para a própria instituição com a qual se estabelece este elo de ligação.

Agilizar a capacidade de mobilização entre diferentes agentes, tendo em vista a inclusão e coesão social é outro dos pressupostos avançados pelo Hub, aquando da sua definição de objectivos. Relativamente a este aspecto, consideramos que a sua exploração poderia ser mais aprofundada. A este nível, a nossa proposta baseia-se na fomentação do empreendedorismo social, pois consideramos que o maior impacto do mesmo no Hub ocorre essencialmente em termos do empreendedorismo empresarial. Aqui a nossa sugestão assenta numa gestão mais integradora do conceito de empreendedorismo social, conceptualizada numa maior inclusão dos indivíduos portadores de fragilidades socioeconómicas, que vivenciam situações de exclusão em termos de mercado de trabalho. Actividades direccionadas para desempregados, por exemplo, que os envolvam de forma activa na esfera de produção social, apostar na

formação destes, no sentido de, lhes proporcionar um maior conhecimento de técnicas na procura de emprego e lhes fornecer alguns elementos chave quanto às possibilidades que o actual mercado de trabalho e a própria economia exigem. A realização de workshops, evento muito usual no Hub, voltados para indivíduos que dispõem de recursos socioeconómicos diminutos, surge como uma proposta em torno do benefício social, uma forma de trabalho que aplique a missão social que define o empreendedorismo social. É de salientar que esta visão está incorporada no espírito de trabalho desenvolvido no Hub, no entanto não nos parecem ainda despoletado ao ritmo que consideramos ser correspondente ao seu potencial.

Focando agora a questão da condição de membro do Hub Porto, com os deveres e direitos que isso implica, consideramos que também a este nível podem existir algumas medidas inovadoras. Dado que cada um dos membros desenvolve projectos individuais, os quais pretendem ter inserção no mercado de trabalho e reconhecimento social, o recrutamento de benefícios para esses mesmos projectos, conta de uma melhoria que julgamos ser pertinente. Procurar uma maior, do que a que já existe, forma de “escoar” os seus trabalhos, promovendo-os junto dos públicos que possam revelar interesse e que os pode captar profissionalmente. Falamos de uma gestão externa do mercado de trabalho e que pode funcionar como promotora do trabalho interno do Hub.

Ter a possibilidade de ser membro da instituição Hub Porto traduz-se num custo mínimo baixo, o que consequentemente pode levar os indivíduos a procurar este espaço não tanto pelo conceito, serviços e oportunidades mas sim pelo preço reduzido. Esta questão é importante na medida em que podemos ter indivíduos que não estão munidos de espírito empreendedor e de um carácter inovador e aqui, surge a necessidade de existir uma maior selecção dos utilizadores/ membros do espaço. Esta selecção deve basear-se na predominância de áreas voltadas para o empreendedorismo e a criação de impacto social, evitando a dispersar e a busca de maximização do lucro, pelo preço a que podem aceder aos diferentes locais do espaço. Pensemos no exemplo concreto, e que aconteceu algumas vezes, em que temos uma sala de formação e realização de eventos, e somos requisitados por mais do que um indivíduo, o princípio pelo qual devemos pautar a opção é claramente o de reconhecimento das necessidades e impacto que cada uma das situações implicaria. Podemos cair num cenário em que os indivíduos encontram um lugar com preços acessíveis para realizar as suas actividades de trabalho, em que obtêm mais lucro do que alugando por exemplo um escritório ou área pessoal, o que por sua vez acaba por retirar a essência inerente ao espírito do conceito Hub.

Apresentamos um conjunto de sugestões que consideramos ser pertinentes no sentido do hub Porto continuar a desenvolver um trabalho com um grande impacto social, tendo presente que tem pouco tempo de funcionamento, e que ainda está numa fase de exploração das suas potencialidades. Assim, a incorporação desta propostas aqui avançadas, são para nós um instrumento sociológico adequado, numa trajectória em que a meta é o impacto social, embebido num forte espírito de colmatar as fragilidades sociais que caracterizam a sociedade portuguesa contemporânea.

Considerações finais

O estágio por nós desenvolvido teve como objectivo dar a conhecer as potencialidades do espaço Hub Porto em torno da problemática do mercado de trabalho, foi nossa pretensão analítica captar as formas de actuação desta instituição face à criação de medidas activas de emprego. A forma como dotam os indivíduos de diversos recursos, que lhe permitam alavancar projectos e fixarem-se na esfera de produção económica e social foi um indutor fundamental ao longo do processo de investigação.

“Na sociedade contemporânea tendem a prevalecer e a ampliar-se os sectores de actividade onde o trabalho não é rotineiro mas complexo, exigindo níveis de (...) autonomia e capacidade de resolução de problemas, actividades cuja expansão está ligada ao desenvolvimento das diversas áreas científicas” (Kovács, 2002:17). Neste sentido, a necessidade de criação de alternativas baseadas na adaptação a novas realidades face ao trabalho é evidente e constitui uma das temáticas com maior centralidade actual. Fruto de uma economia regulada à escala mundial, o mercado de trabalho encontra-se acentuadamente organizado por forças exteriores, isto é, vivencia um período onde predominam as desigualdades no acesso à esfera laboral e que por sua vez coloca os seus actores socialmente fragilizados.

O impacto que a globalização tem nas sociedades actuais parece ser um aspecto inquestionável na medida em que cada vez mais se faz acompanhar da difusão de modelos globais que na distribuição de oportunidades indica fortes singularidades pois o desenvolvimento económico e social traduz sinais desigualitários. Embora alguns autores atribuam uma perspectiva positiva face à globalização, como demos conta num momento inicial do nosso trabalho, não podemos descuidar o facto de este fenómeno representar “(...) a crescente integração do mercado global(...)compatível com a acentuação de desequilíbrios e desigualdades, e isso é o que está a acontecer. Em particular, tem significado o declínio do trabalho no rendimento nacional na maioria dos países da Europa Ocidental” (Murteira, 2008:138). O declínio do trabalho é uma das principais linhas de contorno da sociedade contemporânea, temos assistido a um crescente enfraquecimento das forças laborais nas quais os indivíduos vêm os seus postos de trabalho, a sua fixação a longo prazo no mercado de trabalho ameaçada.

O estágio levado a cabo é impulsionado por este conjunto de configurações sociais decorrentes de uma economia globalizada, de um período em que prevalece o

capitalismo global e no qual os sujeitos percorrem caminhos de efectiva mudança social que lhes dê a possibilidade de ver a suas potencialidades expandirem-se. Esta expansão surge associada ao crescente destaque que as dinâmicas empreendedoras e de cariz inovador têm ganho na nossa sociedade e que pretendem conferir aos indivíduos um conjunto de recursos passíveis de serem transpostos em oportunidades de trabalho, num alargamento dos horizontes profissionais.

A promoção de atitude empreendedora é um dos objectivos do Hub Porto e que foi por nós incluída neste trabalho. Este nosso objectivo analítico pretendeu captar o predomínio de dinâmicas assentes em lógicas empreendedoras, que incorporam novas respostas, as quais eficazes na capacidade de ultrapassar fenómenos sociais revestidos de uma grande complexidade. A este respeito, podemos avançar com conclusões que indicam que estes princípios se encontram patentes no exercício institucional desenvolvido pelo Hub. O tratamento dos dados recolhidos permite-nos aferir que os indivíduos, membros do Hub têm à sua disposição um conjunto de serviços que os capacita de aspectos vantajosos na criação e sustentabilidade de projectos profissionais. O hub pode ser assim entendido como uma base de apoio para o desenvolvimento de ideais empreendedores, cujas características do espaço, quer físicas, quer técnicas se encontram ajustadas às carências dos seus membros. Contudo, relacionado com estas questões, concluímos que há aspectos que não funcionam plenamente sendo que à luz da análise foi possível detectar falhas de explanação de alguns serviços, os quais avançados por nós inicialmente como uma advertência positiva. Falamos da fraca articulação com as parcerias, tidas estas como geradoras de benefícios para os trabalhadores da comunidade Hub. Percepcionamos que as ligações estabelecidas não são suficientes para sustentar os projectos que cada um desenvolve, o desejo de uma maior troca de informação e escoamento de potenciais foi manifestado ao longo da aproximação empírica, o que nos leva a desenvolver interpretações limitadoras deste tipo de serviço prestado pelo Hub. A concepção demonstra consistência, objectividade, no entanto, a estrutura na qual efectivamente cada membro encontra reunido o conteúdo que he está inerente, manifesta alguns sinais de fraca exploração do potencial atribuído.

Sendo este o espaço por nós escolhido para dar conta das principais linhas a reter deste trabalho, prosseguimos a este nível com as considerações em termos das novas formas de trabalho na escolha da adesão ao espaço Hub, as quais foram por nós desmistificados no decorrer de um processo que se revelou analiticamente enriquecedor. Neste domínio os contornos são amplamente valorizados pelos indivíduos “hubers”, que

revelaram uma significativa valorização de novas formas de trabalhar, diferentes das que pautam comum enquadramento laboral. Este aspecto liga-nos à questão do ambiente menos formal e rígido que se revela uma base sólida na procura de diferentes contextos de trabalho. Também as TIC são um elemento a incluir nessa base, pois a forma como possibilitam a concretização de diferentes modos de trabalhar, atribui-lhe um elevado grau de solidez.

Uma vez terminado o estágio, evidenciamos de forma particular a importância que o *coworking* assume no espaço Hub. No actual universo de trabalho a flexibilidade constitui um factor de incremento de freelancers de empresas, que pretendem lançar-se de forma activa e que por sua vez procuram espaços de trabalho economicamente acessíveis e que simultaneamente lhes dê sinais de uma menor rigidez. Como referimos a dado momento deste estudo, as parcerias e a rede de contactos são elementos a incluir na forma como os coworkers pautam o seu quotidiano. Reforçamos esta ligação e relacionamo-la de forma linear com o espírito de trabalho revelado pelo Hub Porto, a busca incessante de contactos traduzidos numa mais valia de trabalho é a lógica que os membros Hub evidenciam nos seus discursos em torno desta dimensão de análise.

A temática da Sociedade de informação e o funcionamento em rede foi uma das linhas orientadoras do trabalho efectuado na medida em que “tanto o tempo como o espaço estão a ser modificados sob o efeito combinado do paradigma da tecnologia de informação e das formas e processos sociais induzidos pelo actual processo de mudança social (...)” (Castells, 2007:493) É em torno desta ideia desenvolvida por Castells que avançamos com os elementos que consideramos capazes de traduzir esta realidade com a qual nos deparamos. A noção de rede ganha aqui especial destaque por via da notoriedade que foi manifestada pelos membros do Hub. As suas valorizações, o benefício estabelecido em torno do trabalho é para eles complementado por uma acentuada existência de “nós”, em que cada um deles é um “nó”, interligados e funcionando como uma extensão do todo. Esta forma de actuação na nossa realidade institucional é para eles sinónimo de partilha, e da aglomeração de sinergias. Esta é uma consideração importante pois o Hub apresenta como um dos seus princípios a criação de sinergias entre os membros, facto que num momento de avançar com as conclusões, é por nós reforçado.

Não descuramos da nossa análise o facto de “a fronteira entre a exclusão social e a sobrevivência diária está cada vez mais indistinta para um grande número de pessoas em todas as sociedades (...) as pessoas não conseguem acompanhar a constante e

necessária actualização profissional, ficam para trás na corrida (...)” (Castells, 2003:469). Acresce assim a necessidade de criar mecanismos eficazes face a esta temática revestida de uma desigualdade de acesso a oportunidades, que colocam os indivíduos em lutas com elevados desnivelamentos sociais. Incluímos no processo de investigação que decorreu, a procura de impactos na actuação a este nível, que nos esclarecesse quanto à forma como o Hub, partindo não só do conceito mas essencialmente da sua execução, é capaz de facilitar o incremento de novos domínios profissionais. Como resposta a esta categoria do nosso enfoque analítico, encontramos uma medida com efeito diminuto, isto é, uma plataforma que fornece elementos de apoio essenciais aos indivíduos para que desenvolvam os projectos que idealizam, mas que no entanto, ainda não conseguiu desenvolver por ela própria, através de elementos organizacionais, novos domínios profissionais que possam fazer frente às formas fragilizadas que têm penetrado o mercado de trabalho. Para alcançar estas potencialidades, que consideramos plenamente contempladas no seu conceito base, é fulcral que estas linhas orientadoras não se remetam só para os membros, que possa ser um trabalho equilibrado, de complemento entre ambos, que integre as dinâmicas estruturais do Hub.

“As abordagens dos efeitos do progresso técnico sobre o emprego e a dinâmica das profissões parecem tender a disseminar-se por múltiplos domínios científicos e outros tantos planos de enfoque” (Lança; Valente, 2005:89). O presente trabalho pode, no seguimento desta ideia, ser apreendido como um plano de enfoque por incluir na sua dimensão analítica os efeitos que o progresso tem vindo a ter sobre as (re) configurações do emprego.

As alterações que sem se têm diluído socialmente colocam os indivíduos em contextos de exclusão laboral e activação de medidas de combate inerentes a uma melhoria, que poderá ser alcançada por uma elevada integração no mercado de trabalho. Para tal, foi nosso interesse analítico perceber se o Hub é um conceito activo, um espaço que se apresenta capaz de travar a luta contra o desemprego. Percebemos que o Hub, através da sua composição técnica e espacial, os preços acessíveis, dota os indivíduos que integram a sua rede de actuação, de benefícios, de condições, que segundo os próprios, interferem na inserção do mercado de trabalho. Contudo não podemos apresentar estas conclusões de forma tão linear pois torna-se relevante a conotação pouco explorada que os dados obtidos apontam a este nível. Se anteriormente referimos a necessidade de complementaridade entre o trabalho dos membros e da equipa de

trabalho do Hub, agora reforçamos essa mesma ideia, não atribuindo maior “fraqueza” desta vez ao Hub mas sim aos membros. Este exercício analítico advém do facto de ser indispensável uma adequada apropriação por parte dos últimos, aos recursos cedidos pelo Hub, pois sem a sua aplicação, sem um retorno no mercado de trabalho, a inserção profissional torna-se um horizonte cada vez mais difícil de atingir. Pretende-se que seja um caminho traçado por ambos os intervenientes de forma a gerar o seu próprio bem-estar económico e não de forma menos importante uma melhoria do bem-estar social.

Nesta parte do trabalho, foi nosso objectivo dar conta das principais linhas de actuação e domínios de diagnóstico e intervenção do Hub Porto. Foi feito um esforço para que os dados espelham-se a realidade, a mesma que apreendemos ao longo do período de estágio, e não uma outra, menos criteriosa e sem rigor científico. Foram passíveis de interpretação os traços da caracterização do Hub Porto, que ocorrem no seguimento do desempenho profissional no contexto em que se enquadra a mesma realidade que, posteriormente, foi alvo de um tratamento de informação e nos permitiu enformar a problemática que nos suscitou interesse analítico e sobre qual desenhamos a nossa pesquisa.

Temos a consciência que a ciência nunca é um produto acabado e neste sentido há sempre novos quadros de questionamentos que emergem e que conduzem à necessidade de realizar novas investigações científicas. Sentimos que o tempo disponível por vezes se revelou reduzido para efectuar a aproximação à realidade, o que pode informar alguma fragilidade, uma vez que não conseguimos efectuar a proximidade com o objecto que muitas vezes desejaríamos. Ainda assim, sentimos que dentro do universo Hub, o trabalho hoje aqui apresentado prima por elevados níveis de rigor que lhe esteve inerente e pela constante postura de vigilância epistemológica associada à prática profissional da sociologia.

Bibliografia

ALMEIDA, João Ferreira de (coord.) (1994) – *Introdução à Sociologia*. Lisboa, Universidade Aberta.

ALMEIDA, Paulo Pereira de (2005) – *Trabalho, Serviço e Serviços: contributos para a Sociologia do Trabalho*, Porto: Edições Afrontamento.

ALVES, Virgínia (2009) – *Empreendedores vão ter incubadora no Porto* (2009) – Negócios – in *Jornal de Notícias* (Junho).

ANDRÉ, Isabel; ABREU, Alexandre (2006) – *Dimensões e Espaços da Inovação social*. Finisterra, XLI, 81.pp.121-141.

Consultado em: http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81_06.pdf

AOYAMA, Yuko; CASTELLS, Manuel (2002) – *Revista internacional del trabajo*, vol.121, N.1-2.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOCIOLOGIA – *Código Deontológico dos Sociólogos*

Consultado em: <http://www.aps.pt/?area=00&marea=001>

BECK, Ulrich (1997) – *Capitalismo sem trabalho*. In *Ensaio FEE*. Porto Alegre, FEE, ano 18, N.1.

BELL, Daniel (1973) – *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Editora Cultrix.

BOURDIEU, Pierre (2006) – *Revista de Sociologia e Política* n. 26, Junho.

Consultado em: <http://adrianocodato.blogspot.com/2006/11/em-dezembro-revista-de-sociologia-e.html>

CALEIRAS, Jorge (2004) – *Globalização, trabalho e desemprego: trajectórias de exclusão e estratégias de enfrentamento*. A questão social do novo milénio – VIII Congresso Luso- Afro- Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra. Consultado em: <http://teia.epaveiro.edu.pt/problematica-desemprego/images/stories/art7.pdf>

CANTINAS, Maria José (2005) – *Globalização: Alcance e Limites*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CASTELLS, Manuel (2003) – *O Fim do Milénio – A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.

CASTELLS, Manuel (2007) – *A sociedade em rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

CHAMPENHOUDT, Luc Van; QUIVY, Raymond (2005) – *Manual de investigação em ciências sociais*. 4ª Ed. Gradiva, Lisboa.

COLEMAN, James S. (1999) - *Social Capital in the Creation of Human Capital* in LESSER, L. L. *Knowledge and Social Capital: Foundations and Applications*: Boston, Butterworth Heinemann.

DEES, J. Gregory (1998) - *The Meaning of Social Entrepreneurship*. Kansas City: Kauffman Foundation.

ERICKSON, Frederick (1986) – *Qualitative methods in research on teaching* in M.C Wittrock. *Handbook of Research*. New York. Macmillan

ESTEVES, José (1998) – *Metodologias Qualitativas para as ciências Sociais*. Instituto de sociologia – Faculdade de letras da Universidade do Porto.

FERREIRA, Abilio (2006) – *Este condomínio não é para ricos – Empreendedorismo* – in *Jornal Expresso* (Junho)

FIGUEIRÔA, David (2008) – *Inovação Social e Modelo de Intervenção “EQUAL”* in *Sociedade e Trabalho* nº 34 (Coord.) COSTA, Júlia. Ministério do Trabalho e da Solidariedade - Gabinete de Estratégia e Planeamento: Lisboa.

FLICK, Uwe (2002) – *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Monitor – Projectos e Edições, Lisboa.

FREIRE, João (2001) – *Sociologia do trabalho. Uma introdução*. Edições Afrontamento: Porto.

GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin (2005) – *O inquérito: Teoria e Prática*. 4ª Ed. Celta Editora, Oeiras.

GIDDENS, Anthony (2000) – *O mundo na era da globalização*. 6ª Ed. Editorial Presença, Lisboa.

GIDDENS, Anthony (2004) – *Sociologia*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

GIDDENS, Anthony (2007) – *A Europa na Era Global*. Ed. Editorial Presença, Lisboa.

GIL, António Carlos (1999) – *Métodos e Técnicas de pesquisa Social*. 5ª Ed. São Paulo: Atlas.

GOLDFINGER, Charles (2001) – *Trabalho e Extratrabalho: em direcção a uma sociedade fluída*. Instituto Piaget: Lisboa.

GUERRA, Isabel Carvalho (2006) – *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso*. 1ª Ed. Principia Editora, Estoril.

HELD, David (2000) - *A globalizing word? : Culture, economics, politics*. London: Routledge.

HESPANHA, Pedro (2002) – *Individualização, fragmentação e risco social nas sociedades globalizadas*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, Outubro.

HOLZMAN, Paula (2010) – *Sweet Spots* - Central Penn Business Journal 26, no. 29 (July) 3-7. *Business Source Complete*, EBSCOhost. Consultado em:

http://ads.centralpennbusiness.com/article_rel.asp?cID=7%2C+A%2C+E%2C+B%2C+C

JARA, Carlos Júlio (1999) – *Capital Social e Desenvolvimento Local Sustentável*. IICA, Equador.

JORGE, Gertudres (2000) – *O Mercado social de Emprego em Portugal: caminhos percorridos na promoção do emprego e no reforço da cidadania* in Sociedade e Trabalho nº 11, (Coord.) RODRIGUES, Maria Graciete. Ministério do Trabalho e da Solidariedade: Lisboa.

KOVÁCS, Ilona (2002) – *As metamorfoses do emprego, ilusões e problemas da sociedade da informação*. Celta Editora, Oeiras.

LANÇA, Isabel Salavisa; VALENTE, Ana Cláudia (Coord.) (2005) – *Inovação Tecnológica e Emprego – O caso Português*. Instituto para a qualidade na formação. Lisboa.

MATOS, Sara (2009) – *Espaços de Coworking arrancam em Lisboa e Porto – Empresas-* in *Jornal de Negócios* (Novembro).

MÉDA, Dominique (1998) – *O Trabalho: um valor em extinção*; trad. Miguel Pereira. Lisboa, Fim de século.

MONIZ, António Brandão; KOVÁCS, Ilona (2001) – *Sociedade da Informação e Emprego*. Direcção-Geral do Emprego e Formação Profissional, Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Caderno de Emprego nº28.

MURTEIRA, Mário (2002) – *Globalização, uma falsa ideia clara*. Economia Global e Gestão. Lisboa: INDEG-ISCTE. Vol. VII Nº 2.

MURTEIRA, Mário (2008) – *Portugal nas transições*. Economia Global e Gestão. Lisboa: INDEG-ISCTE. ISSN 0873-7444. XIII: 2

OFFE, Claus (1995) – *Capitalismo desorganizado – transformações contemporâneas do trabalho e da política*. Edição Brasiliense: São Paulo.

OLIVEIRA, Edson Marques (2004) – *Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias*. Revista FAE, Curitiba. V.7.n.2,p.9-18, Jul./ Dez.

PARENTE, Cristina (2005) – *Inovação e/ou mudança – uma abordagem sociológica das controvérsias conceptuais*, in *Sociedade e Trabalho* nº 26 (Coord.) RODRIGUES, Maria Graciete. Ministério do Trabalho e da Solidariedade: Lisboa.

PEREIRA, Alexandre (2004) – *Guia Prático de Utilização do SPSS- Análise de Dados para as Ciências Sociais e Psicologia*. 5ª Ed.Edições Sílabo, Lisboa.

PORTUGAL, Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento [do] Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2006) – *Flexibilidade e segurança no mercado de trabalho Português*. Lisboa: DGEEP.

QUINTÃO, Carlota (2004) – *Empreendedorismo social e oportunidades de construção do próprio emprego – Seminário: Trabalho social e mercado de emprego*; Painel Políticas Sociais e Mercado de Emprego. Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Porto.

Consultado em: <http://www.letras.up.pt/isociologia/uploads/files/Working4.pdf>

QUINTÃO, Carlota; CUNHA, Lurdes (2000) – *Representações dos tempos sociais: trabalho e não trabalho em Portugal* in Sociedade e Trabalho nº 8/9, (Coord.) RODRIGUES, Maria Graciete. Ministério do Trabalho e da Solidariedade: Lisboa.

RANDOLPH, Rainer (1999) - *A Sociedade em Rede: Paraíso ou Pesadelo? Representações acerca de novas formas de articulação social e territorial das sociedades*. IPPUR-Universidade Federal do Rio de Janeiro. Consultado em:

http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:5jJ0lc5-LWMJ:www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/17/15+A+Sociedade+em+Rede:+Para%C3%ADso+ou+Pesadelo%3FRepresenta%C3%A7%C3%B5es+acerca+de+novas+formas+de+articula%C3%A7%C3%A3o+social+e+territorial+dass+sociedades.&hl=pt-PT&pid=bl&srcid=ADGEESjuszArdyk-wyMsbhBqTN6I2AjEw8TkZh6MGKc-vjSsMSHK_21bNzcyLo_IfDBbHxp4Nj1hgiy0MtIxc9oxu1ceKHN6j1OP-ROcFeXg9KTO37ZONI4x25GqCn4cYzb4ieDLiCu&sig=AHIEtbSIYwRLn9hkuhC89D0YeW6Ekqahrg

REBELO, Glória (2004) – *Flexibilidade e Precariedade no Trabalho: análise e diagnóstico*, Lisboa.

SANTANA, Vera (2000) – *Representações dos tempos sociais: trabalho e não trabalho em Portugal* in Sociedade e Trabalho nº 8/9, (Coord.) RODRIGUES, Maria Graciete. Ministério do Trabalho e da Solidariedade: Lisboa.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2001) – *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. Edições Afrontamento, Porto.

SCHUMPETER, J. (1959) – *Teoria do desenvolvimento económico*. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura.

SENNETT, Richard (2001) – *A corrosão do carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar.

SENNETT, Richard (2007) – *A cultura do novo capitalismo*. Lisboa: Relógio D'Água.

SHAEFER, Richard T. (2006) – *Sociologia*. São Paulo: McGraw-Hill.

SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (2005) – *Metodologia das Ciências Sociais*. Edições Afrontamento, Porto.

SOUMODIP, Sarkar (2007) – *Empreendedorismo e inovação*. Escolar Editora. Lisboa

SOUSA, Cristina de (2008) – *Redes e Sociais e Empreendedorismo*. Dinâmia: Centro de estudos sobre a mudança socioeconómica. ISCTE: Lisboa

STIGLITZ, Joseph E. (2002) – *Globalização: a grande desilusão*. Lisboa: Terramar.

WATERS, Malcolm (2002) – *Globalização*. Celta Editora, Oeiras.

ANEXOS

Anexo I – Inquérito por questionário

Inquérito por questionário: Hub Porto

Este inquérito por questionário faz parte de um dos momentos de recolha de informação do estágio realizado no HUB Porto, no âmbito do relatório de Estágio do 2º Ano de Mestrado em Sociologia.

A sua colaboração é imprescindível, no sentido de adequarmos e melhorarmos incessantemente as nossas condições de trabalho, e respondermos sempre com a qualidade que nos merece e a excelência que lhe queremos proporcionar.

Os dados recolhidos são totalmente confidenciais e destinam-se exclusivamente ao fim apresentado anteriormente.

I – Caracterização Sociodemográfica

1. Idade: _____ anos.

2. Sexo:

Masculino	☐ (1)
Feminino	☐ (2)

3. Indique, por favor, o seu estado civil:

Solteiro(a)	☐ (1)
Casado(a)	☐ (2)
União de Facto	☐ (3)
Divorciado(a) / Separado(a)	☐ (4)
Viúvo(a)	☐ (5)

4. Qual o seu nível de escolaridade?	Inquirido
Não sabe ler nem escrever	☐ (1)
Sabe ler e escrever sem grau de ensino	☐ (2)
Ensino básico, 1º ciclo (ensino primário ou antiga 4ª classe)	☐ (3)
Ensino básico, 2º ciclo (ensino preparatório ou equivalente)	☐ (4)
Ensino básico, 3º ciclo (9º ano, antigo 5º ano do liceu, curso comercial, industrial ou equivalente)	☐ (5)
Ensino secundário (12º ano, curso liceal, antigo 7º ano do liceu)	☐ (6)
Bacharelato	☐ (7)
Licenciatura	☐ (8)
Mestrado	☐ (9)
Doutoramento	☐ (10)

5. Qual a sua condição perante o trabalho?	Inquirido
Exerce uma profissão a tempo inteiro	☐ (1)
Exerce uma profissão a tempo parcial	☐ (2)
Desempregado à procura de novo emprego	☐ (3)
Desempregado à procura de primeiro emprego	☐ (4)
Estudante-trabalhador	☐ (5)
Estudante a tempo inteiro	☐ (6)
Frequenta um estágio a tempo inteiro	☐ (7)
Exclusivamente em Formação Profissional	☐ (8)
Reformado	☐ (9)
Outros. Qual? _____	☐ (10)

6. Qual a sua situação na profissão?	Inquirido
Trabalhador por conta própria	☐ (1)
Trabalhador por conta de outrem	☐ (2)
Trabalhador familiar não remunerado	☐ (3)
Outros. Qual? _____	☐ (4)

7. Qual a sua Profissão: _____

8. Qual a sua área/local de residência: _____

II – Informação Institucional

9. Qual a sua permanência no espaço Hub?	Inquirido
5 Horas / mês	☐ (1)
25 Horas / mês	☐ (2)
50 Horas / mês	☐ (3)
100 Horas / mês	☐ (4)
220 Horas / mês	☐ (5)

10. Já frequentou outros espaços com as características do Hub Porto, ou similares?

Sim	☐ (1) Se respondeu SIM, indique qual o espaço/local? _____
Não	☐ (2)

11. Como tomou conhecimento da existência do Hub Porto?	Sim	Não
Amigos	☐ (1)	☐ (2)
Colegas	☐ (1)	☐ (2)
Familiares	☐ (1)	☐ (2)
Pesquisas no âmbito do conceito	☐ (1)	☐ (2)
Divulgação via Internet	☐ (1)	☐ (2)
Existência do espaço a nível internacional e sua fixação na cidade do Porto	☐ (1)	☐ (2)
Outra. Qual? _____	☐ (1)	

12. Atendendo às opções seguidamente apresentadas, e atendendo aos motivos que o levaram a procurar e/ou aderir ao espaço Hub, como avalia o seu grau de importância?

	Muito Importante (1)	Importante (2)	Nem muito nem pouco importante (3)	Pouco Importante (4)	Nada importante (5)
Carácter inovador	☐	☐	☐	☐	☐
Dificuldade em encontrar um espaço com estas características	☐	☐	☐	☐	☐
Articulação entre a inovação e eleição de novas formas de trabalho	☐	☐	☐	☐	☐
Criação de sinergias e contacto com outros utilizadores	☐	☐	☐	☐	☐

13. Qual o seu grau de satisfação perante os seguintes parâmetros do espaço Hub?

	Muito Satisfeito (1)	Satisfeito (2)	Nem muito nem pouco Satisfeito (3)	Pouco Satisfeito (4)	Nada Satisfeito (5)
Horário de Funcionamento	☐	☐	☐	☐	☐
Ambiente (Trabalho / Lazer)	☐	☐	☐	☐	☐
Serviços prestados (Internet, telefone, fax, bar)	☐	☐	☐	☐	☐
Acompanhamento por parte das Hosts	☐	☐	☐	☐	☐
Possibilidade de partilhar / interagir	☐	☐	☐	☐	☐
Parcerias estabelecidas pelo Hub	☐	☐	☐	☐	☐
Promoção de eventos	☐	☐	☐	☐	☐
Desempenho Global do Hub	☐	☐	☐	☐	☐

14. Com avalia, face ao grau de adequação, os seguintes elementos disponibilizados pelo Hub Porto:

	Completamente Adequados (1)	Adequados (2)	Nem muito nem pouco Adequados (3)	Inadequados (4)	Completamente Inadequados (5)
Inovação Social	☐	☐	☐	☐	☐
Inspiração	☐	☐	☐	☐	☐
Criação	☐	☐	☐	☐	☐
Apoio	☐	☐	☐	☐	☐

15. No caso de considerar que o espaço Hub deve ser melhorado, indique por favor, as suas sugestões.

A large empty rectangular box with a red border, intended for suggestions.

Muito Obrigada pela sua Colaboraça

Anexos II – Entrevista

Guião de Entrevista - Profissionais

1. De que forma se envolveu neste projecto, agora transformado no espaço Hub Porto?
2. Porque decidiram constituir o Hub porto? Podemos considerar que existe uma estreita ligação entre a sua criação e a emergência de novas problemáticas sociais?
3. Qual a sua forma de conceber este espaço?
4. Reportando-nos agora para a fixação do Hub na cidade do Porto, na freguesia de Paranhos, fale-nos um pouco desta dimensão importadora.
5. Qual a sua forma de concepção do Hub em termos de plataforma de inovação social para a difusão do empreendedorismo?
6. Quantas pessoas/ empresas são clientes deste espaço?
7. Como funciona o Hub relativamente aos serviços prestados e seus custos?
8. Quais as perspectivas criadas em torno das parcerias que foram estabelecidas?
9. Como encara o mercado do CoWorking?
10. Considera que o Hub é um espaço que tem potencial para gradualmente ser detentor de um maior público e ganhar potencial em termos de mudança e inovação social?

Guião de Entrevista – Membros

1. O que representa para si o Hub Porto?
2. Quais as razões que o levaram a optar pelo Hub Porto?
3. Qual a sua forma de concepção do Hub em termos de plataforma de inovação social para a difusão do empreendedorismo?
4. Considera que este espaço facilita novas dinâmicas incitadas pelo empreendedorismo e pela inovação social?
5. Na óptica de membro/ utilizador do espaço Hub considera que a sua conduta é pautada por novas formas de trabalhar, nomeadamente pela valorização de diferentes ambientes de trabalho?
6. Ainda relacionado com as novas questões que se encontram inerentes ao conceito do Hub, a partilha e a criação de sinergias assume para si um papel crucial na inserção do mesmo?
7. Perspectiva o Hub como um agente de mudança, que impulsiona novos domínios profissionais?
8. Considera que este espaço coloca à disposição dos seus utilizadores uma panóplia de condições que facilitam todo o processo de ingresso no mercado laboral?
9. Partindo do tipo de serviços prestados pelo Hub, nomeadamente os de consultoria, e partilha de conhecimentos entre os seus membros, considera que tal se constitui como uma mais valia na inserção e potencialidades no mercado de trabalho?
10. A relação entre serviço e custo é um factor determinante na escolha do Hub?

Grelha de análise – Membros Hub Porto

Categorias	Síntese	Excertos
<u>Representações Sociais</u>	• Conceito HUB • Razões para a escolha • Relação Qualidade-Preço	
<u>Plataforma do Conceito HUB</u>	• Inovação Social • Empreendedorismo • Potencialidades	
<u>Novas formas de trabalho</u>	• Novos ambientes Laborais • Tecnologias de Informação	
<u>Funcionamento em Rede</u>	• Criação Sinergias • Partilha entre Membros	

Grelha de Análise – Profissionais

Categorias	Síntese	Excertos
<u>Emergência do Espaço HUB</u>	• Dimensão Importadora • Novas Problemáticas Sociais	
<u>Concepção do Espaço</u>	• Promoção do Empreendedorismo • Ambivalências do Espaço	
<u>Funcionamento do Espaço HUB</u>	• Serviços Disponíveis • Custos (membros e utilizadores)	
<u>Parcerias</u>	• Perspectivas em termos de mais-valia	
<u>Co-working</u>	• Novo Padrão de Trabalho • Potencialidades	
<u>Expectativas do Conceito Hub</u>	• Mudança Social • Inovação • Captação de Públicos	

Grelha de caracterização dos entrevistados (membros do Hub Porto)

Entrevistados	Sexo	Idade	Escolaridade	Situação na profissão	Duração média da entrevista
Entrevistado A	Feminino	33	Licenciatura	Trabalhador por conta própria	49 minutos
Entrevistado B	Masculino	29	Mestrado	Trabalhador por conta de outrem	53 minutos
Entrevistado C	Masculino	31	Licenciatura	Trabalhador por conta própria	58 minutos
Entrevistado D	Feminino	30	Ensino secundário	Trabalhador por conta própria	68 minutos
Entrevistado E	Masculino	32	Licenciatura	Trabalhador por conta de outrem	76 minutos
Entrevistado F	Masculino	34	Licenciatura	Trabalhador por conta própria	50 minutos